

Banco Santander (Brasil) S.A.

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Preparadas de Acordo com Práticas Contábeis Adotadas
no Brasil Aplicáveis às Instituições Autorizadas a
Funcionar pelo Banco Central do Brasil

31 de Março de 2017

Simple | Pessoal | Justo



ÍNDICE	Pág.
Comentário de Desempenho.....	1
Relatório dos Auditores Independentes.....	10
Demonstrações Financeiras	
Balanços Patrimoniais.....	13
Demonstração dos Resultados.....	17
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Banco.....	18
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Consolidado.....	19
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	20
Demonstração do Valor Adicionado.....	21
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
Nota 1 . Contexto Operacional.....	22
Nota 2 . Apresentação das Demonstrações Financeiras.....	22
Nota 3 . Principais Práticas Contábeis.....	23
Nota 4 . Caixa e Equivalentes de Caixa.....	30
Nota 5 . Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	30
Nota 6 . Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	31
Nota 7 . Relações Interfinanceiras.....	51
Nota 8 . Carteira de Créditos e Provisão para Perdas.....	51
Nota 9 . Carteira de Câmbio.....	56
Nota 10 . Negociação e Intermediação de Valores.....	57
Nota 11 . Créditos Tributários.....	57
Nota 12 . Outros Créditos - Diversos.....	59
Nota 13 . Ativos Não-Correntes Mantidos para a Venda.....	60
Nota 14 . Informações da Dependência e da Subsidiária no Exterior.....	60
Nota 15 . Participações em Coligadas e Controladas.....	61
Nota 16 . Imobilizado de Uso.....	67
Nota 17 . Intangível.....	67
Nota 18 . Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses.....	68
Nota 19 . Fiscais e Previdenciárias.....	71
Nota 20 . Dívidas Subordinadas.....	73
Nota 21 . Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.....	73
Nota 22 . Outras Obrigações - Diversas.....	74
Nota 23 . Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias.....	74
Nota 24 . Patrimônio Líquido.....	79
Nota 25 . Limites Operacionais.....	80
Nota 26 . Partes Relacionadas.....	81
Nota 27 . Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias.....	87
Nota 28 . Despesas de Pessoal.....	87
Nota 29 . Outras Despesas Administrativas.....	88
Nota 30 . Despesas Tributárias.....	88
Nota 31 . Outras Receitas Operacionais.....	88
Nota 32 . Outras Despesas Operacionais.....	89
Nota 33 . Resultado não Operacional.....	89
Nota 34 . Imposto de Renda e Contribuição Social.....	89
Nota 35 . Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego.....	90
Nota 36 . Estrutura de Gerenciamento de Risco.....	100
Nota 37 . Reestruturações Societárias.....	106
Nota 38 . Eventos Subsequentes.....	107
Nota 39 . Outras Informações.....	107
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras.....	109
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes.....	110

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Comentário de Desempenho às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao período findo em 31 de março de 2017, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

As demonstrações financeiras consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) do período findo em 31 de março de 2017 foram divulgadas simultaneamente no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

1) Conjuntura Econômica

Nos primeiros três meses de 2017, a atividade econômica apresentou sinais distintos. Por um lado, os indicadores de confiança, tanto do empresariado quanto do consumidor, retomaram a trajetória de alta, e importantes segmentos da agropecuária (em que pese o impacto negativo da “Operação Carne Fraca”) e da indústria mostraram dados de aumento da produção. Por outro lado, as atividades de serviços e comércio continuaram em níveis preocupantes, o que manteve a cautela do mercado acerca da intensidade de recuperação da economia local. Em suma, o Banco Santander mantém a avaliação de que o PIB Brasileiro voltará a crescer em 2017, após dois anos de forte contração, sendo que o resultado do primeiro trimestre deverá interromper uma longa sequência de oito variações negativas seguidas. Todavia, essa recuperação deverá ocorrer a um ritmo lento e gradual, com evidências mais consistentes somente a partir da segunda metade do ano.

Além da melhora dos indicadores de confiança, a expectativa do Banco Santander acerca do crescimento da economia brasileira este ano é apoiada principalmente pelos seguintes fatores: (i) fim do ciclo de ajuste de estoques em grandes cadeias produtivas; (ii) menor percepção de risco sobre o ambiente macroeconômico local; (iii) estabilização dos salários reais; (iv) melhora das condições financeiras, levando à desobstrução do mercado de crédito; (v) elevação dos termos de troca (preços das exportações/preços das importações); e (vi) forte expansão das safras agrícolas.

A despeito desse quadro mais positivo, a trajetória ascendente da taxa de desemprego não deverá ser revertida nos próximos meses, inibindo um crescimento mais rápido do consumo das famílias e, conseqüentemente, do PIB. Nesse sentido, é válido mencionar que as últimas divulgações do IBGE mostraram aumento adicional da taxa de desocupação na economia brasileira, que já se situa em 13,0% (o equivalente a cerca de 13,5 milhões de pessoas).

Já no campo da inflação, as notícias têm sido cada vez mais positivas. De fato, as publicações do IPCA nos últimos meses revelaram variações abaixo das expectativas do mercado, com destaque para o perfil bastante amplo de desaceleração dos preços e o Banco Santander tem observado uma redução nas pressões sobre preços nos grupos de serviços, bens industriais, alimentação no domicílio, entre outras. Além da menor demanda (procura por bens e serviços na economia), cabe ressaltar a contribuição da ancoragem das expectativas, taxa de câmbio relativamente apreciada e maior oferta de produtos agropecuários.

Esse cenário de queda contínua da inflação vem abrindo espaço para um ritmo cada vez mais intenso de afrouxamento da política monetária. Após dois cortes de 0,75 p.p. nas reuniões de janeiro e fevereiro de 2017 do COPOM - Comitê de Política Monetária, a taxa básica de juros deve continuar sendo reduzida, chegando a 8,50% até o final do ano (mesmo nível projetado pelo Banco Santander para 2018).

No que diz respeito à taxa de câmbio, espera-se continuidade dos patamares relativamente apreciados da moeda brasileira (a cotação média ficou ao redor de R\$/US\$3,15 no primeiro trimestre), em linha com a ampla liquidez internacional, elevação dos preços internacionais de *commodities* e sinais mais favoráveis no cenário macroeconômico doméstico. No entanto, o Banco Santander mantém o prognóstico de que a taxa de câmbio atingirá níveis mais depreciados no final do ano (o Banco Santander projetou R\$/US\$ 3,50), já que existe um maior ceticismo quanto ao ritmo de crescimento da economia global (logo, o Banco Santander não vê os níveis atuais das cotações de commodities como sustentáveis), o Banco prevê expressiva redução do diferencial de juros e percebe riscos relevantes no que tange à dinâmica das contas fiscais domésticas. A propósito, o Banco Santander acredita que os resultados primários do setor público continuarão deficitários nos próximos anos, em que pese a melhora da arrecadação tributária que tende a ser gerada pela retomada do crescimento econômico; portanto, a aprovação das reformas propostas pelo governo (destaque para a Previdência Social) se apresenta como crucial para a estabilização da razão entre a dívida pública e o PIB no longo prazo.

Nesse contexto de consumo e investimentos ainda reduzidos, e bancos cautelosos na concessão de novos empréstimos, o crédito segue em retração na comparação anual (queda de 3,5% em fevereiro de 2017 comparativamente ao mesmo do ano anterior). Contudo, o Banco avalia que a recuperação da confiança dos empresários e consumidores, combinada com a redução da taxa Selic, deverá reverter a trajetória de queda do saldo de crédito ao longo dos próximos meses, ainda que a um ritmo moderado devido ao elevado endividamento das famílias e empresas.

2) Desempenho

2.1) Resultado Societário

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADA (R\$Milhões)	3M17	3M16	variação anual %	4T16	variação 1T17 vs. 4T16 %
Receitas da Intermediação Financeira	21.100,4	21.096,1	0,0	20.319,6	3,8
Despesas da Intermediação Financeira	(13.579,6)	(12.577,6)	8,0	(15.953,1)	-14,9
Resultado Bruto da Intermediação Financeira ^{(1) (2)}	7.520,7	8.518,5	-11,7	4.366,5	72,2
Outras Receitas (Despesas) Operacionais ⁽³⁾	(3.373,8)	(3.708,6)	-9,0	(2.666,8)	26,5
Resultado Operacional	4.146,9	4.809,8	-13,8	1.699,7	144,0
Resultado não Operacional	(68,4)	25,4	-369,4	(455,3)	-85,0
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	4.078,5	4.835,2	-15,7	1.244,4	227,7
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.845,3)	(3.302,1)	-44,1	537,9	-443,1
Participações no Lucro	(319,2)	(318,4)	0,3	(261,8)	21,9
Participações dos Acionistas Minoritários	(89,6)	(2,1)	4.219,3	17,0	-627,0
Lucro Líquido Societário	1.824,4	1.212,6	50,4	1.537,5	18,7
Exclusão da despesa com amortização do ágio	455,7	447,4	1,8	451,4	0,9
Lucro Líquido Excluindo Amortização do Ágio	2.280,1	1.660,2	37,3	1.988,9	14,6

Para melhor compreensão dos resultados em BRGAAP, abaixo está apresentado o Resultado Bruto da Intermediação Financeira, desconsiderando o efeito do *hedge* (vide item 1):

RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA AJUSTADO (R\$Milhões)	3M17	3M16	variação anual %	4T16	variação 1T17 vs. 4T16 %
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	7.520,7	8.518,5	11,7	4.366,5	72,2
IR/CSLL (<i>hedge</i>)	(872,3)	(3.098,0)	-71,8	(37,0)	2.257,6
Resultado Bruto da Intermediação Financeira Ajustado ⁽²⁾	6.648,4	5.420,5	22,7	4.329,5	53,6

1) Hedge dos investimentos no exterior - O Banco Santander opera uma agência nas Ilhas Cayman e uma subsidiária chamada Santander Brasil Establecimiento Financiero de Credito, EFC, ou "Santander Brasil EFC" (subsidiária independente na Espanha), que são usadas principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro. Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis para fins de PIS/Cofins/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no lucro (prejuízo) operacional e nas contas de despesas tributárias (PIS/Cofins) e impostos sobre renda (IR/CSLL). As variações cambiais registradas decorrentes dos investimentos estrangeiros no acumulado do período findo em 31 de março de 2017 resultaram em uma perda de R\$1.066 milhões (2016 - R\$3.786 milhões). Por outro lado, os contratos de derivativos contratados para cobrir estas posições geraram um ganho na conta resultado com instrumentos financeiros derivativos de R\$2.033 milhões (2016 - R\$7.220 milhões). O efeito fiscal destes derivativos impactou a linha de despesas tributárias e a linha de imposto de renda e contribuição social, gerando uma despesa de R\$967 milhões (2016 - R\$3.434 milhões) composto de R\$95 milhões de PIS/Cofins (2016 - R\$336 milhões) e R\$872 milhões (2016 - R\$3.098 milhões) de IR/CSLL.

2) Resultado Bruto da Intermediação Financeira - O incremento no primeiro trimestre de 2017 ocorreu, principalmente, em função de maiores receitas com o mercado e captações de clientes, e pela redução da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, principalmente, pela sólida cultura de riscos do Banco, com foco no controle de indicadores da qualidade da carteira de crédito na comparação com o primeiro e quarto trimestre de 2016.

3) Despesas Gerais - O total de despesas gerais, que inclui despesas com pessoal, outras despesas administrativas e despesas com participações no lucro, excluindo os efeitos da amortização do ágio, teve um aumento de 5,0% no período findo em março de 2017, em comparação com o mesmo período de 2016, sendo que as despesas de pessoal e participações no lucro aumentaram 3,2% e as outras despesas administrativas aumentaram 6,6%, ambas na comparação anual.

2.2) Ativos e Passivos

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (R\$Milhões)	mar/17	dez/16	variação %	mar/16	variação anual %
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	701.087,5	688.673,4	1,8	655.329,3	7,0
Permanente	12.429,5	13.031,1	-4,6	13.420,3	-7,4
TOTAL DO ATIVO	713.517,1	701.704,5	1,7	668.749,6	6,7
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	649.710,5	640.842,7	1,4	608.359,9	6,8
Resultados de Exercícios Futuros	542,6	564,6	-3,9	409,1	32,7
Participação dos Acionistas Minoritários	2.566,4	2.525,7	1,6	1.927,7	33,1
Patrimônio Líquido	60.697,5	57.771,5	5,1	58.052,9	4,6
TOTAL DO PASSIVO	713.517,1	701.704,5	1,7	668.749,6	6,7

Os ativos totais estão, principalmente, representados:

(R\$Milhões)	mar/17	dez/16	variação %	mar/16	variação anual %
Carteira de Crédito	257.168,8	256.883,0	0,1	248.270,8	3,6
Títulos e Val. Mob. e Inst. Financeiros Derivativos ⁽¹⁾	166.131,4	169.589,7	-2,0	151.377,1	9,7
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	52.642,0	59.669,2	-11,8	51.481,2	2,3
Relações Interfinanceiras	64.369,4	62.900,2	2,3	57.100,8	12,7

(1) Atendendo a Circular do Bacen 3.068/2001, o Banco Santander possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento, no montante R\$9.121,2 milhões.

2.3) Carteira de Crédito

ABERTURA GERENCIAL DO CRÉDITO POR SEGMENTO (R\$Milhões)	mar/17	dez/16	variação %	mar/16	variação anual %
Pessoa Física ⁽¹⁾	93.986,4	91.414,3	2,8	85.593,1	9,8
Financiamento ao Consumo	35.778,6	34.777,1	2,9	32.708,3	9,4
Pequenas e Médias Empresas (PMEs)	32.511,5	32.798,8	-0,9	34.063,7	-4,6
Grandes Empresas	94.892,3	97.892,8	-3,1	95.905,7	-1,1
Total Carteira de Crédito (bruta)	257.168,8	256.883,0	0,1	248.270,8	3,6
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(17.083,9)	(18.332,7)	-6,8	(16.396,0)	4,2
Total Carteira de Crédito (líquida)	240.084,9	238.550,3	0,6	231.874,8	3,5

(1) Incluindo Financiamento ao consumo, a carteira de pessoa física atinge R\$125.754 em 31 de março de 2017 (31/12/2016 - R\$122.287).

Em 31 de março de 2017, o principal destaque foi o segmento "Pessoa Física", que apresentou crescimento em ambos períodos, sendo 2,8% em comparação a dezembro de 2016 e de 9,8% em março de 2016. O crescimento foi influenciado, principalmente, pelos produtos de cartão de crédito e consignado, resultado da estratégia comercial do Banco.

Inadimplência

O índice de inadimplência, superior a 90 dias, atingiu 2,9% do total da carteira de crédito em março de 2017, 0,4 p.p. abaixo em relação a março de 2016 (3,3%) e 0,5 p.p. abaixo quando comparado a dezembro de 2016 (3,4%). A redução do índice foi influenciada pela baixa para prejuízo de um caso pontual no segmento de grandes empresas ocorrida nesse trimestre e pela evolução do modelo de risco durante os últimos anos.

O saldo das provisões para créditos de liquidação duvidosa representa 6,6% da carteira de crédito em março de 2017, 7,1% em dezembro de 2016 e 6,6% em março de 2016.

A despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida das receitas com recuperação de créditos baixados para prejuízos no período findo em 31 de março de 2017 e 2016, foi de R\$2.233,4 milhões e R\$2.013,0 milhões, respectivamente, apresentando um aumento de 11,0%. No quarto trimestre de 2016 o montante foi de R\$3.198,8, apresentando uma redução de 30,2%, comparado com o primeiro trimestre de 2017.

2.4) Captações com Clientes

CAPTAÇÕES COM CLIENTES (R\$Milhões)	mar/17	dez/16	variação %	mar/16	variação anual %
Depósitos à vista	14.823,6	16.006,3	-7,4	14.491,1	2,3
Depósitos de poupança	36.113,9	36.051,5	0,2	34.963,8	3,3
Depósitos a prazo	94.812,8	90.524,8	4,7	85.047,9	11,5
Debêntures/LCI/LCA ⁽¹⁾	96.261,2	90.426,3	6,5	86.486,5	11,3
Letras Financeiras/COE ⁽²⁾	58.666,8	65.393,3	-10,3	62.151,8	-5,6
Total das Captações	300.678,3	298.402,3	0,8	283.141,1	6,2

(1) Operações compromissadas com lastro em Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Letras de Crédito do Agronegócio.

(2) Inclui Certificados de Operações Estruturadas.

O total de captações de recursos cresceu 0,8%, comparado a dezembro de 2016, com destaque para o crescimento de Debêntures/LCI/LCA.

2.5) Patrimônio Líquido

Em março de 2017, o patrimônio líquido consolidado do Banco Santander apresentou um aumento de 5,1% em comparação a dezembro de 2016 e um aumento de 4,6% em comparação com março de 2016.

A variação do Patrimônio Líquido entre março de 2017 e dezembro de 2016 foi decorrente, principalmente, da variação negativa do ajuste de avaliação patrimonial (títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos) no montante de R\$1.251,8 milhões e pelo lucro líquido do período no montante de R\$1.824,5 milhões. Adicionalmente, a Resolução do CMN 4.512 de 28 de julho de 2016 e Carta Circular Bacen 3.782 de 19 de setembro de 2016, estabeleceram procedimentos contábeis a serem aplicados, determinando sobre a constituição de provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma, na adequada conta do passivo, tendo como contrapartida o resultado do período, de forma prospectiva a partir de 1 de janeiro de 2017. As provisões constituídas anteriormente tiveram seu efeito registrado no patrimônio líquido, tendo como contrapartida conta no passivo. A adoção desta norma no período findo em 31 de março de 2017, impactou o patrimônio líquido (primeira adoção) em R\$179,3 milhões, líquido de efeito tributário.

Movimentação da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (R\$Milhões)	
Saldo Inicial	325.957
Constituição	68.929
Reversão ⁽¹⁾	(118.796)
Saldo Final	276.090

(1) Corresponde a fiança honrada, provisão constituída na linha de provisão para devedores duvidosos.

Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 3 de novembro de 2016, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 4 de novembro de 2016, programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrangerá a aquisição de até 38.402.972 Units, representativas de 38.402.972 ações ordinárias e 38.402.972 ações preferenciais, que correspondem, em 30 de setembro de 2016, a aproximadamente 1,02% do capital social do Banco. Em 30 de setembro de 2016, o Banco Santander possuía 384.029.725 ações ordinárias e 411.834.140 ações preferenciais em circulação referente ao programa de recompra.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo.

O prazo do Programa de Recompra é de até 365 dias contados a partir de 4 de novembro de 2016, encerrando-se em 3 de novembro de 2017.

	mar/17		dez/16
	Quantidade		Quantidade
	Units	Units	ADRs
Ações em Tesouraria no Início do Período	25.785.920	7.080.068	13.137.665
Cancelamento de ADRs ⁽¹⁾	-	13.137.665	(13.137.665)
Aquisições de Ações	70.716	14.284.400	-
Alienações - Remuneração Baseado em Ações	(4.370.527)	(8.716.213)	-
Ações em Tesouraria no Final do Período	21.486.109	25.785.920	-
Subtotal - Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 436.446	R\$ 513.889	R\$ -
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$ 157	R\$ 145	R\$ -
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 436.603	R\$ 514.034	R\$ -
Custo/Valor de Mercado	Units	Units	ADRs
Custo Mínimo	R\$ 7,55	R\$ 7,55	US\$ 4,37
Custo Médio Ponderado	R\$ 16,44	R\$ 16,43	US\$ 6,17
Custo Máximo	R\$ 32,29	R\$ 26,81	US\$ 10,21
Valor de Mercado	R\$ 27,65	R\$ 28,32	US\$ 8,58

(1) Em janeiro de 2016 ocorreu a transformação do total de ADR's que estavam em tesouraria para UNIT's.

No primeiro trimestre de 2017 não houve destaque de juros sobre capital próprio e dividendos.

2.6) Índice de Basileia

O Bacen obriga as instituições financeiras a manter um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN 4.193/2013, a exigência para o PR em 2016 foi de 10,5%, composto de 9,875% de Mínimo de Patrimônio de Referência mais 0,625% de Adicional de Conservação de Capital. Considerando este adicional, o PR Nível I aumentou para 6,625% e o Capital Principal Mínimo para 5,125%.

Para o ano base 2017, a exigência de PR permanece em 10,5%, incluindo 9,25% de Mínimo de Patrimônio de Referência e mais 1,25% de Adicional de Conservação de Capital. O PR Nível I atinge 7,25% e o Capital Principal Mínimo 5,75%.

O índice é calculado de forma consolidada, conforme demonstrado a seguir:

ÍNDICE DE BASILEIA %	mar/17	dez/16	mar/16
Índice de Basileia - consolidado	15,76	16,30	16,43

2.7) Principais Controladas

A tabela abaixo apresenta os saldos de ativos totais, patrimônio líquido, lucro líquido e carteira de operações de créditos referentes ao período findo em 31 de março de 2017 das principais controladas do Banco Santander:

CONTROLADAS (R\$Milhões)	Ativos Totais	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Carteira de Crédito ⁽¹⁾
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	71.321,2	5.828,9	94,1	2.028,7
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	32.270,9	1.481,3	116,8	26.816,0
Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A.	2.696,9	2.525,8	6,8	1.390,4
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (Olé Consignado) (Atual denominação social do Banco Bonsucesso Consignado S.A.)	8.364,9	684,1	11,3	8.092,2
Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. ⁽²⁾	16.618,2	1.566,7	98,4	0,0
Banco PSA Finance Brasil S.A.	1.834,6	283,0	12,1	1.651,8
Banco RCI Brasil S.A.	8.553,3	1.330,3	28,6	7.109,8
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	988,0	564,4	6,7	0,0

(1) inclui também saldos referentes carteira de arrendamento mercantil e outros créditos.

(2) No terceiro trimestre de 2016, após a Getnet obter a aprovação do Bacen para atuar como uma instituição de pagamento, as atividades de adquirência, bem como respectivos ativos e passivos relacionados passaram a ser registrados nesta sociedade.

Os saldos apresentados acima estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da CVM, no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

3) Outros Eventos Significativos

3.1) Mudança no Escopo de Consolidação

A partir de 1 de janeiro de 2017, entrou em vigor a Resolução do CMN 4.517 de 24 de agosto de 2016, com aplicação prospectiva, que estabelece que as participações societárias em sociedades controladas em conjunto devem ser avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Diante disso, o Banco Santander deixou de consolidar as sociedades Cibrasec Companhia Brasileira de Securitização, Norchem Participações e Consultoria S.A., Estruturadora Brasileira de Projetos S.A., Campo Grande Empreendimentos, Webmotors S.A., PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda. e TecBan - Tecnologia Bancária S.A. e controladas.

3.2) Reestruturações Societárias

Foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander:

a) Formação de Parceria com o Grupo Hyundai no Brasil

Montadora de Automóveis Ltda. (Hyundai Motor Brasil) e Hyundai Capital Services, Inc. (Hyundai Capital) para constituição do Banco Hyundai Capital Brasil S.A. e de uma corretora de seguros para o fornecimento, respectivamente, de produtos e serviços financeiros para o financiamento de automóveis e de corretagem de seguros, para os consumidores e concessionárias da Hyundai no Brasil. A estrutura de capital da parceria terá uma participação acionária de 50% da Aymoré, 25% da Hyundai Capital e 25% da Hyundai Motor Brasil. A conclusão da operação está sujeita ao cumprimento das condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes.

b) Acordo para a Aquisição, de parte das Operações Financeiras do Grupo PSA no Brasil e a consequente criação de uma *Joint Venture*

No dia 1 de agosto de 2016, após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, incluindo a obtenção das devidas autorizações regulatórias, a Aymoré CFI e o Banco Santander, no contexto da parceria firmada entre o Banque PSA Finance ("Banque PSA") e o Santander Consumer Finance na Europa para operação conjunta dos negócios de financiamento de veículos das marcas PSA (Peugeot, Citroën e DS), assinaram documentos definitivos para a formação de uma cooperação financeira com o Banque PSA para a oferta de uma gama de produtos e serviços financeiros e securitários aos consumidores e concessionários das marcas PSA no Brasil.

O principal veículo da cooperação financeira é o Banco PSA Finance Brasil S.A. que está detido na proporção de 50% pela Aymoré CFI, subsidiária do Banco Santander, e 50% pelo Banque PSA. O preço de aquisição foi igual ao valor patrimonial (proporcional) na data de fechamento (1 de agosto de 2016). A operação englobou ainda a aquisição, por meio de subsidiárias do Banco Santander, de 100% da Santander Finance Arrendamento Mercantil S.A (Atual Denominação Social da PSA Finance Arrendamento Mercantil S.A.), cujo preço foi equivalente a 74% do valor patrimonial na data de fechamento, e, ainda, de 50% da PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda., cujo preço foi igual ao valor patrimonial (proporcional) na data de fechamento.

O Banco Santander passou a consolidar estas sociedades a partir de 1 de agosto de 2016.

c) Investimento na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos Ltda. (“Super”)

Em 4 de janeiro de 2016, a Aymoré CFI comunicou aos acionistas detentores das ações representativas dos 50% remanescentes do capital social votante da Super sua decisão de exercer a opção de compra de tais ações, pelo valor de aproximadamente R\$113 milhões. A transação foi concluída em 10 de março de 2016.

d) Outros Eventos Societários

Também foram realizados os seguintes eventos societários:

- Em 10 de março de 2017, foi aprovado em AGE da Santander Brasil Advisory o grupamento de ações representativas do seu capital social à razão de 100.000 ações para 1 ação ordinária. Em virtude do grupamento, o número de ações representativas do capital social da Santander Brasil Advisory foi alterado de 1.370.914 para 13 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, tendo sido canceladas eventuais frações de ações. Os acionistas que detinham individualmente quantidade de ações inferior àquela adotada como razão para o grupamento receberão pelas suas ações o valor patrimonial a elas correspondente antes do grupamento, calculado com base no patrimônio líquido refletido no balancete da Santander Brasil Advisory levantado em fevereiro de 2017, qual seja, R\$11,22 por ação ordinária.
- Em 30 de dezembro de 2016, foi aprovado, através da AGE da Webmotors S.A., a incorporação e o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Virtual Motors pela Webmotors S.A, de forma que a Webmotors S.A. recebeu, pelo seu valor contábil, com base no balanço levantado em 30 de novembro de 2016, a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Virtual Motors, com extinção da Virtual Motors, e que foi sucedida pela Webmotors S.A. em todos os seus direitos e obrigações.
- Em 14 de julho de 2016, foi concluída a transação de venda de 100% das quotas representativas do capital social da Mantiq pelo Banco Santander e pela Santander Participações para a Angra Ventures Participações Ltda.
- Em junho de 2016 a participação detida na iZettle do Brasil S.A. foi alienada em sua integralidade.
- Em 30 abril de 2015, foi formalizada a incorporação e conseqüente extinção da sociedade Go Pay pela Getnet S.A.
- Em 30 abril de 2015, foi formalizada a incorporação e conseqüente extinção das sociedades KM Locanet Ltda. - ME (Compreauto) e Ideia Produções pela Webmotors S.A.

3.3) Eventos Subsequentes

3.3.1) Oferta pública da Qatar Holding LLC

Em 11 de abril de 2017, o Banco Santander no Brasil comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, em complemento aos fatos relevantes divulgados em 28 de março de 2017 e 6 de abril de 2017, a liquidação da oferta pública de distribuição secundária de 80.000.000 Units de emissão do Banco Santander no Brasil de titularidade da Qatar Holding LLC (Acionista Vendedor), inclusive sob a forma de *American Depositary Shares* (ADSs), tendo sido alocadas 22.000.000 Units para a oferta brasileira e 58.000.000 ADSs para a oferta internacional. Foi estabelecido o preço por Unit de R\$25,00, resultando em um montante total de R\$2 bilhões. Adicionalmente, a quantidade de Units da oferta internacional inicialmente ofertada foi acrescida de um lote adicional de 12.000.000 de Units, exclusivamente sob a forma de ADSs também de titularidade do Acionista Vendedor.

3.3.2) Distribuição de Juros sobre Capital Próprio

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 25 de abril de 2017, aprovou a proposta da Diretoria Executiva de distribuição de Juros sobre o Capital Próprio do Banco Santander, no montante bruto de R\$500 milhões, que, após deduzido o valor relativo ao Imposto de Renda Retido na Fonte, na forma da legislação em vigor, importam o valor líquido de R\$425 milhões.

4) Estratégia

O Banco Santander é o único banco internacional, com escala, no país. O Banco tem certeza que o caminho para crescer de forma recorrente e sustentável é prestando serviços com excelência para aumentar o nível de satisfação e obter mais clientes, mais vinculados. A atuação do Banco está pautada em uma relação próxima e duradoura com clientes, fornecedores e acionistas. Para isso, o propósito é contribuir para que as pessoas e os negócios prosperem, sendo um banco Simples, Pessoal e Justo, com as seguintes prioridades estratégicas:

- Aumentar a preferência e a vinculação dos clientes com produtos e serviços segmentados, simples, digitais, inovadores e eficientes, por meio de uma plataforma multicanal;
- Melhorar a recorrência e a sustentabilidade, crescendo nos negócios com maior diversificação de receita, com equilíbrio entre crédito, captações e prestação de serviços. Ao mesmo tempo mantendo uma gestão preventiva de riscos e o controle rigoroso de despesas;
- Manter a disciplina de capital e liquidez, para conservar a solidez, enfrentar mudanças regulatórias e aproveitar oportunidades de crescimento; e
- Aumentar a produtividade através de uma intensa agenda de melhorias comerciais e operacionais, que permita oferecer um portfólio completo de serviços.

No primeiro trimestre de 2017, o Banco segue avançando em diversas frentes estratégicas, das quais destacam-se:

Avanços Digitais

Reforçando a experiência digital, ao final de março de 2017:

- O Banco Santander ultrapassou a marca de 2 milhões de *downloads* do Santander Way – aplicativo para gestão de cartões Santander;
- Foi lançado o processo digital para a abertura de conta corrente, que passa ser realizado por meio do *mobile*, *tablet* e internet;
- Para os clientes da Santander Corretora, foi lançado o novo Aplicativo, que possibilita mais agilidade em consultas, recomendações e investimentos;
- Para as PMEs, foi remodelado o APP Santander Empresas, que agora passa a ser transacional e não só consultivo. Além disso, foi disponibilizado o ID Santander, que substitui o *token* empresas, com tecnologia para autenticação com segurança extra no *Internet Banking* e no Aplicativo de empresas, o qual já é integrado;
- Para os clientes pessoa física, foram disponibilizadas mais funcionalidades no aplicativo, implementado o ID Santander, em substituição ao cartão de segurança *on-line* e lançado o novo *Internet Banking*, com mais facilidades de navegação; e
- Com todas essas ações o Banco Santander segue ampliando o número de clientes digitais, que alcançou 6,9 milhões, +1,8MM em doze meses e segue expandindo as transações digitais, que já representam 76% do total das transações do banco, um aumento de 7,7 pontos percentuais nos últimos doze meses.

5) Agências de Rating

O Banco Santander é classificado por agências internacionais de rating e as notas atribuídas refletem diversos fatores, incluindo a qualidade de sua administração, seu desempenho operacional e solidez financeira, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual o banco está inserido, tendo o rating de longo prazo em moeda estrangeira limitado ao rating soberano. A tabela abaixo apresenta os ratings atribuídos pelas agências *Standard & Poor's* e *Moody's*:

Ratings	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
Standard & Poor's (perspectiva)	BB (negativa)	B	BB (negativa)	B	brAA- (negativa)	brA-1
Moody's (perspectiva)	Ba1 (estável)	NP	Ba3 (estável)	NP	Aaa.br	Br-1

6) Governança Corporativa

O Conselho da Administração aprovou, em reunião realizada em 25 de abril de 2017, as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander referente ao período findo em 31 de março de 2017, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen.

O Conselho de Administração tomou conhecimento, em reunião realizada em 28 de março de 2017, a renúncia do Sr. Marcio Aurelio de Nobrega de seu cargo de Diretor sem designação específica do Banco, conforme carta de renúncia apresentada ao Conselho de Administração em 10 de março de 2017.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 22 de fevereiro de 2017, a Revisão da Governança do Conselho de Administração, nos seguintes termos: (i) a alteração do Regimento do Comitê de Nomeação, Governança e Compliance, com reflexo em seu escopo e denominação, passando tal órgão a ser denominado Comitê de Nomeação e Governança; (ii) a alteração do Regimento do Comitê de Sustentabilidade e Sociedade, com reflexo em sua denominação, passando tal órgão a ser denominado Comitê de Sustentabilidade; (iii) a alteração do Regimento do Comitê de Riscos com reflexo em seu escopo e denominação, passando tal órgão a ser denominado Comitê de Riscos e Compliance; (iv) a nomeação, como membro do Comitê de Remuneração do Banco, nos termos do Art. 17, XXI do Estatuto Social, o Sr. Celso Clemente Giacometti; (v) a nomeação, como membro do Comitê de Nomeação e Governança, o Sr. Luiz Fernando Sanzogo Giorgi.

7) Gestão de Riscos

7.1) Governança Corporativa da Função de Riscos

A estrutura organizacional da Vice Presidência Executiva (VPE), a qual é independente da área comercial, é composta por áreas responsáveis pelo gerenciamento dos riscos financeiros e não financeiros, com diretorias que atuam sob o ponto de vista de gestão de portfólios do varejo e do atacado.

Uma área específica de Controle e Consolidação tem como missão reportar uma visão consolidada de todos os riscos à direção e aos órgãos de governança do Grupo, assim como por impulsionar o desenvolvimento do apetite pelo risco e o exercício de identificação e avaliação de todos os riscos (*Risk Identification & Assessment*). Também é responsável por desenvolver a relação com supervisores e reguladores em matéria de riscos, em coordenação com a unidade de Relação com Supervisores e Reguladores do Grupo. Está segmentada em Gestão Integrada de Riscos, Riscos de Modelo, Riscos Não Financeiros, Consolidação de Risco de Crédito e Controle de Riscos de Empresas Coligadas.

Possui outro núcleo responsável por um conjunto de funções transversais (Governança, Políticas, Cultura de riscos, Metodologia, *Stress Test*, Capital e Gestão da Informação) necessárias para a construção de um modelo de gestão avançado de riscos.

A estrutura dos comitês de Riscos do Banco Santander é definida visando um prudente padrão de gestão, adequado ao negócio e respeitando sempre o ambiente normativo e regulatório local.

O modelo de governança está estruturado tanto numa visão de decisão, com foco na análise e aprovação de propostas e limites de crédito, como numa visão controle, com foco no controle integral de riscos.

Os princípios fundamentais que regem o modelo de governança de riscos são:

- Independência da função de riscos em relação a área de negócios;
- Envolvimento da Administração nas tomadas de decisão; e
- Decisões colegiadas e consenso sobre operações de crédito.

O CER - Comitê Executivo de Riscos é o fórum de decisão local com representantes da gestão do banco, entre eles o Presidente, o Vice-Presidente Executivo (VPE) de Riscos entre outros e os demais membros da comissão executiva.

O CCR - Comitê de Controle de Riscos é o fórum de controle e acompanhamento local com representantes da gestão do Banco, entre eles o VPE de Riscos e o VPE de Finanças.

Os temas relevantes de gestão de riscos, ou aqueles que por ventura excedam a alçada destes Comitês, são encaminhados e decididos pelo Conselho de Administração.

Um maior detalhamento da estrutura, metodologias e sistema de controle, relacionados à gestão de riscos, está descrito no relatório disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br.

7.2) Estrutura de Gerenciamento de Capital

O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente, cumprindo os requerimentos do órgão regulador e contribuindo para atingir as metas de classificação de agências de rating. O gerenciamento de capital inclui securitização, venda de ativos, aumento de capital através da emissão de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos, entre outros.

O gerenciamento de capital procura otimizar a criação de valor no Banco Santander e nas diferentes unidades de negócio. O Banco utiliza um modelo de mensuração do capital econômico com o objetivo de demonstrar que tem capital disponível suficiente para suportar os riscos da atividade em diferentes cenários econômicos, com os níveis de solvência acordados pelo Grupo.

Projeções de capital regulatório e econômico são baseadas em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstração dos Resultados, entre outras) e em cenários macroeconômicos estimados pelo departamento de pesquisa econômica. Os modelos de capital econômico são essencialmente projetados para gerar estimativas sensíveis ao risco com dois objetivos: mais precisão na gestão de risco e alocação de capital econômico a diversas unidades do Banco Santander.

7.3) Risco de Crédito

Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Banco Santander. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de riscos e uma adequada rentabilidade mínima que compense o risco de inadimplência estimado, do cliente e da carteira, conforme definido pela Comissão Executiva.

7.4) Risco de Mercado

Risco de mercado é a exposição a fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado, são utilizadas práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites, previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos “gaps” de liquidez, entre outras. Isso permite a gestão dos riscos, que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander, nos diferentes mercados em que o banco opera.

Para isso, o Banco desenvolveu seu próprio modelo de Gestão de Riscos com os seguintes princípios:

- Independência funcional;
- Capacidade executiva sustentada no conhecimento e na proximidade do cliente;
- Alcance global da função (diferentes tipos de riscos);
- Decisões colegiadas, que avaliem todos os cenários possíveis e não comprometam os resultados com decisões individuais, incluindo o CER, que fixa limites e aprova operações e o Comitê Executivo de Ativos e Passivos (ALCO), que responde pela gestão do capital e riscos estruturais, o que inclui o risco-país, a liquidez e as taxas de juros;
- Gestão e otimização da equação de risco/retorno; e
- Metodologias avançadas de gestão de riscos, como o *Value at Risk (Var)* (simulação histórica de 521 dias, com um nível de confiança de 99% e horizonte temporal de um dia), cenários, sensibilidade da margem financeira, sensibilidade do valor patrimonial e plano de contingência.

A estrutura de Riscos de Mercado é parte da VPE de Riscos, área independente que aplica as políticas de risco.

7.5) Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco socioambiental para o Banco de Atacado é realizado através da análise das práticas socioambientais dos clientes que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$1 milhão. Essa análise considera itens como terrenos contaminados, desmatamento, condições de trabalho e outros possíveis pontos de atenção socioambiental nos quais há possibilidade de penalidades e perdas. O procedimento é realizado por uma equipe especializada, com formação em Biologia, Engenharia Química, Engenharia de Saúde e Segurança e Geologia. A equipe de análise financeira considera o potencial de danos e impactos que situações socioambientais desfavoráveis podem causar à condição financeira e às garantias dos clientes. A análise foca em preservar o capital e reputação no mercado e a disseminação da prática é obtida através do treinamento constante das áreas comerciais e de crédito sobre a aplicação de padrões de risco socioambiental no processo de aprovação de crédito para pessoa jurídica no Banco de Atacado.

A Política de Risco Socioambiental do Banco Santander está incluída no âmbito da Política de Responsabilidade Socioambiental do Banco, atendendo à Resolução 4.327 do CMN.

7.6) Riscos Operacionais, Controles Internos, Lei Sarbanes-Oxley e Auditoria Interna

Os riscos operacionais podem ocorrer em função de processos inadequados, falhas de sistemas e pessoas ou eventos externos como desastres naturais, terrorismo, roubo e vandalismo. Perdas decorrentes de riscos operacionais podem causar prejuízo financeiro, afetar a continuidade dos negócios e impactar negativamente a imagem do Banco junto ao público.

Para alcançar os objetivos de gestão do Risco Operacional, foi implementado Modelo de Gestão de Riscos Operacionais baseado em três linhas de defesa, que visa a melhora e desenvolvimento contínuos da gestão e controle dos riscos operacionais. As três linhas de defesa estão assim estruturadas:

- **Primeira Linha de Defesa:** contempla todas as áreas de negócios e de suporte do Banco Santander com a responsabilidade de identificar, gerir, mitigar e reportar os riscos operacionais;
- **Segunda Linha de Defesa:** a área de Riscos Não Financeiros é responsável pelo monitoramento e disseminação das práticas de gestão dos riscos operacionais e tecnológicos na organização. Também é responsável por implementar e disseminar a cultura de riscos, definindo metodologias, políticas, ferramentas, treinamentos e requerimentos e procedimentos aplicáveis para a efetiva gestão do risco operacional e, por assegurar que há um adequado plano de gestão da continuidade dos negócios, que está implementado na Organização; e
- **Terceira Linha de Defesa:** a área de Auditoria Interna é responsável pela revisão e validação independente da gestão de riscos da primeira e segunda linhas de defesa e por promover a melhoria contínua nestas linhas de defesa.

Os objetivos do modelo de gestão do risco operacional são:

- Disseminar a cultura orientada à gestão e controle dos riscos operacionais e convergir para a prevenção e redução de eventos e perdas por risco operacional, mitigando os impactos financeiro, legal e reputacional;
- Fornecer o apoio para o processo de tomada de decisões no Banco Santander;
- Assegurar a continuidade dos negócios de maneira sustentável e fortalecer o ambiente de controles internos; e
- Manter o controle da exposição de Riscos Operacionais alinhado com a estratégia de negócio.

Existe uma estrutura de governança envolvida na implementação do modelo de gestão de riscos:

- **Comitê de Controle de Riscos (CCR):** tem o objetivo de realizar o seguimento holístico e periódico dos riscos que o Banco está exposto e de exercer um controle independente sobre as atividades de gestão de riscos;
- **Comitê Operacional de Riscos Operacionais:** tem o objetivo de assegurar e estimular o adequado monitoramento, controle e mitigação dos riscos operacionais; e
- **Fórum de Riscos Operacionais:** responsável por implementar e disseminar normativos relacionados a cultura, metodologias, padrões, políticas, treinamentos e procedimentos aplicáveis e requeridos para a efetiva e eficiente gestão e controle dos riscos operacionais.

O modelo adotado auxilia os gestores no cumprimento de seus objetivos estratégicos ao contribuir para o processo decisório e na redução das perdas operacionais. Está fundamentado nas melhores práticas do mercado para identificação, avaliação, monitoramento, gestão e controles dos riscos. Está em conformidade com os requerimentos regulatórios aplicáveis e busca o contínuo fortalecimento do ambiente de controles internos.

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão.

Tem como objetivo supervisionar o cumprimento, eficácia e eficiência dos sistemas de controle internos, assim como a confiabilidade e qualidade da informação contábil, estando todas as sociedades, unidades de negócio, departamentos e serviços centrais do Conglomerado sob seu escopo de aplicação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração foram informados, respectivamente, sobre os trabalhos realizados pela Auditoria Interna ao longo de 2016, conforme seu plano anual.

O Comitê de Auditoria analisou favoravelmente o plano de trabalho anual da Auditoria Interna e aprovou o relatório de atividades para o ano de 2017.

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Conglomerado, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário.

Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão.

Além disso, ao menos anualmente, os programas de trabalho são revisados. Esses documentos descrevem os testes de auditoria a serem realizados, para que as exigências sejam cumpridas.

Ao longo do primeiro trimestre de 2017, foram avaliados os procedimentos de controles internos e controles sobre os sistemas de informação das áreas selecionadas conforme plano de trabalho para 2017, avaliando tanto a eficácia na concepção quanto o seu funcionamento.

8) Pessoas

Quando se fala no crescimento e desenvolvimento do Banco Santander, uma força se destaca: as Pessoas. Ter uma equipe motivada e engajada é um fator decisivo para tornar o Banco Santander no melhor banco para os clientes e a melhor empresa para os profissionais.

Os profissionais são o elo mais forte do Banco com os clientes e por isso, dia após dia, o Banco Santander aprimora suas práticas de gestão, pois sabe que somente com profissionais engajados, motivados, bem capacitados e com pleno desenvolvimento profissional, o Banco irá conseguir ter mais e melhores clientes, satisfeitos e vinculados, orgulhosos de fazer negócios conosco e à marca Santander.

A atuação diária do Banco junto a clientes, funcionários, acionistas e sociedade é guiada pelo propósito de contribuir para que as pessoas e os negócios prosperem e por seu jeito de agir.

O Banco tem uma equipe talentosa e engajada com cerca de 47 mil funcionários só no Brasil. O Banco busca profissionais que se identifiquem com a Cultura Corporativa, de ser um Banco Simples (com serviços descomplicados e fáceis de operar), Pessoal (com soluções e canais que atendam suas necessidades e preferências) e Justo (promovendo negócios e relações que sejam bons para clientes, acionistas e funcionários). Além de se identificar com a Cultura, os profissionais do Banco Santander agem em seu dia a dia alinhados à ela.

9) Desenvolvimento Sustentável

No Santander, Sustentabilidade é parte estratégica dos negócios. É um compromisso que visa resultados para os negócios e para a sociedade de forma simples, pessoal e justa, que é baseada numa estratégia com três pilares: Inclusão Social e Financeira, Educação, e Gestão e Negócios Socioambientais. Entre os destaques do primeiro trimestre de 2017 em relação à Inclusão Social e Financeira estão, a Santander Microcrédito, que atualmente possui a maior operação de microcrédito produtivo e orientado entre os bancos privados do Brasil e oferece crédito e orientação financeira a microempreendedores de baixa renda, desembolsou em 2017 cerca de R\$155 milhões (12,9% a mais do que o desembolsado em 2016 no mesmo período).

Por outro lado, no âmbito do Investimento Social Privado, o Programa Amigo de Valor, que permite que o Banco, bem como seus funcionários e clientes direcionem parte do imposto de renda devido aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, tem como um de seus compromissos para 2017, acompanhar o desenvolvimento de 36 projetos em todo o Brasil, que devem atender mais de 4 mil crianças e adolescentes em situação de riscos sociais. Em 2017, o programa corporativo de voluntariado Programa Escola Brasil (PEB), passou a organizar suas atividades em torno dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, os voluntários poderão utilizar suas habilidades em uma ação relacionada a um ODS específico, podendo ajudar as escolas parceiras a se tornarem polos de mudança do entorno; No Pilar Educação, com 390 Instituições de Ensino Superior conveniadas, no primeiro trimestre de 2017, o programa Santander Universidades Brasil concedeu 480 bolsas de estudos, destas, 78 são internacionais e 402 são nacionais; Em Gestão e Negócios Socioambientais foram realizados 4 eventos de sustentabilidade para pequenas e médias empresas dentro do Programa Avançar Negócios & Empresas e 1 evento com o tema de Sustentabilidade no Agronegócio, focando nas técnicas de agricultura de baixo carbono. Pelo lado da Eficiência Energética e Energias Renováveis, foi estimulado o crescimento desse setor no mercado com financiamento tanto para Pessoa Física como Pessoa Jurídica, sendo um exemplo a realização de 185 contratos de Geração Distribuída Solar Fotovoltaica, bem como grandes operações, como exemplo a emissão de *Greenbonds* para a CPFL no montante de R\$200 milhões. Dentro da atuação em mudanças climáticas, o Banco Santander aderiu ao programa CDP *Supply Chain* com o objetivo de engajar seus fornecedores para que seus negócios se tornem mais eficientes e preparados para a economia de baixo carbono. Na primeira fase foram envolvidos 83 fornecedores, que em 2017 reportarão seus inventários, além de análises de riscos e oportunidades por meio da ferramenta oferecida pelo CDP.

10) Auditoria Independente

O Banco Santander tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais, a qual prevê, inclusive, a necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, informa que no período findo de 31 de março de 2017, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers serviços não relacionados à auditoria externa das Demonstrações Financeiras que tenham superado 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Ademais, o Banco confirma que a PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais; e (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria externa durante o período findo em 31 de março de 2017, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados no Banco Santander e demais entidades do Grupo, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

O Conselho de Administração
A Diretoria Executiva

(Autorizado na Reunião do Conselho de Administração de 25/04/2017).

Banco Santander (Brasil) S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias em
31 de março de 2017
e relatório de revisão dos auditores independentes



Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco"), em 31 de março de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, bem como o balanço patrimonial consolidado do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas ("Consolidado") em 31 de março de 2017, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Santander (Brasil) S.A. e do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas em 31 de março de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o período de três meses findo nessa data, de acordo com as práticas adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

PricewaterhouseCoopers, Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino, São Paulo, SP, Brasil 05001-903, Caixa Postal 61005 T: (11) 3674-2000, www.pwc.com/br



Banco Santander (Brasil) S.A.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, preparadas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de abril de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	31/03/2017	Banco 31/12/2016	31/03/2017	Consolidado 31/12/2016
Ativo Circulante		455.607.461	451.755.119	458.768.382	451.815.929
Disponibilidades	4	5.190.349	5.513.365	5.404.677	5.723.084
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	72.759.332	80.312.979	52.344.436	59.513.115
Aplicações no Mercado Aberto		38.200.559	47.405.162	38.270.559	47.479.196
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		21.537.720	21.909.362	1.052.348	1.034.414
Aplicações em Moedas Estrangeiras		13.021.053	10.998.455	13.021.529	10.999.505
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos					
Financeiros Derivativos	6	88.093.059	97.187.849	84.093.841	90.341.153
Carteira Própria		20.969.029	40.300.328	23.387.659	40.293.749
Vinculados a Compromissos de Recompra		57.503.724	45.744.640	38.595.180	29.724.515
Instrumentos Financeiros Derivativos		8.312.044	11.087.166	17.108.295	17.307.264
Vinculados ao Banco Central		24.077	12.379	24.077	12.378
Moedas de Privatização		912	927	912	927
Vinculados à Prestação de Garantias		1.283.273	42.409	4.977.718	3.002.320
Relações Interfinanceiras	7	63.794.790	62.355.313	64.201.585	62.732.413
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		1.422.928	1.179	1.422.928	1.179
Créditos Vinculados:		61.345.428	60.823.290	61.752.223	61.200.390
Depósitos no Banco Central		61.344.382	60.821.548	61.751.177	61.198.648
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		1.046	1.742	1.046	1.742
Repasses Interfinanceiros		1.003.527	1.507.241	1.003.527	1.507.241
Correspondentes		22.907	23.603	22.907	23.603
Operações de Crédito	8	73.728.602	72.774.540	94.382.581	93.929.025
Setor Público		9.662	3.024	9.662	3.024
Setor Privado		77.206.814	76.601.989	98.219.361	97.941.488
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão		-	-	238.327	460.090
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	8.f	(3.487.874)	(3.830.473)	(4.084.769)	(4.475.577)
Operações de Arrendamento Mercantil	8	1	4	1.442.206	1.492.080
Setor Privado		2	5	1.471.417	1.518.203
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.f	(1)	(1)	(29.211)	(26.123)
Outros Créditos		150.751.902	132.633.521	154.959.859	136.311.891
Créditos por Avais e Fianças Honrados		1.536	1.062	1.536	1.062
Carteira de Câmbio	9	112.725.468	89.829.757	112.725.468	89.829.757
Rendas a Receber		801.176	1.459.653	732.495	747.168
Negociação e Intermediação de Valores	10	1.493.890	1.527.178	1.732.129	1.695.397
Créditos Tributários	11	6.918.637	8.234.581	7.763.562	9.102.267
Diversos	12	29.373.740	31.949.644	32.613.831	35.349.654
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.f	(562.545)	(368.354)	(609.162)	(413.414)
Outros Valores e Bens		1.289.426	977.548	1.939.197	1.773.168
Outros Valores e Bens		790.606	740.639	1.307.565	1.317.152
(Provisões para Desvalorizações)		(127.620)	(78.412)	(193.462)	(78.413)
Despesas Antecipadas		626.440	315.321	825.094	534.429

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	31/03/2017	Banco 31/12/2016	31/03/2017	Consolidado 31/12/2016
Ativo Realizável a Longo Prazo		276.475.117	274.424.155	242.319.165	236.857.511
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	16.964.250	14.812.506	297.596	156.126
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		16.964.250	14.812.506	297.596	156.126
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos					
Financeiros Derivativos	6	126.161.821	126.433.127	82.037.591	79.248.514
Carteira Própria		21.832.583	28.560.600	19.454.395	19.747.415
Vinculados a Compromissos de Recompra		77.177.808	80.468.239	34.585.139	40.450.482
Instrumentos Financeiros Derivativos		7.852.000	6.763.824	7.872.881	6.768.692
Vinculados ao Banco Central		2.609.794	3.032.518	2.609.794	3.032.518
Moedas de Privatização		1.737	1.846	1.737	1.846
Vinculados à Prestação de Garantias		16.687.899	7.606.100	17.513.645	9.247.561
Relações Interfinanceiras	7	167.818	167.818	167.818	167.818
Créditos Vinculados:		167.818	167.818	167.818	167.818
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		167.818	167.818	167.818	167.818
Operações de Crédito	8	84.448.550	84.068.998	104.189.745	101.366.048
Setor Público		77.919	63.205	77.919	63.205
Setor Privado		95.393.955	96.120.967	115.797.624	114.148.328
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão		161.515	164.402	287.877	164.402
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	8.f	(11.184.839)	(12.279.576)	(11.973.675)	(13.009.887)
Operações de Arrendamento Mercantil	8	3	2	1.283.063	1.332.698
Setor Privado		3	2	1.320.013	1.363.828
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.f	-	-	(36.950)	(31.130)
Outros Créditos		48.059.432	48.306.300	53.494.296	53.750.238
Créditos por Avais e Fianças Honrados		210.865	53.524	210.865	53.524
Carteira de Câmbio	9	1.290.833	2.316.371	1.290.833	2.316.371
Rendas a Receber		200.568	213.362	200.568	213.362
Créditos Tributários	11	16.533.296	15.548.383	18.726.469	17.664.421
Diversos	12	30.099.770	30.476.712	33.415.697	33.879.141
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.f	(275.900)	(302.052)	(350.136)	(376.581)
Outros Valores e Bens		673.243	635.404	849.056	836.069
Investimentos Temporários		101.765	101.801	101.773	101.809
(Provisões para Perdas)		(1.765)	(1.765)	(1.773)	(1.773)
Despesas Antecipadas		573.243	535.368	749.056	736.033
Permanente		26.800.097	26.807.262	12.429.535	13.031.097
Investimentos		17.005.170	16.500.112	379.370	177.813
Participações em Coligadas e Controladas:	15	16.985.413	16.480.840	359.302	158.548
No País		14.459.568	13.928.244	359.302	158.548
No Exterior		2.525.845	2.552.596	-	-
Outros Investimentos		52.009	51.830	63.051	62.879
(Provisões para Perdas)		(32.252)	(32.558)	(42.983)	(43.614)
Imobilizado de Uso	16	5.896.689	6.043.158	7.237.714	7.550.743
Imóveis de Uso		2.538.699	2.538.788	2.852.507	2.857.794
Outras Imobilizações de Uso		11.016.993	10.923.912	12.762.530	12.932.316
(Depreciações Acumuladas)		(7.659.003)	(7.419.542)	(8.377.323)	(8.239.367)
Intangível	17	3.898.238	4.263.992	4.812.451	5.302.541
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas		26.120.037	26.120.037	27.459.096	27.474.881
Outros Ativos Intangíveis		8.752.131	8.590.069	9.237.092	9.142.961
(Amortizações Acumuladas)		(30.973.930)	(30.446.114)	(31.883.737)	(31.315.301)
Total do Ativo		758.882.675	752.986.536	713.517.082	701.704.537

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	31/03/2017	Banco 31/12/2016	31/03/2017	Consolidado 31/12/2016
Passivo Circulante		556.707.552	542.620.235	504.210.576	483.912.382
Depósitos	18.a	156.145.592	158.705.975	99.747.972	97.394.726
Depósitos à Vista		14.862.780	16.016.316	14.823.604	16.006.319
Depósitos de Poupança		36.113.897	36.051.476	36.113.897	36.051.476
Depósitos Interfinanceiros		57.485.591	62.843.599	2.252.626	2.240.291
Depósitos a Prazo		47.683.324	43.794.584	46.557.758	43.096.551
Outros Depósitos		-	-	87	89
Captações no Mercado Aberto	18.b	142.814.826	132.400.766	131.238.550	121.760.781
Carteira Própria		126.469.794	114.772.683	123.893.508	113.137.300
Carteira de Terceiros		9.971.350	14.799.595	971.360	5.794.993
Carteira de Livre Movimentação		6.373.682	2.828.488	6.373.682	2.828.488
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	18.c	71.337.620	79.435.491	73.021.041	81.262.272
Recursos de Aceites Cambiais		-	-	611.272	553.811
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		66.863.785	70.650.037	67.935.934	71.923.007
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		3.484.138	7.673.171	3.484.138	7.673.171
Certificados de Operações Estruturadas		989.697	1.112.283	989.697	1.112.283
Relações Interfinanceiras	7	1.390.222	43.995	1.390.222	43.995
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		1.276.841	-	1.276.841	-
Correspondentes		113.381	43.995	113.381	43.995
Relações Interdependências		2.209.917	3.886.513	2.209.917	3.886.557
Recursos em Trânsito de Terceiros		2.209.423	3.886.121	2.209.423	3.886.121
Transferências Internas de Recursos		494	392	494	436
Obrigações por Empréstimos	18.e	27.551.841	29.839.343	26.417.556	28.557.611
Empréstimos no País - Outras Instituições		-	-	51.620	41.667
Empréstimos no Exterior		27.551.841	29.839.343	26.365.936	28.515.944
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	18.e	5.013.959	4.981.107	5.013.959	4.981.107
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)		2.529.537	2.422.382	2.529.537	2.422.382
Caixa Econômica Federal (CEF)		3.953	4.023	3.953	4.023
Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME)		2.291.256	2.321.457	2.291.256	2.321.457
Outras Instituições		189.213	233.245	189.213	233.245
Instrumentos Financeiros Derivativos	6	6.906.642	8.442.552	15.629.030	14.585.133
Instrumentos Financeiros Derivativos		6.906.642	8.442.552	15.629.030	14.585.133
Outras Obrigações		143.336.933	124.884.493	149.542.329	131.440.200
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		1.610.495	136.701	1.647.293	165.173
Carteira de Câmbio	9	106.745.465	84.631.442	106.745.465	84.631.442
Sociais e Estatutárias		229.718	4.591.369	258.687	4.707.285
Fiscais e Previdenciárias	19	2.014.695	1.891.028	2.736.278	2.442.614
Negociação e Intermediação de Valores	10	898.461	971.989	1.207.816	1.236.059
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	21	69.105	114.104	69.105	114.104
Diversas	22	31.768.994	32.547.860	36.877.685	38.143.523

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	31/03/2017	Banco 31/12/2016	31/03/2017	Consolidado 31/12/2016
Passivo Exigível a Longo Prazo		141.134.456	152.246.637	145.499.894	156.930.276
Depósitos	18.a	50.642.003	50.153.678	48.264.422	48.310.437
Depósitos Interfinanceiros		2.316.871	2.253.495	9.350	882.147
Depósitos a Prazo		48.325.132	47.900.183	48.255.072	47.428.290
Captações no Mercado Aberto	18.b	29.180.028	39.162.956	29.180.028	39.162.956
Carteira Própria		7.697.860	10.440.823	7.697.860	10.440.823
Carteira de Livre Movimentação		21.482.168	28.722.133	21.482.168	28.722.133
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	18.c	19.694.636	21.626.157	21.987.745	23.907.802
Recursos de Aceites Cambiais		-	-	537.977	536.444
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		19.404.753	21.453.818	21.159.885	23.199.019
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		9.992	49.031	9.992	49.031
Certificados de Operações Estruturadas		279.891	123.308	279.891	123.308
Obrigações por Empréstimos	18.e	1.234.556	1.638.173	1.622.297	2.042.406
Empréstimos no País - Outras Instituições		-	-	387.741	404.233
Empréstimos no Exterior		1.234.556	1.638.173	1.234.556	1.638.173
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	18.e	11.758.227	11.821.538	11.758.227	11.821.538
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)		7.185.322	7.000.580	7.185.322	7.000.580
Caixa Econômica Federal (CEF)		94.131	95.720	94.131	95.720
Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME)		4.473.573	4.719.077	4.473.573	4.719.077
Outras Instituições		5.201	6.161	5.201	6.161
Instrumentos Financeiros Derivativos	6	5.954.584	5.185.103	6.165.378	5.359.381
Instrumentos Financeiros Derivativos		5.954.584	5.185.103	6.165.378	5.359.381
Outras Obrigações		22.670.422	22.659.032	26.521.797	26.325.756
Carteira de Câmbio	9	1.221.332	2.121.659	1.221.332	2.121.659
Fiscais e Previdenciárias	19	6.579.637	6.224.868	9.433.626	9.150.993
Negociação e Intermediação de Valores	10	1.386	1.386	1.386	1.386
Dívidas Subordinadas	20	481.035	466.246	481.035	466.246
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	21	7.944.532	8.200.695	7.944.532	8.200.695
Diversas	22	6.442.500	5.644.178	7.439.886	6.384.777
Resultados de Exercícios Futuros		351.107	365.087	542.647	564.609
Resultados de Exercícios Futuros		351.107	365.087	542.647	564.609
Patrimônio Líquido	24	60.689.560	57.754.577	60.697.548	57.771.524
Capital Social:		57.000.000	57.000.000	57.000.000	57.000.000
De Domiciliados no País		4.808.186	4.808.186	4.808.186	4.808.186
De Domiciliados no Exterior		52.191.814	52.191.814	52.191.814	52.191.814
Reservas de Capital		359.046	395.925	360.602	396.951
Reservas de Lucros		3.024.381	3.024.381	3.024.381	3.039.459
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(905.548)	(2.151.695)	(899.093)	(2.150.852)
Lucros Acumulados		1.648.284	-	1.648.261	-
(-) Ações em Tesouraria		(436.603)	(514.034)	(436.603)	(514.034)
Participação dos Acionistas Minoritários		-	-	2.566.417	2.525.746
Total do Patrimônio Líquido		60.689.560	57.754.577	63.263.965	60.297.270
Total do Passivo		758.882.675	752.986.536	713.517.082	701.704.537

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	01/01 a 31/03/2017	Banco 01/01 a 31/03/2016	01/01 a 31/03/2017	Consolidado 01/01 a 31/03/2016
Receitas da Intermediação Financeira		21.456.759	22.063.154	21.100.350	21.096.073
Operações de Crédito		8.592.591	6.003.175	10.921.482	8.057.802
Operações de Arrendamento Mercantil		-	-	107.465	111.939
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a	8.049.213	8.776.790	5.169.224	5.807.989
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		1.856.627	1.721.381	1.932.217	1.531.966
Resultado de Operações com Câmbio		1.264.655	3.958.205	1.265.811	3.973.338
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		-	25	817	1.105
Resultado das Aplicações Compulsórias		1.693.673	1.603.578	1.703.334	1.611.934
Despesas da Intermediação Financeira		(15.106.434)	(14.358.699)	(13.579.622)	(12.577.596)
Operações de Captação no Mercado	18.d	(13.051.245)	(15.342.803)	(11.020.390)	(13.126.809)
Operações de Empréstimos e Repasses		548.794	3.259.195	460.640	3.165.956
Operações de Arrendamento Mercantil		(22)	(23)	-	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(2.603.961)	(2.275.068)	(3.019.872)	(2.616.743)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		6.350.325	7.704.455	7.520.728	8.518.477
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(2.758.237)	(3.233.124)	(3.373.829)	(3.708.628)
Receitas de Prestação de Serviços	27	2.096.497	2.067.815	2.711.962	2.337.877
Rendas de Tarifas Bancárias	27	797.075	614.860	997.028	752.597
Despesas de Pessoal	28	(1.720.532)	(1.642.321)	(1.881.136)	(1.813.462)
Outras Despesas Administrativas	29	(2.529.309)	(2.369.030)	(2.884.307)	(2.725.857)
Despesas Tributárias	30	(803.537)	(990.498)	(1.000.244)	(1.152.630)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	15	465.627	131.703	5.371	299
Outras Receitas Operacionais	31	944.612	865.368	1.212.596	1.114.029
Outras Despesas Operacionais	32	(2.008.670)	(1.911.021)	(2.535.099)	(2.221.481)
Resultado Operacional		3.592.088	4.471.331	4.146.899	4.809.849
Resultado não Operacional	33	3.764	25.871	(68.400)	25.392
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		3.595.852	4.497.202	4.078.499	4.835.241
Imposto de Renda e Contribuição Social	34	(1.471.663)	(2.971.151)	(1.845.271)	(3.302.067)
Provisão para Imposto de Renda		(649.786)	(416.790)	(876.321)	(563.413)
Provisão para Contribuição Social		(517.597)	(444.462)	(696.915)	(550.641)
Ativo Fiscal Diferido		(304.280)	(2.109.899)	(272.035)	(2.188.013)
Participações no Lucro		(296.627)	(298.329)	(319.190)	(318.360)
Participações dos Acionistas Minoritários		-	-	(89.583)	(2.074)
Lucro Líquido		1.827.562	1.227.722	1.824.455	1.212.740
Nº de Ações (Mil)	24.a	7.520.111	7.520.123		
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		243,02	163,26		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial			Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Total
				Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Próprios	Coligadas e Controladas	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial			
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		57.000.000	433.473	1.838.374	914.370	(3.657.416)	(141.913)	(1.141.646)	-	(423.953)	54.821.289
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	995	-	-	995
Ações em Tesouraria	24.d	-	-	-	-	-	-	-	-	1.535	1.535
Resultado de Ações em Tesouraria	24.d	-	(6.298)	-	-	-	-	-	-	-	(6.298)
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	(12.310)	-	-	-	-	-	-	-	(12.310)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	1.889.404	133.738	-	-	-	2.023.142
Reestruturação do Capital	24.d	-	-	-	-	-	-	-	-	(12)	(12)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	1.227.722	-	1.227.722
Saldos em 31 de Março de 2016		57.000.000	414.865	1.838.374	914.370	(1.768.012)	(8.175)	(1.140.651)	1.227.722	(422.430)	58.056.063
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		57.000.000	395.925	2.114.456	909.925	(136.813)	68.598	(2.083.480)	-	(514.034)	57.754.577
Ações em Tesouraria	24.d	-	-	-	-	-	-	-	-	77.443	77.443
Resultado de Ações em Tesouraria	24.d	-	(944)	-	-	-	-	-	-	-	(944)
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	(35.935)	-	-	-	-	-	-	-	(35.935)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	1.208.032	38.115	-	-	-	1.246.147
Reestruturação do Capital	24.d	-	-	-	-	-	-	-	-	(12)	(12)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	1.827.562	-	1.827.562
Adoção Inicial - Resolução 4.512 do Conselho Monetário Nacional (Nota 3.w e 22)		-	-	-	-	-	-	-	(179.278)	-	(179.278)
Saldos em 31 de Março de 2017		57.000.000	359.046	2.114.456	909.925	1.071.219	106.713	(2.083.480)	1.648.284	(436.603)	60.689.560

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial			Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Patrimônio Líquido	Participação dos Acionistas Minoritários	Total do Patrimônio Líquido
				Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Próprios	Coligadas e Controladas	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial					
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		57.000.000	436.389	1.838.374	936.746	(3.684.924)	(141.913)	(1.141.646)	-	(423.953)	54.819.073	1.956.130	56.775.203
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	995	-	-	995	-	995
Ações em Tesouraria	24.d	-	-	-	-	-	-	-	1.535	-	1.535	-	1.535
Resultado de Ações em Tesouraria	24.d	-	(6.298)	-	-	-	-	-	-	-	(6.298)	-	(6.298)
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	(12.770)	-	-	-	-	-	-	-	(12.770)	-	(12.770)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores													
Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	1.889.404	133.738	-	-	-	2.023.142	-	2.023.142
Reestruturação do Capital	24.d	-	-	-	-	-	-	-	-	(12)	(12)	-	(12)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	1.212.740	-	1.212.740	-	1.212.740
Destinações:													
Reserva para Equalização de Dividendos	24.c	-	-	-	(22.376)	19.837	-	-	17.056	-	14.517	-	14.517
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.074)	(2.074)
Outros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(26.374)	(26.374)
Saldos em 31 de Março de 2016		57.000.000	417.321	1.838.374	914.370	(1.775.683)	(8.175)	(1.140.651)	1.229.796	(422.430)	58.052.922	1.927.682	59.980.604
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		57.000.000	396.951	2.114.456	925.003	(135.970)	68.598	(2.083.480)	-	(514.034)	57.771.524	2.525.746	60.297.270
Ações em Tesouraria	24.d	-	-	-	-	-	-	-	-	77.443	77.443	-	77.443
Resultado de Ações em Tesouraria	24.d	-	(944)	-	-	-	-	-	-	-	(944)	-	(944)
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	(35.405)	-	-	-	-	-	-	-	(35.405)	-	(35.405)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores													
Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	1.208.032	38.115	-	-	-	1.246.147	-	1.246.147
Reestruturação do Capital	24.d	-	-	-	-	-	-	-	-	(12)	(12)	-	(12)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	1.824.455	-	1.824.455	-	1.824.455
Reserva para Equalização de Dividendos	24.c	-	-	-	(15.078)	5.612	-	-	3.084	-	(6.382)	-	(6.382)
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	89.583	89.583
Adoção Inicial - Resolução 4.512 do Conselho Monetário Nacional (Nota 3.w e 22)		-	-	-	-	-	-	-	(179.278)	-	(179.278)	-	(179.278)
Outros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(48.912)	(48.912)
Saldos em 31 de Março de 2017		57.000.000	360.602	2.114.456	909.925	1.077.674	106.713	(2.083.480)	1.648.261	(436.603)	60.697.548	2.566.417	63.263.965

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	01/01 a 31/03/2017	Banco 01/01 a 31/03/2016	01/01 a 31/03/2017	Consolidado 01/01 a 31/03/2016
Atividades Operacionais					
Lucro Líquido		1.827.562	1.227.722	1.824.455	1.212.740
Ajustes ao Lucro Líquido		4.009.513	7.281.063	5.138.088	7.878.242
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	2.603.961	2.275.068	3.019.872	2.616.743
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais		789.019	638.289	873.848	746.120
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		302.931	2.358.300	288.590	2.475.831
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	15	(465.627)	(131.703)	(5.371)	(299)
Depreciações e Amortizações	29	823.931	773.268	945.906	868.411
Constituição (Reversão) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	33	49.214	984	114.374	1.011
Resultado na Alienação de Valores e Bens	33	1.567	(9.850)	1.498	(9.954)
Resultado na Avaliação do Valor Recuperável	32	21.774	-	21.774	-
Resultado de Investimentos	33	(3.157)	-	(1.238)	778
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	31	(49.867)	-	(49.867)	-
Atualização de Depósitos Judiciais	31	(106.082)	(134.361)	(149.654)	(192.166)
Atualização de Impostos a Compensar	31	(69.645)	(53.041)	(91.722)	(70.761)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		127.773	1.410.253	129.509	1.426.195
Outros		(16.279)	153.856	40.569	16.333
Variações em Ativos e Passivos		12.745.138	(5.078.915)	12.482.505	(5.826.707)
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		7.346.941	(2.277.010)	8.792.299	(1.831.038)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		10.692.849	(27.839.368)	7.357.912	(13.386.966)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil		(3.820.942)	4.852.824	(6.021.547)	5.070.197
Redução (Aumento) em Depósitos no Banco Central		(522.834)	(410.696)	(552.529)	(459.264)
Redução (Aumento) em Outros Créditos		(18.705.746)	2.330.547	(18.564.822)	2.091.213
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		(348.994)	(429.758)	(309.937)	(424.024)
Varição Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		(1.247.012)	(1.497.265)	(1.247.056)	(1.497.265)
Aumento (Redução) em Depósitos		(2.072.058)	(515.623)	2.307.231	(4.938.628)
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		431.132	23.841.268	(505.159)	13.742.023
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		(2.721.578)	(3.352.289)	(2.572.271)	(4.816.144)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		23.727.360	192.903	23.992.105	847.110
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		(13.980)	25.552	(21.759)	23.592
Imposto Pago		-	-	(171.962)	(247.513)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		18.582.213	3.429.870	19.445.048	3.264.275
Atividades de Investimento					
Aquisição de Investimentos		(358)	(471)	(8.822)	(114.259)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(103.306)	(147.759)	(178.368)	(269.046)
Aplicações no Intangível		(235.271)	(330.704)	(248.296)	(349.535)
Caixa Líquido Recebido na Alienação de Investimentos		3.336	234	3.336	234
Alienação de Bens não de Uso Próprio		23.639	52.446	24.779	52.926
Alienação de Imobilizado de Uso		5.079	6.282	12.051	51.736
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		600.496	987.811	11.766	-
Mudança no Escopo de Consolidação	15	-	-	(3.758)	-
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		293.615	567.839	(387.312)	(627.944)
Atividades de Financiamento					
Aquisição de Ações de Emissão Própria	24.d	77.443	1.523	77.443	1.523
Emissões de Obrigações de Longo Prazo		10.002.848	11.474.437	10.492.871	11.823.037
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo		(22.799.908)	(17.041.686)	(23.548.323)	(17.479.812)
Pagamentos de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		(225.428)	(287.961)	(225.428)	(287.961)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(4.180.988)	(2.786.816)	(4.250.960)	(2.799.091)
Aumento (Redução) em Participação dos Minoritários		-	-	(27.147)	(28.448)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		(17.126.033)	(8.640.503)	(17.481.544)	(8.770.752)
Varição Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa		(127.773)	(1.410.253)	(129.509)	(1.426.195)
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		1.622.022	(6.053.047)	1.446.683	(7.560.616)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	17.847.678	31.348.083	18.133.177	33.133.182
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	19.469.700	25.295.036	19.579.860	25.572.566

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Banco				Consolidado			
		01/01 a 31/03/2017		01/01 a 31/03/2016		01/01 a 31/03/2017		01/01 a 31/03/2016	
Receitas da Intermediação Financeira		21.456.759		22.063.154		21.100.350		21.096.073	
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	27	2.893.572		2.682.675		3.708.990		3.090.474	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(2.603.961)		(2.275.068)		(3.019.872)		(2.616.743)	
Outras Receitas e Despesas		(1.038.520)		(1.019.782)		(1.369.129)		(1.082.060)	
Despesas da Intermediação Financeira		(12.502.473)		(12.083.631)		(10.559.750)		(9.960.853)	
Insumos de Terceiros		(1.546.582)		(1.429.859)		(1.775.111)		(1.678.519)	
Material, Energia e Outros		(61.059)		(77.542)		(63.018)		(80.293)	
Serviços de Terceiros	29	(535.095)		(443.187)		(631.124)		(542.737)	
Avaliação do Valor Recuperável	32	(21.774)		-		(21.774)		-	
Outros		(928.654)		(909.130)		(1.059.195)		(1.055.489)	
Valor Adicionado Bruto		6.658.795		7.937.489		8.085.478		8.848.372	
Retenções									
Depreciações e Amortizações	29	(823.931)		(773.268)		(945.906)		(868.411)	
Valor Adicionado Líquido Produzido		5.834.864		7.164.221		7.139.572		7.979.961	
Valor Adicionado Recebido em Transferência									
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	15	465.627		131.703		5.371		299	
Valor Adicionado Total a Distribuir		6.300.491		7.295.924		7.144.943		7.980.260	
Distribuição do Valor Adicionado									
Pessoal		1.789.005	28,4%	1.717.392	23,4%	1.948.681	27,3%	1.882.987	23,7%
Remuneração	28	1.010.010		935.344		1.107.068		1.039.656	
Benefícios	28	330.467		339.567		355.371		368.055	
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)		93.783		73.007		102.362		81.748	
Outras		354.745		369.474		383.880		393.528	
Impostos, Taxas e Contribuições		2.503.354	39,7%	4.184.907	57,5%	3.097.160	43,3%	4.703.532	58,9%
Federais		2.374.237		4.069.412		2.944.950		4.569.230	
Estaduais		198		194		219		263	
Municipais		128.919		115.301		151.991		134.039	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	29	180.570	2,9%	165.903	2,3%	185.064	2,6%	178.927	2,2%
Remuneração de Capitais Próprios		1.827.562	29,0%	1.227.722	16,8%	1.914.038	26,8%	1.214.814	15,2%
Reinvestimentos de Lucros		1.827.562		1.227.722		1.824.455		1.212.740	
Resultado das Participações dos Acionistas Minoritários		-		-		89.583		2.074	
Total		6.300.491	100,0%	7.295.924	100,0%	7.144.943	100,0%	7.980.260	100,0%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade anônima, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. Opera como Banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito e financiamento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil, operações de cartões de crédito e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, arrendamento mercantil, administração de consórcios e corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, capitalização e previdência privada. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do Banco Santander, que inclui sua dependência no exterior (Banco) e as demonstrações consolidadas (Consolidado), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras consolidadas incluem o Banco e suas empresas coligadas e controladas indicadas na Nota 15 e os fundos de investimentos, onde as empresas do Conglomerado Santander são as principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações. As carteiras desses fundos de investimentos estão classificadas por tipo de operação e estão distribuídos nas mesmas categorias em que originalmente foram alocados. A partir de 1 de janeiro de 2017, conforme Resolução do CMN 4.517 de 24 de agosto de 2016, as participações societárias em sociedades controladas em conjunto passaram a ser avaliadas pelo método de equivalência patrimonial de forma prospectiva.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras do Banco Santander, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pelo Banco Santander na sua gestão.

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
- Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
- Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
- Santander Fundo de Investimento Unix Multimercado Crédito Privado (Santander FI Unix);
- Santander Fundo de Investimento Capitalization Renda Fixa (Santander FI Capitalization);
- Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC);
- Santander FIC FI Contract I Referenciado DI (Santander FIC FI Contract);
- Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) ⁽⁵⁾;
- Santander Fundo de Investimento Financeiro Curto Prazo (Santander FI Financeiro);
- Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC) ⁽¹⁾;
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RCI Brasil I - Financiamento de Veículos (FI Direitos Creditórios RCI Brasil I) ⁽²⁾;
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RN Brasil - Financiamento de Veículos (FI RN Brasil - Financiamento de Veículos) ⁽³⁾;
- BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII (Fundo de Investimento Imobiliário) ⁽⁴⁾; e
- Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) ⁽⁵⁾.

(1) A Renault montadora (entidade não pertencente ao Conglomerado Santander) vende suas duplicatas (recebíveis referentes aos automóveis faturados para as concessionárias da montadora) ao Fundo. Este Fundo compra exclusivamente duplicatas da Renault montadora. Por sua vez, o Banco RCI Brasil S.A. (Nota 15) detém 100% das suas cotas subordinadas.

(2) O Banco RCI Brasil S.A. (empresa pertencente ao Conglomerado Santander) vende sua carteira do produto "floorplan" ao Fundo, bem como detém 100% das suas cotas subordinadas. Este Fundo compra exclusivamente operações de crédito do Banco RCI Brasil S.A.

(3) O Banco RCI Brasil S.A. vendeu recebíveis (Carteira CDC) ao FI RN Brasil - Financiamento de Veículos. As cotas sêniores terão somente um investidor, o *Credit Agricole*. O Banco RCI Brasil S.A. detém 100% das cotas subordinadas. Este fundo foi constituído e passou a ser consolidado em setembro de 2016.

(4) Este fundo foi constituído e passou a ser consolidado em agosto de 2016. Trata-se de uma estrutura onde o Banco Santander figurava como credor de determinadas dívidas (operações de crédito). Os imóveis objeto de garantia das referidas operações foram convertidos em aportes de capital junto ao Fundo de Investimento Imobiliário, conjugado a concomitante transferência das cotas do mesmo para o Banco Santander mediante processo de dação em pagamento das operações de crédito supracitadas.

(5) O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e do Subfundo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. No mercado irlandês, um fundo de investimento não pode atuar diretamente e, por esse motivo, houve a necessidade da criação de uma outra estrutura (um subfundo), o Santander FI Hedge Strategies. O Santander Paraty não possui posição patrimonial, sendo toda posição oriunda do balancete do Santander FI Hedge Strategies.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no país, dependência no exterior e controladas, os resultados não realizados entre essas empresas e destacada a participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado. Os componentes das contas patrimoniais e de resultado das sociedades controladas em conjunto foram consolidados nas respectivas proporções da participação no capital social da controlada.

As informações das operações de arrendamento mercantil foram reclassificadas, com o objetivo de refletir sua posição financeira em conformidade com o método financeiro.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, realização do crédito tributário, passivos contingentes, plano de pensão e o valor justo dos ativos financeiros.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o período findo em 31 de março de 2017 na reunião realizada em 25 de abril de 2017.

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do período findo em 31 de março de 2017, foram divulgadas simultaneamente, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Moeda Funcional

Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

A Resolução do CMN 4.524 de 29 de setembro de 2016, com aplicação prospectiva a partir de 1 de janeiro de 2017, passou a estabelecer procedimentos contábeis para reconhecimento pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen que detenham investimentos no exterior: I - dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão de transações realizadas em moeda estrangeira por investidas no exterior para as respectivas moedas funcionais; II - dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão dos saldos das demonstrações financeiras de investidas no exterior das respectivas moedas funcionais para a moeda nacional; e III - das operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior. Referidas alterações não impactaram as demonstrações financeiras do Banco Santander no primeiro trimestre de 2017. Considera-se moeda funcional a moeda do ambiente econômico principal no qual a entidade opera.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco Santander.

Os ativos e passivos da dependência e subsidiária no exterior são convertidos para o Real como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço; e
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Créditos Vinculados ao Bacen Remunerados

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

e.1) Operações Compromissadas

Venda com Compromisso de Recompra

Os títulos de renda fixa próprios utilizados para lastrear as operações compromissadas são destacados em contas específicas do ativo (títulos vinculados) na data da operação, pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. A diferença entre os valores de recompra e o de venda representa a despesa da operação.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

O Banco também utiliza lastros de terceiros para realizar captações em operações de venda com compromisso de recompra, tais captações são registradas como posição financiada.

Compra com Compromisso de Revenda

Os financiamentos concedidos mediante lastro com títulos de renda fixa (de terceiros) são registrados na posição bancada pelo valor de liquidação. A diferença entre os valores de revenda e de compra representa a renda da operação. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.

Operações Compromissadas Realizadas com Acordo de Livre Movimentação

Para operações com cláusula de livre movimentação, no momento da venda definitiva dos títulos adquiridos com compromisso de revenda, o passivo referente à obrigação de devolução do título deve ser avaliado pelo valor de mercado do título.

f) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I - títulos para negociação;
- II - títulos disponíveis para venda; e
- III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

- I - "hedge" de risco de mercado; e
- II - "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

h) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)

A Resolução do CMN 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015), dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais por instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a Resolução incluem:

- a) Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen 3.068, de 8 de novembro de 2001;

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

- b) Instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular Bacen 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e
- c) Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN 3.464, de 26 de junho de 2007.

De acordo com esta Resolução, o Banco passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

i) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados “pro rata” dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, o Banco efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixado para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução CMN 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas); na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN 2.682/1999.

j) Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens

Ativos não-correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação, ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (“operações descontinuadas”), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

Outros valores e bens referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento.

Ativos não-correntes mantidos para venda e os bens não de uso próprio são geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

k) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

k.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o contido na Resolução CMN 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediadores da originação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

A Circular Bacen 3.738 de dezembro de 2014, facultou a possibilidade de aplicação escalonada do procedimento contábil supracitado, conforme abaixo:

- a) 2015: Reconhecer integralmente como despesa 1/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor;
- b) 2016: Reconhecer integralmente como despesa 2/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor; e
- c) 2017: Reconhecer o valor total da comissão paga integralmente como despesa.

O Banco está utilizando essa prerrogativa.

Segundo o contido na Circular Bacen 3.722 de outubro de 2014, os procedimentos contábeis anteriormente descritos devem ser aplicados de forma prospectiva a partir de janeiro de 2015, não trazendo impactos sobre as comissões pagas até dezembro de 2014.

A partir de janeiro de 2020, caso ainda exista no ativo da entidade saldo a amortizar de comissão de venda paga ao correspondente, esse montante deverá ser integralmente baixado contra resultado (despesa).

I) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

I.1) Investimentos

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

I.2) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

I.3) Intangível

O ágio na aquisição de sociedades controladas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor.

Em julho de 2015 o Banco revisou a curva de amortização do ágio de aquisição do Banco Real a fim de adequar a curva originalmente estabelecida ao prazo, extensão e proporção dos resultados futuros. A amortização do referido ágio será concluída em outubro de 2017 (originalmente em 2016).

Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

m) Provisões Técnicas Relacionadas às Atividades de Previdência e de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Provisões Técnicas de Previdência

As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo:

• Provisão para Prêmios não Ganhos (PPNG)

A PPNG é constituída pelas parcelas dos prêmios líquidos de cosseguro cedido, correspondentes aos períodos de riscos não decorridos das apólices, calculada "pro rata" dia. Conforme a Circular Susep 517/2015 e alterações posteriores, no período entre a emissão e o início de vigência, o cálculo da provisão é efetuado considerando o período de vigência igual ao prazo de vigência do risco.

• Provisões de Prêmios não Ganhos - Riscos Vigentes e não Emitidos (PPNG-RVNE)

A PPNG-RVNE tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos já assumidos mas que ainda não possuem as respectivas apólices emitidas. Esta provisão é estimada com base no comportamento histórico das emissões em atraso, conforme Nota Técnica Atuarial (NTA).

• Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBaC e PMBC)

As PMBaC são constituídas a partir das contribuições arrecadadas através do regime financeiro de capitalização. As PMBC representam as obrigações assumidas sob a forma de planos de renda continuada, sendo constituídas através de cálculo atuarial para os planos dos tipos tradicional.

• Provisões de Sinistros a Liquidar (PSL)

A PSL é constituída com base nos avisos recebidos pela Evidence Previdência S.A. (Evidence), relativos a pagamentos únicos e rendas vencidas, de sinistros avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido. O fato gerador da baixa da provisão decorrente de pagamento, se caracteriza quando da liquidação financeira, do recebimento do comprovante de pagamento da indenização, pecúlio ou renda vencida, ou conforme os demais casos previstos em lei.

• PSL Judicial

É constituída para todos os avisos de sinistros em demanda judicial, com base na probabilidade de perda e classificadas como prováveis, possíveis e remotas.

Os sinistros em demanda judicial são analisados individualmente pelo departamento jurídico para serem classificados dentre estas probabilidades de perda, sendo atualizados sempre que houver necessidade.

Na PSL judicial incide ainda correção monetária e honorários de sucumbência, conforme indexador do contrato e juros de 1% ao mês.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

• Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR)

O IBNR deve ser constituído para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data base de cálculo. Para fins de descrição da metodologia, adotamos o termo “sinistro” para definir todos os sinistros e benefícios dos planos de risco de previdência. A Evidence não dispõe de base de dados suficiente para a elaboração de metodologia própria, desta forma, é utilizado os procedimentos técnicos definidos na Circular Susep 517/2015 e alterações posteriores.

• Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros. Para os planos estruturados no regime financeiro de repartição simples e repartição de capitais de cobertura, a provisão abrange as despesas, alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios, em função de sinistros ocorridos, avisados ou não.

• Provisão de Excedente Financeiro (PEF)

A PEF abrange os valores de excedentes financeiros provisionados, a serem utilizados de acordo com o regulamento do plano. Esta provisão é calculada considerando-se a rentabilidade dos investimentos realizada versus a rentabilidade garantida em cada plano.

• Provisão de Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar (PVR)

Abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, as devoluções de contribuições ou prêmios ou as portabilidades solicitadas e que por qualquer motivo, ainda não foram efetuadas.

• Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

A PCC deverá ser constituída quando for observada insuficiência nas provisões técnicas decorrente da realização do Teste de Adequação de Passivos (TAP).

Provisões Técnicas de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo:

- Provisão matemática para resgate resulta da acumulação dos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, capitalizados com a taxa de juros prevista no plano e atualização através da taxa de remuneração básica da caderneta de poupança - Taxa Referencial Básica (TR);
- Provisão para resgate dos títulos antecipados é constituída a partir do cancelamento por falta de pagamento ou solicitação de resgate do título, com base no valor da provisão matemática de resgate constituída no momento de cancelamento do título e a provisão para resgate dos títulos vencidos é constituída após o término de vigência do título;
- Provisão de sorteios a realizar é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir os sorteios a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados e a provisão de sorteios a pagar é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos; e
- Provisão de despesas administrativas tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição.

n) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas de pessoal na demonstração dos resultados.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja planos de contribuição definida e estão apresentados na Nota 35. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

Desde janeiro de 2013, o Banco Santander aplica o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) que estabelece fundamentalmente, o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria (Nota 32) e despesas de pessoal (Nota 28).

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovado pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

o) Remuneração Baseada em Ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer seus direitos; (2) condições de performance, a quantidade de Investimento em Certificados de Depósito de Ações (Units) passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do modificador Retorno sobre Ativo Ponderado pelo Risco (RoRWA), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mede o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ação

O Banco mede o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido no valor justo na valorização das ações na data de concessão e até que o passivo seja liquidado, o Banco reavalia o valor justo do passivo no final de cada período de reporte e a data de sua liquidação, com quaisquer mudanças no valor justo reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as provisões em “salários a pagar” em todo o período de vigência, refletindo como os serviços são recebidos, o Banco registra o passivo total na melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas no final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência com base na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa sua estimativa sobre o número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

p) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 18.d).

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio líquido (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

De acordo com o previsto no COSIF, os instrumentos híbridos de capital e dívida representam obrigações das instituições financeiras emissoras e devem ser registrados em contas específicas do passivo e atualizado de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes à esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

Em relação ao componente de patrimônio líquido, ocorre o seu registro no momento inicial em razão do seu valor justo, caso seja diferente de zero.

O detalhamento pertinente a emissão dos instrumentos de natureza composta encontram-se descrito na Nota 21.

q) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e com base nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 23.h) e para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

r) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre todas as receitas e para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias. Para empresas não financeiras as alíquotas são de 1,65% para o PIS e 7,6% para a Cofins.

s) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/2015).

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 11.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

t) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

u) Resultados de Exercícios Futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deram origem, incluindo rendimentos não restituíveis, principalmente relacionados a garantias e fianças prestadas e anuidades de cartão de crédito. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

v) Participação dos Acionistas Minoritários

Os acionistas não controladores (minoritários) são registrados em conta destacada de patrimônio líquido das entidades controladoras, para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

w) Garantias Financeiras Prestadas

A Resolução do CMN 4.512 de 28 de julho de 2016 e a Carta Circular Bacen 3.782 de 19 de setembro de 2016, estabeleceram procedimentos contábeis a serem aplicados, determinando sobre a constituição de provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma, a serem aplicados de forma prospectiva a partir de 1 de janeiro de 2017. As instituições financeiras devem avaliar as perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes, passíveis de verificação. A provisão deve ser suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e ser reavaliada, no mínimo, mensalmente. As provisões relacionadas a garantias financeiras prestadas antes de 1 de janeiro de 2017 foram registradas em contrapartida de conta do patrimônio líquido, de acordo com as normas do Bacen.

x) Evento Subsequente

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações, e são compostos por:

- Eventos que Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2016	Banco 31/12/2015
Disponibilidades	5.190.349	5.513.365	5.269.985	5.231.627
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	14.279.351	12.334.313	20.025.051	26.116.456
Aplicações no Mercado Aberto	822.762	1.053.105	2.431.955	3.993.155
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	435.536	282.753	198.268	292.520
Aplicações em Moedas Estrangeiras	13.021.053	10.998.455	17.394.828	21.830.781
Total	19.469.700	17.847.678	25.295.036	31.348.083

	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2016	Consolidado 31/12/2015
Disponibilidades	5.404.677	5.723.084	5.463.167	6.863.856
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	14.175.183	12.410.093	20.109.399	26.269.326
Aplicações no Mercado Aberto	892.762	1.129.140	2.516.303	4.146.025
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	260.892	282.753	198.268	292.520
Aplicações em Moedas Estrangeiras	13.021.529	10.998.200	17.394.828	21.830.781
Total	19.579.860	18.133.177	25.572.566	33.133.182

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	31/03/2017			Banco 31/12/2016	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	23.861.875	14.338.684	-	38.200.559	47.405.162
Posição Bancada	916.200	-	-	916.200	1.049.511
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	597.270	-	-	597.270	546.618
Letras do Tesouro Nacional - LTN	314.832	-	-	314.832	281.870
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.098	-	-	4.098	221.023
Posição Financiada	6.760.429	3.259.838	-	10.020.267	15.089.724
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.810.966	1.765.198	-	4.576.164	2.692.139
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.949.463	1.494.640	-	5.444.103	12.397.585
Posição Vendida	16.185.246	11.078.846	-	27.264.092	31.265.927
Letras do Tesouro Nacional - LTN	4.755.945	3.377.388	-	8.133.333	4.791.784
Notas do Tesouro Nacional - NTN	11.429.301	7.701.458	-	19.130.759	26.474.143
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6.479.875	15.057.845	16.964.250	38.501.970	36.721.868
Aplicações em Moedas Estrangeiras	13.021.053	-	-	13.021.053	10.998.455
Total	43.362.803	29.396.529	16.964.250	89.723.582	95.125.485
Circulante				72.759.332	80.312.979
Longo Prazo				16.964.250	14.812.506

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

				Consolidado	
				31/03/2017	31/12/2016
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	23.931.875	14.338.684	-	38.270.559	47.479.196
Posição Bancada	7.746.629	2.239.561	-	9.986.190	10.128.147
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	597.270	-	-	597.270	546.619
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.195.798	1.756.818	-	4.952.616	3.041.941
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.953.561	482.743	-	4.436.304	6.539.587
Posição Financiada	-	1.020.277	-	1.020.277	6.085.122
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	8.380	-	8.380	6.102
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	1.011.897	-	1.011.897	6.079.020
Posição Vendida	16.185.246	11.078.846	-	27.264.092	31.265.927
Letras do Tesouro Nacional - LTN	4.755.945	3.377.388	-	8.133.333	4.791.784
Notas do Tesouro Nacional - NTN	11.429.301	7.701.458	-	19.130.759	26.474.143
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	354.611	697.737	297.596	1.349.944	1.190.540
Aplicações em Moedas Estrangeiras	13.021.529	-	-	13.021.529	10.999.505
Total	37.308.015	15.036.421	297.596	52.642.032	59.669.241
Circulante				52.344.436	59.513.115
Longo Prazo				297.596	156.126

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

I) Resumo da Carteira por Categorias

				Banco	
				31/03/2017	31/12/2016
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado Refletido no: Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação	52.829.145	694.422	-	53.523.567	62.305.120
Títulos Públicos	48.494.235	685.054	-	49.179.289	58.056.201
Títulos Privados	4.334.910	9.368	-	4.344.278	4.248.919
Títulos Disponíveis para Venda	133.247.169	(7.517)	2.206.420	135.446.072	134.076.424
Títulos Públicos	55.370.921	-	2.415.708	57.786.629	50.965.594
Títulos Privados	77.876.248	(7.517)	(209.288)	77.659.443	83.110.830
Títulos Mantidos até o Vencimento	9.121.197	-	-	9.121.197	9.388.442
Títulos Públicos	9.121.197	-	-	9.121.197	9.388.442
Total de Títulos e Valores Mobiliários	195.197.511	686.905	2.206.420	198.090.836	205.769.986
Derivativos (Ativo)	23.888.359	(7.797.792)	73.477	16.164.044	17.850.990
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	219.085.870	(7.110.887)	2.279.897	214.254.880	223.620.976
Circulante				88.093.059	97.187.849
Longo Prazo				126.161.821	126.433.127
Derivativos (Passivo)	(18.208.362)	5.436.626	(89.490)	(12.861.226)	(13.627.655)
Circulante				(6.906.642)	(8.442.552)
Longo Prazo				(5.954.584)	(5.185.103)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

				31/03/2017	Consolidado 31/12/2016
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado Refletido no: Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação	53.315.807	843.241	-	54.159.048	62.739.022
Títulos Públicos	51.665.737	790.531	-	52.456.268	60.984.954
Títulos Privados	1.650.070	52.710	-	1.702.780	1.754.068
Títulos Disponíveis para Venda	75.408.826	49.545	2.411.640	77.870.011	73.386.247
Títulos Públicos	58.316.791	-	2.584.388	60.901.179	54.591.429
Títulos Privados	17.092.035	49.545	(172.748)	16.968.832	18.794.818
Títulos Mantidos até o Vencimento	9.121.197	-	-	9.121.197	9.388.442
Títulos Públicos	9.121.197	-	-	9.121.197	9.388.442
Total de Títulos e Valores Mobiliários	137.845.830	892.786	2.411.640	141.150.256	145.513.711
Derivativos (Ativo)	31.796.296	(7.000.166)	185.046	24.981.176	24.075.956
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	169.642.126	(6.107.380)	2.596.686	166.131.432	169.589.667
Circulante				84.093.841	90.341.153
Longo Prazo				82.037.591	79.248.514
Derivativos (Passivo)	(17.728.011)	(3.762.008)	(304.389)	(21.794.408)	(19.944.514)
Circulante				(15.629.030)	(14.585.133)
Longo Prazo				(6.165.378)	(5.359.381)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

II) Títulos para Negociação

	31/03/2017		Banco 31/12/2016		31/03/2017		Consolidado 31/12/2016	
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação								
Títulos Públicos	48.494.235	685.054	49.179.289	58.056.201	51.665.737	790.531	52.456.268	60.984.954
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.802.709	(859)	1.801.850	3.347.930	3.415.961	26.567	3.442.528	4.713.707
Letras do Tesouro Nacional - LTN	15.731.609	73.946	15.805.555	10.232.632	15.731.609	73.946	15.805.555	10.232.632
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	207.040	(7.798)	199.242	199.195	207.040	(7.798)	199.242	199.195
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	20.260.631	410.423	20.671.054	18.793.474	20.651.047	430.132	21.081.179	19.184.569
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	53.446	(259)	53.187	53.533	1.221.280	58.083	1.279.363	1.225.414
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	10.240.849	204.432	10.445.281	25.300.465	10.240.849	204.432	10.445.281	25.300.465
Títulos da Dívida Agrária - TDA	197.281	5.141	202.422	128.268	197.281	5.141	202.422	128.268
Títulos da Dívida Externa Brasileira	670	28	698	704	670	28	698	704
Títulos Privados	4.334.910	9.368	4.344.278	4.248.919	1.650.070	52.710	1.702.780	1.754.068
Ações	469	(120)	349	257	178.955	2.634	181.589	124.997
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽¹⁾	722	-	722	1.996	722	-	722	1.996
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	-	-	-	-	21.013	242	21.255	21.313
Cotas de Fundos de Investimento	42.293	469	42.762	-	1.054.114	40.579	1.094.693	1.083.298
Cotas de Fundos Imobiliários	-	-	-	-	18.679	236	18.915	24.032
Debêntures ⁽³⁾	4.232.516	8.612	4.241.128	4.068.289	317.605	8.612	326.217	268.481
Letras Financeiras - LF	-	-	-	-	-	-	-	48.600
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	198	(2)	196	30.280	198	(2)	196	30.325
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	58.712	409	59.121	148.097	58.712	409	59.121	148.097
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	-	-	-	72	-	72	2.929
Total	52.829.145	694.422	53.523.567	62.305.120	53.315.807	843.241	54.159.048	62.739.022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

						Banco
						31/03/2017
Títulos para Negociação	Sem	Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	
Abertura por Vencimento	Vencimento	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	Total
Títulos Públicos	-	2.159.849	6.779.649	13.580.318	26.659.473	49.179.289
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	79.657	747.796	974.397	1.801.850
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	719.004	4.929.582	6.993.081	3.163.888	15.805.555
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	-	1.733	-	-	197.509	199.242
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	1.423.854	26.890	4.963.203	14.257.107	20.671.054
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	-	13	51.506	-	1.668	53.187
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	1.632.034	785.513	8.027.734	10.445.281
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	15.231	59.980	90.725	36.486	202.422
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	14	-	-	684	698
Títulos Privados	43.111	1.650	2.903	9.253	4.287.361	4.344.278
Ações	349	-	-	-	-	349
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽¹⁾	-	722	-	-	-	722
Cotas de Fundos de Investimento	42.762	-	-	-	-	42.762
Debêntures ⁽³⁾	-	928	2.707	8.483	4.229.010	4.241.128
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	196	-	-	196
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	-	-	-	770	58.351	59.121
Total	43.111	2.161.499	6.782.552	13.589.571	30.946.834	53.523.567

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

						Consolidado
						31/03/2017
Títulos para Negociação	Sem	Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	
Abertura por Vencimento	Vencimento	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	Total
Títulos Públicos	-	2.257.620	6.835.303	14.517.151	28.846.194	52.456.268
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	93.943	113.624	1.666.548	1.568.413	3.442.528
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	719.004	4.929.582	6.993.081	3.163.888	15.805.555
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	-	1.733	-	-	197.509	199.242
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	1.424.492	29.441	4.981.284	14.645.962	21.081.179
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	-	3.203	70.642	-	1.205.518	1.279.363
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	1.632.034	785.513	8.027.734	10.445.281
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	15.231	59.980	90.725	36.486	202.422
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	14	-	-	684	698
Títulos Privados	1.295.197	1.650	2.975	9.253	393.705	1.702.780
Ações	181.589	-	-	-	-	181.589
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽¹⁾	-	722	-	-	-	722
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	-	-	-	-	21.255	21.255
Cotas de Fundos de Investimento	1.094.693	-	-	-	-	1.094.693
Cotas de Fundos Imobiliários	18.915	-	-	-	-	18.915
Debêntures ⁽³⁾	-	928	2.707	8.483	314.099	326.217
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	196	-	-	196
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	-	-	-	770	58.351	59.121
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	-	72	-	-	72
Total	1.295.197	2.259.270	6.838.278	14.526.404	29.239.899	54.159.048

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

III) Títulos Disponíveis para Venda

				31/03/2017	Banco 31/12/2016
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado Refletido no: Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Disponíveis para Venda					
Títulos Públicos	55.370.921	-	2.415.708	57.786.629	50.965.594
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	628	-	215	843	792
Crédito Securitizado	2.388	-	261	2.649	2.774
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	13.427.833	-	(22.868)	13.404.965	13.009.538
Letras do Tesouro Nacional - LTN ⁽⁷⁾	19.017.585	-	438.902	19.456.487	15.427.266
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	1.137.412	-	(20.527)	1.116.885	1.098.376
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	7.064.766	-	929.326	7.994.092	6.676.617
Notas do Tesouro Nacional - NTN C ⁽²⁾	1.466.702	-	41.075	1.507.777	1.457.303
Notas do Tesouro Nacional - NTN F ^{(2) (5) (8)}	9.969.911	-	1.035.866	11.005.777	10.103.843
Títulos da Dívida Externa Espanhola	3.283.696	-	13.458	3.297.154	3.189.085
Títulos Privados	77.876.248	(7.517)	(209.288)	77.659.443	83.110.830
Ações	535.705	-	14.669	550.374	570.918
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP ⁽⁶⁾	34.948	-	-	34.948	37.510
Cotas de Fundos de Investimento	649.166	-	-	649.166	638.240
Cotas de Fundos Imobiliários	467.186	(7.517)	-	459.669	587.558
Debêntures ⁽³⁾	71.669.490	-	(260.016)	71.409.474	75.534.609
Eurobonds	111.351	-	(24.555)	86.796	158.057
Notas Promissórias - NP ⁽⁴⁾	3.176.653	-	60.586	3.237.239	3.794.761
Letras Financeiras - LF	661.814	-	1.705	663.519	1.260.295
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	383.770	-	(10.537)	373.233	398.435
Cédula de Produto Rural - CPR	186.165	-	8.860	195.025	130.447
Total	133.247.169	(7.517)	2.206.420	135.446.072	134.076.424



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

				31/03/2017	Consolidado 31/12/2016
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado Refletido no: Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Disponíveis para Venda					
Títulos Públicos	58.316.791	-	2.584.388	60.901.179	54.591.429
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	628	-	215	843	792
Crédito Securitizado	2.388	-	261	2.649	2.774
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	13.690.170	-	(23.187)	13.666.983	13.859.561
Letras do Tesouro Nacional - LTN ⁽⁷⁾	20.110.149	-	463.523	20.573.672	16.500.386
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	1.137.412	-	(20.527)	1.116.885	1.098.376
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	7.064.766	-	929.326	7.994.092	6.676.617
Notas do Tesouro Nacional - NTN C ⁽²⁾	1.466.702	-	41.075	1.507.777	1.457.303
Notas do Tesouro Nacional - NTN F ^{(2) (5) (8)}	11.560.880	-	1.180.244	12.741.124	11.806.535
Títulos da Dívida Externa Espanhola	3.283.696	-	13.458	3.297.154	3.189.085
Títulos Privados	17.092.035	49.545	(172.748)	16.968.832	18.794.818
Ações	847.815	-	50.880	898.695	925.220
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽¹⁾	1.841	-	-	1.841	-
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP ⁽⁶⁾	39.555	-	-	39.555	42.456
Cotas de Fundos de Investimento	132.413	(10.926)	-	121.487	151.202
Cotas de Fundos Imobiliários	9.556	60.430	104	70.090	62.807
Debêntures ⁽³⁾	11.285.455	-	(260.016)	11.025.439	11.589.925
Eurobonds	111.351	-	(24.555)	86.796	158.057
Notas Promissórias - NP ⁽⁴⁾	3.176.653	-	60.586	3.237.239	3.797.619
Letras de Câmbio - LC	41.172	-	-	41.172	20.594
Letras Financeiras - LF	857.960	-	1.930	859.890	1.489.268
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	383.770	-	(10.537)	373.233	398.435
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	18.329	41	-	18.370	28.788
Cédula de Produto Rural - CPR	186.165	-	8.860	195.025	130.447
Total	75.408.826	49.545	2.411.640	77.870.011	73.386.247

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

						Banco
						31/03/2017
Títulos Disponíveis para Venda	Sem	Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	
Abertura por Vencimento	Vencimento	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	Total
Títulos Públicos	-	18.585	7.070.750	13.553.621	37.143.673	57.786.629
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-	-	-	-	843	843
Crédito Securitizado	-	237	675	1.174	563	2.649
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	151.458	13.253.507	13.404.965
Letras do Tesouro Nacional - LTN ⁽⁷⁾	-	-	3.492.028	13.400.989	2.563.470	19.456.487
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	-	10.901	-	-	1.105.984	1.116.885
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	7.447	15.109	-	7.971.536	7.994.092
Notas do Tesouro Nacional - NTN C ⁽²⁾	-	-	7.285	-	1.500.492	1.507.777
Notas do Tesouro Nacional - NTN F ^{(2) (5) (8)}	-	-	258.499	-	10.747.278	11.005.777
Títulos da Dívida Externa Espanhola	-	-	3.297.154	-	-	3.297.154
Títulos Privados	1.136.109	1.803.243	16.122.682	5.497.370	53.100.039	77.659.443
Ações	10.688	-	-	539.686	-	550.374
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP ⁽⁶⁾	-	-	-	5.211	29.737	34.948
Cotas de Fundos de Investimento	649.166	-	-	-	-	649.166
Cotas de Fundos Imobiliários	459.669	-	-	-	-	459.669
Debêntures ⁽³⁾	16.586	1.234.381	14.247.152	3.302.652	52.608.703	71.409.474
Eurobonds	-	-	1.342	-	85.454	86.796
Notas Promissórias - NP ⁽⁴⁾	-	527.671	1.247.562	1.321.776	140.230	3.237.239
Letras Financeiras - LF	-	3.723	469.143	190.653	-	663.519
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	1.050	95.009	41.259	235.915	373.233
Cédula de Produto Rural - CPR	-	36.418	62.474	96.133	-	195.025
Total	1.136.109	1.821.828	23.193.432	19.050.991	90.243.712	135.446.072



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

						Consolidado
						31/03/2017
Títulos Disponíveis para Venda	Sem	Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	
Abertura por Vencimento	Vencimento	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	Total
Títulos Públicos	-	55.012	7.815.877	14.044.403	38.985.887	60.901.179
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-	-	-	-	843	843
Crédito Securitizado	-	237	675	1.174	563	2.649
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	43	151.458	13.515.482	13.666.983
Letras do Tesouro Nacional - LTN ⁽⁷⁾	-	-	4.118.431	13.891.771	2.563.470	20.573.672
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	-	10.901	-	-	1.105.984	1.116.885
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	7.447	15.109	-	7.971.536	7.994.092
Notas do Tesouro Nacional - NTN C ⁽²⁾	-	-	7.285	-	1.500.492	1.507.777
Notas do Tesouro Nacional - NTN F ^{(2) (5) (8)}	-	36.427	377.180	-	12.327.517	12.741.124
Títulos da Dívida Externa Espanhola	-	-	3.297.154	-	-	3.297.154
Títulos Privados	226.039	1.918.262	2.705.229	5.543.149	6.576.153	16.968.832
Ações	16.035	-	-	539.686	342.974	898.695
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽²⁾	1.841	-	-	-	-	1.841
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP ⁽⁶⁾	-	-	-	9.818	29.737	39.555
Cotas de Fundos de Investimento	121.487	-	-	-	-	121.487
Cotas de Fundos Imobiliários	70.090	-	-	-	-	70.090
Debêntures ⁽³⁾	16.586	1.234.381	748.347	3.302.652	5.723.473	11.025.439
Eurobonds	-	-	1.342	-	85.454	86.796
Notas Promissórias - NP ⁽⁴⁾	-	527.671	1.247.562	1.321.776	140.230	3.237.239
Letras de Câmbio - LC	-	-	-	41.172	-	41.172
Letras Financeiras - LF	-	118.742	550.495	190.653	-	859.890
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	1.050	95.009	41.259	235.915	373.233
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	-	-	-	18.370	18.370
Cédula de Produto Rural - CPR	-	36.418	62.474	96.133	-	195.025
Total	226.039	1.973.274	10.521.106	19.587.552	45.562.040	77.870.011

(1) O valor das cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC é calculado mediante a apuração do valor dos direitos creditórios e dos demais ativos financeiros integrantes das suas respectivas carteiras, deduzidos das respectivas provisões que levam em consideração aspectos relacionados aos devedores, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, de acordo com as normas e práticas contábeis de avaliação de crédito.

(2) No primeiro trimestre de 2016, foram realizados o valor de R\$3.606, líquidos dos efeitos tributários, no resultado Consolidado, pela venda das NTN-C e parte das NTN-F ao mercado (Nota 24.e).

(3) No Banco e no Consolidado, inclui títulos de emissão de sociedade de economia mista no valor de R\$322 (31/12/2016 – R\$583) em títulos para negociação e R\$1.133.712 (31/12/2016 – R\$1.206.434) em títulos disponíveis para venda.

(4) Inclui o valor de R\$108.451 (31/12/2016 - R\$146.392) de títulos objeto de "hedge" de risco de mercado (Nota 6.b.V.a) e R\$1.823.355 (31/12/2016 - R\$1.939.949) de títulos objeto de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.V.b).

(5) Em 31 de março de 2017, a quantidade de 1.040.000 (31/12/2016 - 1.040.000) de Notas de Tesouro Nacional - NTN-F, com prazo de vencimento em 1 de janeiro de 2027 (31/12/2016 - prazo de vencimento em 1 de janeiro de 2025) estão vinculadas à obrigação assumida pelo Banco Santander para cobertura das reservas a amortizar do Plano V do Fundo de Seguridade Social (Banesprev).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

(6) Os ativos das companhias investidas são mensuradas através da metodologia de; (i) valor justo de instrumento financeiro, interpretado como sendo o preço pago em um mercado ativo, transparente e significativo. Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base em técnicas de avaliação normalmente adotadas pelo mercado financeiro, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de riscos associados a ele; (ii) pelo valor de custo de aquisição dos ativos financeiros. Caso não exista cotação disponível em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado são avaliados ao custo de aquisição ou ao seu custo amortizado, ajustado pela provisão para perdas por não recuperação (*impairment*), quando aplicável.

(7) Em 31 de março de 2017, inclui o valor de R\$3.463.307 de títulos objeto de "hedge" de risco de mercado (Nota 6.b.V.a)

(8) Em 31 de março de 2017, inclui o valor de R\$359.975 de títulos objeto de "hedge" de risco de mercado (Nota 6.b.V.a)

IV) Títulos Mantidos até o Vencimento

	Banco/Consolidado						
	31/03/2017						
	Abertura por Vencimento						
Títulos Mantidos até o Vencimento ⁽¹⁾	Valor do Custo		Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	Total
	Amortizado/Contábil						
	31/03/2017	31/12/2016	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	
Títulos Públicos	9.121.197	9.388.442	67.245	38.834	337.559	8.677.559	9.121.197
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	2.850.974	2.921.564	25.586	-	-	2.825.388	2.850.974
Títulos da Dívida Externa Brasileira ⁽²⁾	6.270.223	6.466.878	41.659	38.834	337.559	5.852.171	6.270.223
Total	9.121.197	9.388.442	67.245	38.834	337.559	8.677.559	9.121.197

(1) O valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento é de R\$9.493.775 (31/12/2016 - R\$10.555.437).

(2) Inclui o valor de R\$696.263 (31/12/2016 - R\$701.300) de títulos objeto de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.V.b).

Atendendo ao disposto no artigo 5 da Circular Bacen 3.068/2001, o Banco Santander possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

V) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	01/01 a	Banco	01/01 a	Consolidado
	31/03/2017	01/01 a	31/03/2017	01/01 a
		31/03/2016		31/03/2016
Rendas de Títulos de Renda Fixa	5.587.279	6.730.375	3.701.091	4.699.068
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.798.474	2.026.183	1.716.469	1.042.306
Resultado de Títulos de Renda Variável	(100.093)	(45.845)	(65.626)	(23.039)
Resultado Financeiro de Previdência e de Capitalização	-	-	34.984	46.062
Provisão para Perdas por não Recuperação ⁽¹⁾	(70.446)	-	(79.929)	-
Outros ⁽²⁾	(166.001)	66.077	(137.765)	43.592
Total	8.049.213	8.776.790	5.169.224	5.807.989

(1) Corresponde ao registro de perda de caráter permanente, referente aos títulos classificados como disponível para venda.

(2) Corresponde, principalmente, a valorização/desvalorização de cotas de fundos de investimentos e participações.



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

I) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

	31/03/2017			Banco		
	Negociação			31/12/2016		
	Valor Referencial	Curva	Mercado	Valor Referencial	Curva	Mercado
"Swap"		5.069.331	2.876.076		5.417.902	3.138.044
Ativo	133.569.483	21.250.302	21.063.492	118.076.726	23.171.475	24.315.423
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	43.952.814	19.753.421	19.848.030	44.868.680	21.689.958	22.763.760
Taxa de Juros Pré - Reais	56.801.782	-	-	47.732.950	-	-
Indexados em Índices de Preços e Juros	8.751.484	-	-	9.225.789	-	-
Moeda Estrangeira	24.063.403	1.496.881	1.215.462	16.249.307	1.481.517	1.551.663
Passivo	128.500.152	(16.180.971)	(18.187.416)	112.658.824	(17.753.573)	(21.177.379)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	24.199.393	-	-	23.178.722	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	70.172.464	(13.370.682)	(15.381.236)	61.775.580	(14.042.630)	(17.461.002)
Indexados em Índices de Preços e Juros	11.343.915	(2.592.431)	(2.585.118)	12.767.212	(3.541.423)	(3.518.297)
Moeda Estrangeira	22.566.522	-	-	14.767.790	-	-
Outros	217.858	(217.858)	(221.062)	169.520	(169.520)	(198.080)
Opções	127.493.899	518.827	269.940	169.608.057	449.906	154.967
Compromissos de Compra	54.815.647	814.358	656.656	80.830.149	1.076.380	883.474
Opções de Compra Dólar	10.293.967	171.803	146.613	12.693.748	215.095	181.463
Opções de Venda Dólar	3.500.746	136.569	146.846	3.788.161	352.584	392.048
Opções de Compra Outras	9.601.433	13.854	37.397	17.492.141	16.939	15.914
Mercado Interfinanceiro	5.957.900	2.987	217	17.391.500	7.152	7.062
Outras ⁽¹⁾	3.643.533	10.867	37.180	100.641	9.787	8.852
Opções de Venda Outras	31.419.501	492.132	325.800	46.856.099	491.762	294.049
Mercado Interfinanceiro	30.374.666	7.831	10.365	46.106.600	13.968	18.029
Outras ⁽¹⁾	1.044.835	484.301	315.435	749.499	477.794	276.020
Compromissos de Venda	72.678.252	(295.531)	(386.716)	88.777.908	(626.474)	(728.507)
Opções de Compra Dólar	3.356.359	(82.793)	(94.228)	4.314.988	(121.751)	(141.172)
Opções de Venda Dólar	4.302.586	(173.096)	(208.167)	7.390.733	(470.629)	(553.458)
Opções de Compra Outras	13.021.970	(18.510)	(48.236)	27.784.459	(15.425)	(13.957)
Mercado Interfinanceiro	12.497.564	(3.755)	(61)	27.597.764	(5.891)	(4.087)
Outras ⁽¹⁾	524.406	(14.755)	(48.175)	186.695	(9.534)	(9.870)
Opções de Venda Outras	51.997.337	(21.132)	(36.085)	49.287.728	(18.669)	(19.920)
Mercado Interfinanceiro	51.706.420	(11.394)	(15.955)	49.245.495	(9.225)	(5.793)
Outras ⁽¹⁾	290.917	(9.738)	(20.130)	42.233	(9.444)	(14.127)
Contratos de Futuros	144.956.518	-	-	104.348.970	-	-
Posição Comprada	58.463.067	-	-	40.286.253	-	-
Cupom Cambial (DDI)	24.193.747	-	-	14.473.180	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	16.894.022	-	-	23.694.707	-	-
Moeda Estrangeira	15.250.820	-	-	1.393.538	-	-
Índice ⁽²⁾	886.109	-	-	146.773	-	-
"Treasury Bonds/Notes"	1.238.369	-	-	578.055	-	-
Posição Vendida	86.493.451	-	-	64.062.717	-	-
Cupom Cambial (DDI)	37.584.114	-	-	15.048.490	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	22.937.294	-	-	28.942.103	-	-
Moeda Estrangeira	15.953.686	-	-	17.384.256	-	-
Índice ⁽²⁾	5.196.303	-	-	99.074	-	-
"Treasury Bonds/Notes"	4.822.054	-	-	2.588.794	-	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/03/2017			31/12/2016		
	Negociação			Negociação		
	Valor Referencial	Valor Curva	Valor Mercado	Valor Referencial	Valor Curva	Valor Mercado
Contratos a Termo e Outros	54.127.860	121.419	156.147	50.775.576	66.994	907.377
Compromissos de Compra	24.177.533	1.825.996	1.888.017	20.864.170	724.000	2.734.342
Moedas	22.808.896	1.825.996	1.888.331	19.951.984	724.000	2.738.737
Outros	1.368.637	-	(314)	912.186	-	(4.395)
Compromissos de Venda	29.950.327	(1.704.577)	(1.731.870)	29.911.406	(657.006)	(1.826.965)
Moedas	29.950.327	(1.704.577)	(1.731.870)	29.911.406	(657.006)	(1.826.965)
	31/03/2017			31/12/2016		
	Negociação			Negociação		
	Valor Referencial	Valor Curva	Valor Mercado	Valor Referencial	Valor Curva	Valor Mercado
"Swap"		13.342.125	2.855.689		12.544.823	3.110.732
Ativo	213.614.442	22.713.854	23.135.738	199.767.970	25.813.018	26.962.872
Certificado de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI	44.581.085	20.730.604	21.949.788	47.649.278	24.370.336	25.450.045
Taxa de Juros Pré - Reais	136.441.738	-	-	126.400.445	-	-
Indexados em Índices de Preços e Juros	8.751.484	-	-	9.225.789	-	-
Moeda Estrangeira	23.840.135	1.983.250	1.185.950	16.492.458	1.442.682	1.512.827
Passivo	200.272.317	(9.371.729)	(20.280.049)	187.223.147	(13.268.195)	(23.852.140)
Certificado de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI	23.850.481	-	-	23.278.942	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	143.003.178	(6.561.440)	(17.473.869)	135.957.697	(9.557.252)	(20.135.763)
Indexados em Índices de Preços e Juros	11.343.915	(2.592.431)	(2.585.118)	12.767.212	(3.541.423)	(3.518.297)
Moeda Estrangeira	21.856.885	-	-	15.049.776	-	-
Outros	217.858	(217.858)	(221.062)	169.520	(169.520)	(198.080)
Opções	134.574.573	547.839	257.554	175.841.405	448.739	168.467
Compromissos de Compra	58.339.484	873.739	658.032	83.883.966	1.149.704	935.520
Opções de Compra Dólar	10.293.967	171.803	146.613	12.693.748	215.095	181.463
Opções de Venda Dólar	3.500.746	136.569	146.846	3.788.161	352.584	392.048
Opções de Compra Outras	12.384.661	58.744	71.322	20.115.932	60.830	62.517
Mercado Interfinanceiro	5.957.900	2.987	217	17.391.500	7.152	7.062
Outras ⁽¹⁾	6.426.761	55.757	71.105	2.724.432	53.678	55.455
Opções de Venda Outras	32.160.110	506.623	293.251	47.286.125	521.195	299.492
Mercado Interfinanceiro	30.374.666	7.831	10.365	46.106.600	13.968	18.029
Outras ⁽¹⁾	1.785.444	498.792	282.886	1.179.525	507.227	281.463
Compromissos de Venda	76.235.089	(325.900)	(400.478)	91.957.439	(700.965)	(767.053)
Opções de Compra Dólar	3.356.359	(82.793)	(94.228)	4.314.988	(121.751)	(141.172)
Opções de Venda Dólar	4.302.586	(173.096)	(208.167)	7.390.733	(470.629)	(553.458)
Opções de Compra Outras	15.746.468	(37.014)	(84.375)	30.441.646	(75.754)	(46.940)
Mercado Interfinanceiro	12.497.564	(3.755)	(61)	27.597.764	(5.891)	(4.087)
Outras ⁽¹⁾	3.248.904	(33.259)	(84.314)	2.843.882	(69.863)	(42.853)
Opções de Venda Outras	52.829.676	(32.997)	(13.708)	49.810.072	(32.831)	(25.483)
Mercado Interfinanceiro	51.706.420	(11.394)	(15.955)	49.245.495	(9.225)	(5.793)
Outras ⁽¹⁾	1.123.256	(21.603)	2.247	564.577	(23.606)	(19.690)
Contratos de Futuros	145.227.993	-	-	104.651.180	-	-
Posição Comprada	58.592.519	-	-	40.396.456	-	-
Cupom Cambial (DDI)	24.193.747	-	-	14.473.180	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	16.954.841	-	-	23.756.523	-	-
Moeda Estrangeira	15.250.820	-	-	1.393.538	-	-
Índice ⁽²⁾	954.742	-	-	195.160	-	-
"Treasury Bonds/Notes"	1.238.369	-	-	578.055	-	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/03/2017			Consolidado		
	Negociação			31/12/2016		
	Valor Referencial	Curva	Mercado	Valor Referencial	Curva	Mercado
Posição Vendida	86.635.474	-	-	64.254.724	-	-
Cupom Cambial (DDI)	37.584.114	-	-	15.048.490	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	23.077.536	-	-	29.047.678	-	-
Moeda Estrangeira	15.953.686	-	-	17.384.256	-	-
Índice ⁽²⁾	5.198.084	-	-	185.506	-	-
"Treasury Bonds/Notes"	4.822.054	-	-	2.588.794	-	-
Taxa Média das Operações Compromissadas (OC1)	-	-	-	-	-	-
Contratos a Termo e Outros	54.218.877	213.201	256.262	50.853.154	144.572	990.702
Compromissos de Compra	24.177.533	1.825.996	1.890.374	20.864.170	724.000	2.734.342
Moedas	22.808.896	1.825.996	1.890.688	19.951.984	724.000	2.738.737
Outros	1.368.637	-	(314)	912.186	-	(4.395)
Compromissos de Venda	30.041.344	(1.612.795)	(1.634.112)	29.988.984	(579.428)	(1.743.640)
Moedas	29.950.327	(1.704.577)	(1.731.870)	29.911.406	(657.006)	(1.826.965)
Outros	91.017	91.782	97.758	77.578	77.578	83.325

(1) Inclui opções de ações e índices.

(2) Inclui índices Bovespa e S&P.

II) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

	Banco				
	Valor Referencial				
	31/03/2017		31/12/2016		
	Clientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras ⁽¹⁾	Total	Total
"Swap"	45.472.813	35.705.706	52.390.964	133.569.483	118.076.726
Opções	6.523.335	1.017.586	119.952.978	127.493.899	169.608.057
Contratos de Futuros	-	-	144.956.518	144.956.518	104.348.970
Contratos a Termo e Outros	27.186.135	21.784.327	5.157.398	54.127.860	50.775.576

	Consolidado				
	Valor Referencial				
	31/03/2017		31/12/2016		
	Clientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras ⁽¹⁾	Total	Total
"Swap"	45.472.813	33.227.222	134.914.407	213.614.442	199.767.970
Opções	6.523.335	1.017.585	127.033.653	134.574.573	175.841.405
Contratos de Futuros	-	-	145.227.993	145.227.993	104.651.180
Contratos a Termo e Outros	27.186.135	21.784.326	5.248.416	54.218.877	50.853.154

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&Fbovespa) e outras bolsas de valores e mercadorias.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

	Banco				
	Valor Referencial				
	31/03/2017				31/12/2016
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
"Swap"	1.987.987	18.319.281	113.262.215	133.569.483	118.076.726
Opções	96.360.539	27.229.444	3.903.916	127.493.899	169.608.057
Contratos de Futuros	85.273.314	39.416.476	20.266.728	144.956.518	104.348.970
Contratos a Termo e Outros	33.068.281	17.832.568	3.227.011	54.127.860	50.775.576

	Consolidado				
	Valor Referencial				
	31/03/2017				31/12/2016
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
"Swap"	2.092.056	19.873.106	191.649.280	213.614.442	199.767.970
Opções	99.165.122	31.285.713	4.123.738	134.574.573	175.841.405
Contratos de Futuros	85.420.496	39.514.502	20.292.995	145.227.993	104.651.180
Contratos a Termo e Outros	33.111.595	17.880.271	3.227.011	54.218.877	50.853.154

IV) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

	Banco				
	Valor Referencial				
	31/03/2017				31/12/2016
	Bolsas ⁽¹⁾	Cetip ⁽²⁾	Balcão ⁽³⁾	Total	Total
"Swap"	48.846.921	56.878.810	27.843.752	133.569.483	118.076.726
Opções	116.475.379	10.311.255	707.265	127.493.899	169.608.057
Contratos de Futuros	144.956.518	-	-	144.956.518	104.348.970
Contratos a Termo e Outros	-	42.042.567	12.085.293	54.127.860	50.775.576

	Consolidado				
	Valor Referencial				
	31/03/2017				31/12/2016
	Bolsas ⁽¹⁾	Cetip ⁽²⁾	Balcão ⁽³⁾	Total	Total
"Swap"	129.289.388	56.047.360	28.277.694	213.614.442	199.767.970
Opções	123.556.054	10.311.254	707.265	134.574.573	175.841.405
Contratos de Futuros	145.227.993	-	-	145.227.993	104.651.180
Contratos a Termo e Outros	-	42.133.585	12.085.292	54.218.877	50.853.154

(1) Inclui valores negociados na BM&FBovespa e outras bolsas de valores e mercadorias.

(2) Inclui valores negociados em outras câmaras de compensação.

(3) É composto por operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

V) Derivativos Utilizados como Instrumentos de "Hedge"

Os derivativos utilizados como instrumentos de "hedge" por indexador eram representados como seguem:

a) "Hedge" de Risco de Mercado

	31/03/2017		31/12/2016		Banco	
	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de "Hedge"						
Contratos de "Swap"	(162.935)	(29.579)	(192.514)	(66.261)	(31.085)	(97.346)
Ativo	1.292.474	(2.297)	1.290.177	769.792	(7.854)	761.938
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Dólar ⁽¹⁾	16.455	716	17.171	16.575	1.103	17.678
Indexados em Moeda Estrangeira - USD/BRL - Dólar ⁽²⁾	1.276.019	(3.013)	1.273.006	753.217	(8.957)	744.260
Passivo	(1.455.409)	(27.282)	(1.482.691)	(836.053)	(23.231)	(859.284)
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Dólar ⁽²⁾	(102.309)	(15.504)	(117.813)	(16.575)	(1.103)	(17.678)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ^{(1) (2)}	(1.323.989)	(7.927)	(1.331.916)	(785.664)	(18.395)	(804.059)
Taxa de Juros Pré - Reais ⁽²⁾	(29.111)	(3.851)	(32.962)	(33.814)	(3.733)	(37.547)
Objeto de "Hedge"						
Ativo	454.600	18.628	473.228	350.995	18.354	369.349
Operação de Crédito (Nota 8.a & e)	350.848	13.929	364.777	212.480	10.477	222.957
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	350.848	13.929	364.777	212.480	10.477	222.957
Títulos e Valores Mobiliários - Disponíveis para Venda (Nota 6.a.III)	103.752	4.699	108.451	138.515	7.877	146.392
Notas Promissórias - NP	103.752	4.699	108.451	138.515	7.877	146.392
Passivo	(770.317)	16.110	(754.207)	(816.759)	12.830	(803.929)
Obrigações por Empréstimos no Exterior (Nota 18.e)	(770.317)	16.110	(754.207)	(816.759)	12.830	(803.929)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar	(770.317)	16.110	(754.207)	(816.759)	12.830	(803.929)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/03/2017		31/03/2017		Consolidado 31/12/2016	
	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de "Hedge"						
Contratos de "Swap"	(196.047)	(28.514)	(224.561)	(109.766)	(26.703)	(136.469)
Ativo	1.542.221	9.823	1.552.044	1.034.526	11.486	1.046.012
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Dólar ⁽¹⁾	16.455	716	17.171	16.575	1.103	17.678
Indexados em Moeda Estrangeira - USD/BRL - Dólar ⁽²⁾	1.276.019	(3.013)	1.273.006	753.217	(8.957)	744.260
Indexados em Moeda Estrangeira - Euro ⁽³⁾	249.747	12.120	261.867	264.734	19.340	284.074
Passivo	(1.738.268)	(38.337)	(1.776.605)	(1.144.292)	(38.189)	(1.182.481)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar ⁽³⁾	(282.859)	(11.055)	(293.914)	(308.239)	(14.958)	(323.197)
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Dólar ⁽²⁾	(102.309)	(15.504)	(117.813)	(16.575)	(1.103)	(17.678)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ^{(1) (2)}	(1.323.989)	(7.927)	(1.331.916)	(785.664)	(18.395)	(804.059)
Taxa de Juros Pré - Reais ⁽²⁾	(29.111)	(3.851)	(32.962)	(33.814)	(3.733)	(37.547)
Objeto de "Hedge"						
Ativo	743.854	22.685	766.539	669.966	23.165	693.131
Operação de Crédito (Nota 8.a & e)	640.102	17.986	658.088	531.451	15.288	546.739
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar	289.254	4.057	293.311	318.971	4.811	323.782
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	350.848	13.929	364.777	212.480	10.477	222.957
Títulos e Valores Mobiliários - Disponíveis para Venda (Nota 6.a.III)	103.752	4.699	108.451	138.515	7.877	146.392
Notas Promissórias - NP	103.752	4.699	108.451	138.515	7.877	146.392
Passivo	(770.317)	16.110	(754.207)	(816.759)	12.830	(803.929)
Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses						
Obrigações por Empréstimos no Exterior (Nota 18.e)	(770.317)	16.110	(754.207)	(816.759)	12.830	(803.929)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar	(770.317)	16.110	(754.207)	(816.759)	12.830	(803.929)

	Banco/Consolidado 31/03/2017		
	Valor de Referência		
Instrumentos de "Hedge"			
Contratos de Futuros	3.696.033		
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	3.696.033		
Objeto de "Hedge"			
Ativo	3.822.165	1.117	3.823.282
Títulos e Valores Mobiliários - Disponíveis para Venda (Nota 6.a.III)			
Títulos Públicos	3.822.165	1.117	3.823.282
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.463.126	181	3.463.307
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	359.039	936	359.975

(1) No Banco e no Consolidado, são instrumentos passivos cujos objetos de "hedge" são títulos e valores mobiliários representados por notas promissórias indexados em Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI com valor de mercado de R\$75.489 (31/12/2016 - R\$108.845).

(2) No Banco e no Consolidado, são instrumentos ativos cujos objetos de "hedge" são obrigações por empréstimos no exterior indexados em moeda estrangeira - Dólar com valor de mercado de R\$754.207 (31/12/2016 - R\$803.929), e instrumentos passivos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$364.777 (31/12/2016 - R\$222.957) e títulos e valores mobiliários representados por notas promissórias indexados em taxas de juros pré - reais com valor de mercado de R\$32.962 (31/12/2016 - R\$37.547).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

(3) No Consolidado, são instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em moeda estrangeira - Dólar com valor de mercado de R\$293.311 (31/12/2016 - R\$323.782).

A efetividade destas operações estava de acordo com o estabelecido pela Circular Bacen 3.082/2002.

b) "Hedge" de Fluxo de Caixa

	31/03/2017		31/03/2017		Banco 31/12/2016	
	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de "Hedge"						
Contratos de "Swap"	209.182	(16.013)	193.169	140.828	(20.535)	120.293
Ativo	906.529	73.478	980.007	1.382.765	84.746	1.467.511
Indexados em Moeda						
Estrangeira Pré - Dólar ⁽¹⁾	906.529	73.478	980.007	1.382.765	84.746	1.467.511
Passivo	(697.347)	(89.491)	(786.838)	(1.241.937)	(105.281)	(1.347.218)
Certificados de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI ⁽¹⁾	-	-	-	(340.943)	(995)	(341.938)
Indexados em Taxa de Juros						
Pré - Reais ⁽¹⁾	-	-	-	(198.666)	(1.288)	(199.954)
Indexados em Moeda						
Estrangeira Pré - Euro ⁽¹⁾	(697.347)	(89.491)	(786.838)	(702.328)	(102.998)	(805.326)

	31/03/2017		31/03/2017		Consolidado 31/12/2016	
	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de "Hedge"						
Contratos de "Swap"	161.167	(119.343)	41.824	83.063	(85.053)	(1.990)
Ativo	4.840.486	185.046	5.025.532	4.364.638	176.056	4.540.694
Indexados em Moeda						
Estrangeira Pré - Dólar ⁽¹⁾	906.529	73.478	980.007	1.393.009	84.811	1.477.820
Indexados em Moeda						
Estrangeira Pré - Euro ⁽²⁾	711.760	82.115	793.875	421.516	52.852	474.368
Certificados de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI ⁽³⁾	3.222.197	29.453	3.251.650	2.550.113	38.393	2.588.506
Passivo	(4.679.319)	(304.389)	(4.983.708)	(4.281.575)	(261.109)	(4.542.684)
Certificados de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI ⁽¹⁾	-	-	-	(340.943)	(995)	(341.938)
Indexados em Taxa de Juros						
Pré - Reais ⁽³⁾	(3.223.206)	(125.921)	(3.349.127)	(2.741.145)	(97.473)	(2.838.618)
Indexados em Moeda						
Estrangeira Pré - Euro ⁽¹⁾	(697.347)	(89.491)	(786.838)	(702.328)	(102.998)	(805.326)
Indexados em Moeda						
Estrangeira - Dólar ⁽²⁾	(758.766)	(88.977)	(847.743)	(489.318)	(59.366)	(548.684)
Indexados em Moeda						
Estrangeira - Reais ⁽²⁾	-	-	-	(7.841)	(277)	(8.118)

	Banco/Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
	Valor de Referência	Valor de Referência
Instrumentos de "Hedge"		
Contratos de Futuros	67.423.561	80.149.530
Operações de Trade Finance ⁽⁴⁾	67.413.814	80.149.530
Moeda Estrangeira - Dólar	19.010	450.571
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	42.127.281	46.314.644
Taxa de Juros DDI1	25.267.523	33.384.315
Certificados de Depósitos Bancários - CDB ⁽⁵⁾	9.747	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	9.747	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Banco		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Objeto de "Hedge" - Valor da Curva				
Ativo	23.435.663	27.362.050	24.108.094	27.858.924
Operações de Crédito (Nota 8.a)				
Contratos de Financiamento e Crédito à Exportação e Importação	9.233.266	10.558.755	9.233.266	10.816.781
Operações de Empréstimos	11.508.133	13.632.049	12.180.564	13.870.897
Outros Créditos	174.646	529.997	174.646	529.997
Títulos e Valores Mobiliários				
Disponíveis para Venda - Notas Promissórias - NP (Nota 6.a.III)	1.823.355	1.939.949	1.823.355	1.939.949
Mantidos até o Vencimento - Títulos da Dívida Externa Brasileira (Nota 6.a.IV)	696.263	701.300	696.263	701.300
Passivo	(10.039)	(1.332.972)	(3.855.076)	(4.223.472)
Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses				
Depósitos (Nota 18.a)				
Certificado de Depósitos a Prazo - CDB	(10.039)	-	(10.039)	-
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	-	-	(267.975)	(547.556)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 18.c)				
Recursos de Aceites Cambiais				
Letras de Câmbio - LC	-	-	(1.006.593)	(573.596)
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares				
Letras Financeiras - LF	-	-	(2.570.469)	(1.769.348)
Obrigações por Empréstimos e Repasses (Nota 18.e)				
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	(1.332.972)	-	(1.332.972)

(1) Operações com vencimento em 1 de abril de 2021 (31/12/2016 - operações com vencimento em 1 de abril de 2021), cujos objetos de "hedge" são títulos e valores mobiliários representados por título da dívida externa brasileira.

(2) Operações com vencimento entre agosto de 2017 a janeiro de 2022 (31/12/2016 - operações com vencimento entre março de 2017 a junho de 2021), cujos objetos de "hedge" são contratos de operações de crédito com entidades de crédito.

(3) Operações com vencimento entre abril 2017 e outubro de 2019 (31/12/2016 - operações com vencimento entre maio 2017 e novembro de 2019), cujos objetos de "hedge" são captações com operações de Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI, Letra Câmbio - LC e Letra Financeira - LF.

(4) Operações com vencimento entre maio de 2017 a janeiro de 2018 (31/12/2016 - operações com vencimentos entre janeiro de 2017 a janeiro de 2018) e valor atualizado dos instrumentos de R\$25.571.344 onde as operações são futuros em Dólar e futuros em DI e DDI quando utilizadas em conjunto o cupom cambial faz o "hedge" com as operações de trade finance (31/12/2016 - R\$29.164.917), cujo objeto de "hedge" são operações de crédito - contratos de financiamento e crédito à exportação e importação, operações de empréstimos, outros créditos, títulos e valores mobiliários representado por notas promissórias e obrigações por empréstimos no exterior.

(5) Operação com vencimento em 3 de julho de 2017, cujos objetos de "hedge" são captações com operações de Certificado de Depósitos Bancários - CDB.

No Banco e no Consolidado, o efeito da marcação a mercado dos contratos de "swap" e futuros corresponde a um crédito no valor de R\$147.666 (31/12/2016 - R\$69.489) e está contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

A efetividade destas operações estava de acordo com o estabelecido pela Circular Bacen 3.082/2002, e no primeiro trimestre de 2017, foi registrado no resultado uma receita no valor de R\$467 referente a parcela inefetiva.

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na BM&FBovespa com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	Banco		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	716.511	714.031	1.349.751	1.556.804
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6.694.361	4.636.644	6.694.361	4.636.644
Notas do Tesouro Nacional - NTN	9.035.205	27.598	9.035.205	27.598
Total	16.446.077	5.378.273	17.079.317	6.221.046

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

VII) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Ativo e Passivo

	Banco		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Ativo				
"Swap" - Diferencial a Receber ⁽¹⁾	9.255.202	9.258.813	17.973.199	15.348.102
Prêmios de Opções a Exercer	656.656	883.474	658.032	935.520
Contratos a Termo e Outros	6.252.186	7.708.703	6.349.945	7.792.334
Total	16.164.044	17.850.990	24.981.176	24.075.956
Passivo				
"Swap" - Diferencial a Pagar ⁽¹⁾	6.378.471	6.097.822	15.300.247	12.375.829
Prêmios de Opções Lançadas	386.716	728.507	400.478	767.053
Contratos a Termo e Outros	6.096.039	6.801.326	6.093.683	6.801.632
Total	12.861.226	13.627.655	21.794.408	19.944.514

(1) Inclui operações de "swaption".

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

As novas regras de Basileia III, foram divulgadas em 1 de março de 2013; e em outubro de 2013 houve a publicação de novas regras e revisão das divulgadas em março de 2013. A implantação das novas regras segue um cronograma de *phase in*; possibilitando assim a aplicação das regras de forma gradual até 2019. Algumas regras passaram a ser aplicadas em outubro de 2013 e o restante em 1 de janeiro de 2014.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais "hedges". Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e "banking".

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira "banking", para cada um dos cenários das carteiras do dia 31 de março de 2017.

Carteira Negociação		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Fatores de Risco	Descrição			
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(14.214)	(359.860)	(719.720)
Cupom de Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(2.314)	(22.685)	(45.371)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(1.915)	(8.634)	(17.268)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(718)	(11.645)	(23.290)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(18.001)	(450.014)	(900.028)
Eurobond/Treasury/Global	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(7.271)	(44.417)	(88.835)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(19.386)	(258.031)	(516.061)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(4.170)	(104.240)	(208.480)
Total ⁽¹⁾		(67.989)	(1.259.526)	(2.519.053)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações).

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Carteira "Banking"				
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(60.703)	(1.695.752)	(3.236.999)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(13.622)	(361.183)	(774.419)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(53.320)	(955.186)	(1.634.441)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(5.633)	(73.359)	(134.092)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(5.124)	(30.665)	(61.286)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(26.155)	(378.185)	(701.341)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(937)	(23.423)	(46.846)
Total ⁽¹⁾		(165.494)	(3.517.753)	(6.589.424)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas).

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

8. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

a) Carteira de Créditos

	Banco		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Operações de Crédito	172.849.865	172.953.587	214.630.770	212.780.537
Empréstimos e Títulos Descontados ⁽³⁾	89.644.586	90.658.938	98.262.851	98.581.263
Financiamentos ⁽⁴⁾	36.347.822	36.631.187	69.145.773	68.075.722
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	10.632.282	8.958.221	10.632.282	8.958.221
Financiamentos Imobiliários	35.867.112	36.490.536	35.867.112	36.490.536
Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários	196.548	50.303	196.548	50.303
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	161.515	164.402	526.204	624.492
Operações de Arrendamento Mercantil	5	7	2.791.430	2.882.031
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽¹⁾ (Nota 9)	5.693.062	5.101.851	5.693.062	5.101.851
Outros Créditos ⁽²⁾⁽⁵⁾	31.325.677	33.344.087	34.071.547	36.133.837
Total	209.868.609	211.399.532	257.186.809	256.898.256
Circulante	107.920.765	108.886.706	132.659.663	133.425.588
Longo Prazo	101.947.844	102.512.826	124.527.146	123.472.668

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redução de outras obrigações.

(2) Compreende os créditos por avais e fianças honrados, outros créditos - diversos (devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber - Nota 12) e rendas a receber sobre contratos de câmbio (Nota 9).

(3) Inclui o valor de R\$221.149 (31/12/2016 - R\$81.697) no Banco e R\$514.460 (31/12/2016 - R\$405.479) no Consolidado de contratos de empréstimos objetos de "hedge" de risco de mercado (Nota 6.b.V.a) e o valor de R\$11.508.133 (31/12/2016 - R\$13.632.049) no Banco e R\$12.180.564 (31/12/2016 - R\$13.870.897) no Consolidado, de contratos de empréstimos objeto de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.V.b).

(4) Inclui o valor de R\$143.628 (31/12/2016 - R\$141.260) no Banco e no Consolidado de contratos de financiamento objetos de "hedge" de risco de mercado (Nota 6.b.V.a), e o valor de R\$9.233.266 (31/12/2016 - R\$10.558.755) no Banco e R\$9.233.266 (31/12/2016 - R\$10.816.781) no Consolidado, de contratos de financiamento objeto de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.V.b).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

(5) No Banco e no Consolidado, inclui o valor de R\$174.646 (31/12/2016 - R\$529.997) de contratos de crédito objetos de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.V.b).

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriada ao resultado do período.

(i) Com Transferência Substancial de Riscos e Benefícios

Durante o primeiro trimestre de 2017, foram realizadas operações de cessão de créditos sem coobrigação no montante de R\$225.832 (2016 - R\$22.911) no Banco e no Consolidado e estavam representados substancialmente por empréstimos e títulos descontados, classificadas no nível de risco H.

(ii) Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

A partir de agosto de 2016, no Consolidado o saldo referente a carteira de crédito cedida com coobrigação passou a incluir as operações provenientes do Banco PSA Finance Brasil S.A. (Banco PSA), (Nota 37.b). Em 31 de março de 2017, o valor presente das operações cedidas do Banco PSA é de R\$364.689 (31/12/2016 - R\$460.090).

Em setembro de 2015, o Banco realizou cessão de créditos com coobrigação referente as operações de *Funded Participation (Export)* no montante de R\$201.706 com vencimento em abril de 2019. Em 31 de março de 2017, o valor presente das operações cedidas é de R\$161.515 (31/12/2016 - R\$164.402).

Em dezembro de 2011, o Banco realizou cessão de créditos com coobrigação referente a financiamento imobiliário no montante de R\$688.821, cujos vencimentos ocorrerão até outubro de 2041. Em 31 de março de 2017, o valor presente das operações cedidas é de R\$151.141 (31/12/2016 - R\$159.745).

A operação de cessão foi realizada com cláusula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória nas seguintes situações:

- Contratos inadimplentes por um período superior a 90 dias consecutivos;
- Contratos objeto de renegociação;
- Contratos objeto de portabilidade, nos termos da Resolução 3.401/2006 do CMN; e
- Contratos objeto de interveniência.

O valor de recompra compulsória será calculado pelo saldo devedor do crédito devidamente atualizado na data da respectiva recompra.

A partir da data da cessão os fluxos de caixa das operações cedidas serão pagos diretamente à entidade cessionária.

b) Carteira de Créditos por Vencimento

	Banco		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Vencidas	6.554.580	7.054.119	7.655.559	8.084.332
A Vencer:				
Até 3 Meses	61.062.110	61.524.849	70.227.315	70.650.136
De 3 a 12 Meses	46.858.655	47.361.857	62.432.348	62.775.452
Acima de 12 Meses	95.393.264	95.458.707	116.871.587	115.388.336
Total	209.868.609	211.399.532	257.186.809	256.898.256

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Carteira de Arrendamento Mercantil

	Banco		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	5	7	3.339.437	3.455.534
Arrendamentos a Receber	3	4	2.254.563	2.339.735
Valores Residuais a Realizar ⁽¹⁾	2	3	1.084.874	1.115.799
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(2)	(3)	(2.232.540)	(2.316.599)
Valores Residuais a Balancear	(2)	(3)	(1.084.874)	(1.115.799)
Imobilizado de Arrendamento	68.125	68.451	7.265.173	7.390.260
Depreciações Acumuladas	(68.125)	(68.451)	(3.936.662)	(3.949.169)
Superveniências de Depreciações	26.864	27.109	1.489.548	1.517.892
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	-	-	244.843	247.375
Credores por Antecipação de Valor Residual	(26.860)	(27.103)	(2.295.859)	(2.349.857)
Outros Valores e Bens	-	-	2.364	2.394
Total da Carteira de Arrendamento Mercantil a Valor Presente	5	7	2.791.430	2.882.031

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquido de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) é de R\$0 (31/12/2016 - R\$0) no Banco e R\$548.007 (31/12/2016 - R\$573.503) no Consolidado.

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que individualmente sejam considerados relevantes.

Abertura por Vencimento do Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil

	Banco		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Vencidas	3	2	28.632	27.105
A Vencer:				
Até 1 Ano	2	5	1.575.832	1.625.438
De 1 a 5 Anos	-	-	1.729.236	1.794.786
Acima de 5 Anos	-	-	5.737	8.205
Total	5	7	3.339.437	3.455.534

Abertura por Vencimento da Carteira de Arrendamento Mercantil a Valor Presente

	Banco		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Vencidas	3	2	26.680	24.117
A Vencer:				
Até 1 Ano	2	5	1.471.417	1.518.203
De 1 a 5 Anos	-	-	1.290.766	1.335.895
Acima de 5 Anos	-	-	2.567	3.816
Total	5	7	2.791.430	2.882.031

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	Banco		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Setor Privado	209.781.028	211.333.303	257.099.228	256.832.027
Indústria	63.589.049	62.455.022	65.101.692	63.829.839
Comércio	25.054.045	26.864.271	28.288.075	30.357.498
Instituições Financeiras	938.333	1.111.393	942.592	1.116.062
Serviços e Outros ⁽¹⁾	31.271.571	33.607.965	33.679.007	36.071.493
Pessoas Físicas	85.854.890	84.422.338	125.753.908	122.286.564
Cartão de Crédito	20.319.823	20.676.801	20.319.822	20.676.801
Crédito Imobiliário	27.059.313	27.153.241	27.059.313	27.153.241
Crédito Consignado	12.376.482	11.632.735	20.468.709	18.987.060
Financiamento e Leasing de Veículos	1.808.632	1.859.677	31.465.648	30.194.853
Outros ⁽²⁾	24.290.640	23.099.884	26.440.416	25.274.609
Agricultura	3.073.140	2.872.314	3.333.954	3.170.571
Setor Público	87.581	66.229	87.581	66.229
Governo Federal	69	-	69	-
Governo Estadual	44.814	50.647	44.814	50.647
Governo Municipal	42.698	15.582	42.698	15.582
Total	209.868.609	211.399.532	257.186.809	256.898.256

(1) Inclui as atividades de crédito imobiliário - plano empresarial, serviços de transporte, de saúde, pessoais entre outros.

(2) Inclui crédito pessoal, cheque especial entre outros.

e) Carteira de Créditos e da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			Banco 31/03/2017 Provisão		
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total ⁽³⁾	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
AA	-	80.933.673	-	80.933.673	-	-	-
A	0,5%	72.355.343	-	72.355.343	361.777	274.653	636.430
B	1%	14.878.820	1.935.953	16.814.773	168.148	277.041	445.189
C	3%	9.425.366	2.396.929	11.822.295	354.669	775.807	1.130.476
D	10%	8.339.022	3.368.660	11.707.682	1.170.768	576.766	1.747.534
E	30%	1.747.800	1.693.246	3.441.046	1.032.314	-	1.032.314
F	50%	1.814.626	1.424.847	3.239.473	1.619.736	-	1.619.736
G	70%	1.245.565	890.819	2.136.384	1.495.469	-	1.495.469
H	100%	2.711.776	4.692.235	7.404.011	7.404.011	-	7.404.011
Total		193.451.991	16.402.689	209.854.680	13.606.892	1.904.267	15.511.159

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			Banco 31/12/2016 Provisão		
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total ⁽³⁾	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
AA	-	83.304.514	-	83.304.514	-	-	-
A	0,5%	73.169.632	-	73.169.632	365.848	275.044	640.892
B	1%	14.214.859	1.097.714	15.312.573	153.126	248.731	401.857
C	3%	9.333.702	2.139.320	11.473.022	344.191	744.383	1.088.574
D	10%	8.000.687	2.482.841	10.483.528	1.048.353	577.450	1.625.803
E	30%	2.009.675	1.451.340	3.461.015	1.038.304	-	1.038.304
F	50%	1.859.835	1.201.808	3.061.643	1.530.821	-	1.530.821
G	70%	1.273.196	956.548	2.229.744	1.560.821	-	1.560.821
H	100%	3.122.836	5.770.548	8.893.384	8.893.384	-	8.893.384
Total		196.288.936	15.100.119	211.389.055	14.934.848	1.845.608	16.780.456

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			Consolidado 31/03/2017 Provisão		
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total ⁽³⁾	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
AA	-	96.196.352	-	96.196.352	-	-	-
A	0,5%	95.681.314	-	95.681.314	478.407	295.819	774.226
B	1%	17.965.653	3.284.892	21.250.545	212.505	277.041	489.546
C	3%	10.303.645	3.582.516	13.886.161	416.585	775.807	1.192.392
D	10%	8.469.213	3.797.936	12.267.149	1.226.715	576.766	1.803.481
E	30%	1.809.353	1.939.612	3.748.965	1.124.690	380	1.125.070
F	50%	1.832.674	1.611.258	3.443.932	1.721.966	-	1.721.966
G	70%	1.360.523	1.030.088	2.390.611	1.673.428	-	1.673.428
H	100%	2.826.437	5.477.357	8.303.794	8.303.794	-	8.303.794
Total		236.445.164	20.723.659	257.168.823	15.158.090	1.925.813	17.083.903

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			Consolidado 31/12/2016 Provisão		
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total ⁽³⁾	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
AA	-	97.759.855	-	97.759.855	-	-	-
A	0,5%	95.665.266	-	95.665.266	478.326	296.236	774.562
B	1%	17.462.836	2.328.983	19.791.819	197.918	248.732	446.650
C	3%	10.160.710	3.188.136	13.348.846	400.465	744.383	1.144.848
D	10%	8.128.531	2.873.991	11.002.522	1.100.252	577.450	1.677.702
E	30%	2.066.273	1.696.249	3.762.522	1.128.757	-	1.128.757
F	50%	1.877.166	1.407.104	3.284.270	1.642.135	-	1.642.135
G	70%	1.392.106	1.107.260	2.499.366	1.749.556	-	1.749.556
H	100%	3.240.086	6.528.416	9.768.502	9.768.502	-	9.768.502
Total		237.752.829	19.130.139	256.882.968	16.465.911	1.866.801	18.332.712

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas.

(2) A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente.

(3) O total da carteira de créditos inclui o valor de R\$13.929 (31/12/2016 - R\$10.477) no Banco e R\$17.986 (31/12/2016 - R\$15.288) no Consolidado, referente ao ajuste a valor de mercado das operações de crédito que são objeto de proteção, registrados de acordo com o artigo 5 da Carta Circular 3.624 do Bacen de 26 de dezembro de 2013 e que não estão contemplados na nota dos níveis de riscos (Nota 6.b.V.a).

f) Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
Saldo Inicial	16.780.456	15.593.565	18.332.712	16.832.226
Constituições Líquidas das Reversões	2.603.961	2.275.068	3.019.872	2.616.743
Baixas	(3.873.258)	(2.742.907)	(4.268.681)	(3.052.760)
Saldo Final ⁽¹⁾	15.511.159	15.125.726	17.083.903	16.396.209
Circulante	4.050.420	3.958.233	4.723.142	4.503.289
Longo Prazo	11.460.739	11.167.493	12.360.761	11.892.920
Créditos Recuperados ⁽²⁾	739.487	567.444	786.457	603.786

(1) Inclui R\$1 (31/03/2016 - R\$12) no Banco e R\$66.161 (31/03/2016 - R\$58.992) no Consolidado de provisão constituída para carteira de arrendamento mercantil.

(2) Registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas: operações de crédito e operações de arrendamento mercantil. Inclui resultado da cessão de créditos sem coobrigação relativa a operações anteriormente baixadas a prejuízo no valor de R\$38.616 (2016 - R\$42.204) no Banco e no Consolidado.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

g) Créditos Renegociados

	Banco		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Créditos Renegociados	12.962.051	13.327.164	13.182.479	13.497.388
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(7.546.164)	(7.785.193)	(7.630.902)	(7.851.068)
Percentual de Cobertura sobre a Carteira de Renegociação	58,2%	58,4%	57,9%	58,2%

h) Concentração de Crédito

Carteira de Crédito com Avais e Fianças ⁽¹⁾ , Títulos e Valores Mobiliários ⁽²⁾ e Instrumentos Financeiros Derivativos ⁽³⁾	31/03/2017		Consolidado 31/12/2016	
	Risco	%	Risco	%
Maior Devedor	6.489.351	2,0%	6.446.102	1,9%
10 Maiores	30.980.174	9,4%	31.490.745	9,5%
20 Maiores	44.279.802	13,4%	45.622.490	13,8%
50 Maiores	68.545.737	20,8%	71.551.505	21,6%
100 Maiores	90.124.618	27,4%	93.949.486	28,4%

(1) Inclui as parcelas de crédito a liberar do plano empresarial.

(2) Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis imobiliários - CRI.

(3) Refere-se ao risco de crédito de derivativos.

9. Carteira de Câmbio

	Banco/Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
Ativo		
Direitos sobre Venda de Câmbio	53.001.043	53.657.710
Câmbio Comprado a Liquidar	61.228.125	38.480.488
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(366.188)	(123.953)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos e Importações Financiadas (Nota 8.a)	95.094	100.205
Cambiais e Documentos a Prazo em Moedas Estrangeiras	58.227	31.678
Total	114.016.301	92.146.128
Circulante	112.725.468	89.829.757
Longo Prazo	1.290.833	2.316.371
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	61.163.135	54.316.838
Obrigações por Compra de Câmbio	52.496.668	37.538.056
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 8.a)	(5.693.062)	(5.101.851)
Outros	56	58
Total	107.966.797	86.753.101
Circulante	106.745.465	84.631.442
Longo Prazo	1.221.332	2.121.659
Contas de Compensação		
Créditos Abertos para Importação	732.223	635.055
Créditos de Exportação Confirmados	392.266	498.197

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

10. Negociação e Intermediação de Valores

	31/03/2017	Banco 31/12/2016	31/03/2017	Consolidado 31/12/2016
Ativo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	645.449	1.350.035	645.457	1.350.344
Caixas de Registro e Liquidação	4.487	196	62.701	26.296
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	-	13.296	180.017	155.106
Bolsas - Depósitos em Garantia	112.651	14.145	112.651	14.145
Outros ⁽¹⁾	731.303	149.506	731.303	149.506
Total	1.493.890	1.527.178	1.732.129	1.695.397
Circulante	1.493.890	1.527.178	1.732.129	1.695.397
Passivo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	801.896	902.393	810.889	920.248
Credores - Conta Liquidações Pendentes	22.057	4.392	251.438	137.986
Credores por Empréstimos de Ações	73.786	61.845	141.161	168.013
Caixas de Registro e Liquidação	-	-	2.651	3.708
Comissões e Corretagens a Pagar	2.108	2.594	3.062	3.928
Aquisição e Subscrição de Títulos Decorrentes de Lançamento	-	-	-	1.274
Outros	-	2.151	1	2.288
Total	899.847	973.375	1.209.202	1.237.445
Circulante	898.461	971.989	1.207.816	1.236.059
Longo Prazo	1.386	1.386	1.386	1.386

(1) Refere-se aos depósitos efetuados em garantia às operações de derivativos realizadas com clientes no mercado de balcão.

11. Créditos Tributários
a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Banco Saldo em 31/03/2017
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	11.226.152	1.178.227	(1.237.932)	11.166.447
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	783.276	70.931	(29.969)	824.238
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	1.380.786	40.208	(19.854)	1.401.140
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	1.060.611	244.356	(45.777)	1.259.190
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	3.719.237	778.692	(1.141.288)	3.356.641
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	545.119	-	(72.676)	472.443
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria ⁽²⁾	884.543	62.810	-	947.353
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	363.200	133.482	(353.951)	142.731
Outras Provisões Temporárias ⁽³⁾	3.178.827	181.170	-	3.359.997
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	23.141.751	2.689.876	(2.901.447)	22.930.180
Contribuição Social - Medida Provisória (MP) 2.158/2001	641.213	-	(119.460)	521.753
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	23.782.964	2.689.876	(3.020.907)	23.451.933
Circulante	8.234.581			6.918.637
Longo Prazo	15.548.383			16.533.296

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Saldo em 31/12/2016	Mudança no Escopo de Consolidação		Realização	Consolidado Saldo em 31/03/2017
		(Nota 15)	Constituição		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12.321.090	(181)	1.422.174	(1.351.411)	12.391.672
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	868.273	-	86.630	(46.300)	908.603
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.266.355	(404)	67.025	(22.632)	2.310.344
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	1.124.992	(310)	255.411	(48.549)	1.331.544
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	3.745.880	-	781.256	(1.148.960)	3.378.176
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	569.194	-	20.672	(73.652)	516.214
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria ⁽²⁾	886.535	-	65.634	-	952.169
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	386.483	(664)	144.597	(376.097)	154.319
Outras Provisões Temporárias ⁽³⁾	3.434.482	(6.568)	218.604	(121.232)	3.525.286
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	25.603.284	(8.127)	3.062.003	(3.188.833)	25.468.327
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	508.045	-	54.122	(76.362)	485.805
Contribuição Social - MP 2.158/2001	655.359	-	-	(119.460)	535.899
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	26.766.688	(8.127)	3.116.125	(3.384.655)	26.490.031
Circulante	9.102.267				7.763.562
Longo Prazo	17.664.421				18.726.469

(1) Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

(2) Inclui crédito tributário de IRPJ e CSLL, sobre os ajustes do plano de benefícios a funcionários conforme mencionado na Nota 3.n.

(3) Composto principalmente por provisões de natureza administrativas e depósitos judiciais.

O Banco Santander possui créditos tributários não ativados no valor total de R\$663.905 (31/12/2016 - R\$1.084.230) e no Consolidado o valor de R\$664.911 (31/12/2016 - R\$1.085.272).

Conforme previsto na Resolução CMN 3.059/2002, com as alterações promovidas pela Resolução CMN 4.441/2015, o Santander Brasil apresentou as justificativas e fundamentações para suportar o registro contábil dos créditos tributários nas suas demonstrações contábeis. Em 22 de fevereiro de 2016, o pedido para manutenção e os procedimentos para registro dos créditos tributários do Banco foi deferido pelo Bacen.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	IRPJ	Diferenças Temporárias			Total Registrados
		CSLL	PIS/Cofins	CSLL 18%	
2017	3.032.686	2.411.745	143.013	44.347	5.631.791
2018	2.783.201	2.195.250	104.092	64.839	5.147.382
2019	3.599.075	2.157.103	77.444	25.070	5.858.692
2020	3.049.440	1.844.677	32.016	-	4.926.133
2021	130.201	87.096	5.059	387.497	609.853
2022 a 2024	347.287	208.372	9.992	-	565.651
2025 a 2026	427.089	281.179	4.163	-	712.431
Total	13.368.979	9.185.422	375.779	521.753	23.451.933

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Consolidado
31/03/2017

Ano	IRPJ	Diferenças Temporárias			Prejuízos		Total Registrados
		CSLL	PIS/Cofins	Fiscais - Base Negativa	CSLL 18%		
2017	3.331.120	2.643.611	144.477	82.761	58.493	6.260.462	
2018	3.220.723	2.543.881	106.045	76.913	64.839	6.012.401	
2019	4.273.502	2.540.145	78.584	56.838	25.070	6.974.139	
2020	3.117.716	1.886.038	32.880	103.765	-	5.140.399	
2021	143.970	94.367	5.922	81.064	387.497	712.820	
2022 a 2024	352.361	210.632	10.351	60.009	-	633.353	
2025 a 2026	439.559	288.215	4.228	24.455	-	756.457	
Total	14.878.951	10.206.889	382.487	485.805	535.899	26.490.031	

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos resultados futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente dos créditos tributários registrados é de R\$20.153.614 (31/12/2016 - R\$20.525.234) no Banco e R\$22.805.410 (31/12/2016 - R\$23.117.101) no Consolidado, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL, Contribuição Social 18% - MP 2.158/2001 e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

12. Outros Créditos - Diversos

	Banco		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.a)				
Cartões de Crédito	16.325.277	16.757.154	16.374.447	16.809.107
Direitos Creditórios ⁽¹⁾	14.563.600	16.305.283	17.043.881	18.801.078
Cédula de Produto Rural (CPR)	40.519	42.793	40.519	42.793
Outros	-	-	216.188	241.758
Devedores por Depósitos em Garantia				
Para Interposição de Recursos Fiscais	4.837.742	4.721.942	7.036.322	6.894.499
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.633.156	1.643.978	1.697.198	1.707.724
Outros	1.635.549	1.050.112	1.942.268	1.427.416
Garantias Contratuais de Ex-Controladores (Nota 23.i)	513.640	724.116	604.704	814.925
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	2.596.964	3.684.562	3.226.664	4.332.304
Créditos a Receber - Serviços Adquirente (Nota 26.e)	14.499.412	15.258.438	14.307.049	15.152.967
Pagamentos a Ressarcir	167.234	146.131	192.675	167.429
Adiantamentos Salariais/Outros	179.774	64.883	241.744	111.513
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 35)	133.455	130.462	157.281	153.661
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a)	88.786	84.066	89.017	84.310
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 26.e)	861.467	853.930	868.849	862.893
Outros	1.396.935	958.506	1.990.722	1.624.418
Total	59.473.510	62.426.356	66.029.528	69.228.795
Circulante	29.373.740	31.949.644	32.613.831	35.349.654
Longo Prazo	30.099.770	30.476.712	33.415.697	33.879.141

(1) Consiste em operações com características de cessão de crédito, substancialmente composta por operações de "Confirming" com pessoas jurídicas sujeitas ao risco de crédito e análise de perda de créditos de liquidação duvidosa por segmento de acordo com as políticas de risco do Banco.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

13. Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda

Em 30 de setembro de 2014, foram transferidos os investimentos nas entidades de energia eólica registrados na rubrica participações em coligadas e controladas no país para esta rubrica, baseado no plano de alienação, cuja condição à época era altamente provável, conforme aprovação pela Administração do Banco Santander, em observância ao requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 31.

Em 30 de setembro de 2016, em função da não expectativa de venda deste investimento pela situação atual do mercado, a Administração decidiu transferir o total deste saldo, no valor atualizado de R\$457.705, para rubrica de participações em coligadas e controladas no país (Nota 15).

14. Informações da Dependência e da Subsidiária no Exterior

Dependência:

A Agência Grand Cayman é uma filial do Banco Santander, e não é uma sociedade jurídica constituída separadamente. Opera nas Ilhas Cayman sob a Categoria "B" licença bancária. No curso normal dos negócios, a Sucursal tem operações significativas com a matriz e suas afiliadas. Todas as transações são assumidas e registradas sob a direção do Escritório Central da sucursal, que é economicamente dependente.

A Agência Grand Cayman é licenciada pela Lei de Bancos e Companhias Fiduciárias, ou "Lei de Bancos e Companhias Fiduciárias", como um Banco de Categoria "B" e está devidamente registrada como uma Companhia Estrangeira junto ao Oficial de Registro de Sociedades em Grand Cayman, nas Ilhas Cayman. A agência, portanto, está devidamente autorizada a executar negócios bancários nas Ilhas Cayman, estando atualmente envolvida nos negócios de captação de recursos no mercado bancário e de capitais internacional para prover linhas de crédito para o Banco Santander, que são então estendidas aos clientes do Banco Santander para financiamentos de capital de giro e comércio exterior. Ela também recebe depósitos em moeda estrangeira de clientes corporativos e pessoas físicas e concede crédito a clientes brasileiros e estrangeiros, fundamentalmente para apoiar operações comerciais com o Brasil.

Subsidiária:

O Banco Santander detém uma subsidiária independente na Espanha, Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A. (Santander Brasil EFC), para complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica - grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida.

As posições financeiras resumidas da dependência e subsidiária no exterior, convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluídas nas demonstrações financeiras compreendem:

	Agência Grand Cayman		Santander Brasil EFC	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Ativo	87.550.060	81.192.782	2.696.913	2.810.242
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	87.550.059	81.192.780	2.696.906	2.810.164
Disponibilidades	392.811	544.468	147.037	182.366
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	11.408.002	13.467.647	1.186.360	1.323.784
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	33.709.621	34.721.940	24.672	4.606
Operações de Crédito ⁽¹⁾	21.207.443	22.770.598	1.220.563	1.094.243
Carteira de Câmbio	18.229.670	8.466.560	-	-
Outros	2.602.512	1.221.567	118.274	205.165
Ativo Permanente	1	2	7	78
Passivo	87.550.060	81.192.782	2.696.913	2.810.242
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	51.110.760	44.495.525	154.010	240.053
Depósitos e Captações no Mercado Aberto	6.985.831	5.026.564	-	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	3.265.640	7.434.693	-	-
Obrigações por Empréstimos ⁽²⁾	19.675.336	21.081.194	-	-
Carteira de Câmbio	18.215.062	8.351.718	-	-
Outros	2.968.891	2.601.356	154.010	240.053
Resultados de Exercícios Futuros	89	107	17.059	17.563
Patrimônio Líquido	36.439.211	36.697.150	2.525.844	2.552.626
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Resultado	485.529	376.296	6.847	11.627

(1) Refere-se, principalmente, a operações de empréstimos e de financiamento à exportação.

(2) Obrigações por empréstimos no exterior referente às linhas de financiamento à exportação e importação e outras linhas de crédito.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

15. Participações em Coligadas e Controladas

		31/03/2017			
Investimentos	Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas Direta ou Indiretamente (Mil)		Participação Direta	Participação Direta e Indireta
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais		
Controladas do Banco Santander					
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)	Leasing	11.043.798	-	78,57%	99,99%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio)	Consórcio	95.349	-	100,00%	100,00%
Banco Bandepe S.A. (Banco Bandepe)	Banco	2.184	-	100,00%	100,00%
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	81	81	39,89%	39,89%
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)	Financeira	287.706.670	-	100,00%	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM)	Corretora	14.067.673	14.067.673	99,99%	100,00%
Santander Microcrédito Assessoria Financeira S.A. (Santander Microcrédito)	Microcrédito	43.129.918	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil Advisory Services S.A. (Santander Brasil Advisory) ⁽¹⁸⁾	Outras Atividades	-	-	100,00%	100,00%
Santander Participações	Holding	4.597	-	100,00%	100,00%
Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Getnet S.A.) ^{(7) (6)}	Instituição de Pagamento	61.565	-	88,50%	88,50%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap)	Holding	12.728.211	-	100,00%	100,00%
Santander S.A. Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros (Santander Serviços)	Corretora de Seguros	174.360.451	-	60,65%	60,65%
Santander Brasil EFC	Financeira	75	-	100,00%	100,00%
Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ⁽³⁾	Securitizadora	-	-	100,00%	100,00%
Controladas da Aymoré CFI					
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. (Super Pagamentos)	Outras Atividades	40.000	-	-	100,00%
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (Olé Consignado) (Atual Denominação Social do Banco Bonsucesso Consignado S.A.) ⁽⁴⁾	Banco	227.106	-	-	60,00%
Banco PSA ⁽⁹⁾	Banco	105	-	-	50,00%
Controlada da Santander Leasing					
Santander Finance Arrendamento Mercantil S.A. (Atual Denominação Social da PSA Finance Arrendamento Mercantil S.A. (Santander Finance Arrendamento Mercantil)) ^{(9) (10)}	Leasing	182	-	-	100,00%
Controladas da Sancap					
Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização)	Capitalização	64.615	-	-	100,00%
Evidence	Previdência	12.591.172	-	-	100,00%
Controlada da Santander Participações					
BW Guirapá I S.A. ^{(11) (14)}	Holding	848	-	-	86,81%

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

					31/03/2017
Investimentos	Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas Direta ou Indiretamente (Mil)			Participação Direta e Indireta
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	
Controlada da Santander Serviços					
Webcasas S.A.	Outras Atividades	24.500	-	-	100,00%
Controladas em Conjunto do Banco Santander ⁽²⁰⁾					
Cibrasec Companhia Brasileira de Securitização (Cibrasec) ^{(1) (5)}	Securitização	4	-	9,72%	9,72%
Norchem Participações e Consultoria S.A. (Norchem Participações)	Outras Atividades	950	-	50,00%	50,00%
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP (EBP) ⁽¹⁾	Outras Atividades	3.859	2.953	11,11%	11,11%
Campo Grande Empreendimentos	Outras Atividades	255	-	25,32%	25,32%
Controladas em Conjunto da Santander Serviços ⁽²⁰⁾					
Webmotors S.A. ^{(2) (12) (15)}	Outras Atividades	366.182.676	-	-	70,00%
TecBan - Tecnologia Bancária S.A. (TecBan)	Outras Atividades	743.944	-	-	19,81%
Controlada em Conjunto da Santander Participações ⁽²⁰⁾					
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda. (PSA Corretora de Seguros) ^{(9) (13)}	Corretora de Seguros	250	-	-	50,00%
Controladas da Getnet S.A. ^{(6) (7)}					
Auttar HUT Processamento de Dados Ltda. (Auttar HUT)	Outras Atividades	3.865	-	-	100,00%
Integry Tecnologia e Serviços A.H.U Ltda. (Integry Tecnologia) ⁽¹⁹⁾	Outras Atividades	76.276	-	-	100,00%
Toque Fale Serviços de Telemarketing Ltda. (Toque Fale)	Outras Atividades	6.050	-	-	100,00%
Controlada da TecBan ⁽²⁰⁾					
Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda. (Tbnet) ⁽¹⁶⁾	Outras Atividades	161.625	-	-	100,00%
Controlada da Tbnet ⁽²⁰⁾					
Tbforte Segurança e Transporte de Valores Ltda. (Tbforte) ⁽¹⁷⁾	Outras Atividades	155.226	-	-	100,00%
Controladas Olé Consignado (Atual Denominação Social do Banco Bonsucesso Consignado S.A.) ⁽⁴⁾					
BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Outras Atividades	6.950	-	-	100,00%
Bonsucesso Tecnologia Ltda.	Outras Atividades	450	-	-	100,00%
Controladas da BW Guirapá I S.A. ^{(11) (14)}					
Central Eólica Angical S.A. (Angical) ^{(11) (14)}	Eólica	717	-	-	100,00%
Central Eólica Caititu S.A. (Caititu) ⁽¹¹⁾	Eólica	935	-	-	100,00%
Central Eólica Coqueirinho S.A. (Coqueirinho) ^{(11) (14)}	Eólica	943	-	-	100,00%
Central Eólica Corrupião S.A. (Corrupião) ^{(11) (14)}	Eólica	712	-	-	100,00%
Central Eólica Inhambu S.A. (Inhambu) ^{(11) (14)}	Eólica	918	-	-	100,00%
Central Eólica Tamanduá Mirim S.A. (Tamanduá Mirim) ^{(11) (14)}	Eólica	1.001	-	-	100,00%
Central Eólica Teiu S.A. (Teiu) ^{(11) (14)}	Eólica	746	-	-	100,00%
Coligada					
Norchem Holdings e Negócios S.A. (Norchem Holdings)	Outras Atividades	1.679	-	21,75%	21,75%

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Patrimônio	Lucro Líquido	Valor dos Investimentos		Resultado da	
	Líquido	(Prejuízo) Ajustado			Equivalência Patrimonial	
	Ajustado		31/03/2017	31/12/2016	01/01 a	01/01 a
	31/03/2017	31/03/2017	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/03/2016
Controladas do Banco Santander						
Santander Leasing	5.828.935	94.058	4.580.031	4.478.155	73.905	61.699
Santander Brasil Consórcio	155.668	19.053	155.668	136.615	19.053	5.988
Banco Bandepe	3.154.045	59.957	3.154.045	3.086.221	59.957	49.520
Banco RCI Brasil S.A.	1.330.271	28.612	530.657	529.562	11.414	(15.648)
Aymoré CFI	1.481.324	116.757	1.481.324	1.364.514	116.757	(79.960)
Santander CCVM	564.411	6.673	564.409	557.736	6.673	9.154
Santander Microcrédito	17.165	(152)	17.165	17.317	(152)	66
Santander Brasil Advisory ⁽¹⁸⁾	14.663	(557)	14.671	14.698	(557)	297
Santander Participações	1.556.607	13.842	1.556.607	1.542.410	13.842	(16.740)
Getnet S.A. ^{(6) (7)}	1.566.728	98.358	1.386.554	1.299.508	87.047	25.960
Sancap	438.297	29.616	438.297	362.233	29.616	32.666
Santander Serviços	855.529	67.381	518.908	478.039	40.869	33.524
Santander Brasil EFC	2.525.844	6.847	2.525.844	2.552.626	6.847	11.627
Mantiq Investimentos Ltda. (Mantiq) ⁽⁸⁾	-	-	-	-	-	2.467
Controladas da Aymoré CFI						
Super Pagamentos	17.093	(2.956)	-	-	-	-
Olé Consignado (Atual Denominação Social do Banco Bonsucesso Consignado S.A.) ⁽⁴⁾	684.104	11.259	-	-	-	-
Banco PSA ⁽⁹⁾	282.973	12.064	-	-	-	-
Controlada da Santander Leasing						
Santander Finance Arrendamento Mercantil ^{(9) (10)}	377.513	5.338	-	-	-	-
Controladas da Sancap						
Santander Capitalização	196.800	27.027	-	-	-	-
Evidence	282.585	2.300	-	-	-	-
Controlada da Santander Participações						
BW Guirapá I S.A. ^{(11) (14)}	519.721	(1.024)	-	-	-	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Patrimônio	Lucro Líquido	Valor dos Investimentos		Resultado da	
	Líquido	(Prejuízo) Ajustado			Equivalência Patrimonial	
	Ajustado		31/03/2017	31/12/2016	01/01 a	01/01 a
	31/03/2017	31/03/2017	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/03/2016
Controlada da Santander Serviços						
Webcasas S.A.	22.920	263	-	-	-	-
Controladas em Conjunto do Banco Santander ⁽²⁰⁾						
Cibrasec ^{(1) (5)}	74.988	2.942	7.292	7.432	353	(104)
Norchem Participações	53.638	1.033	26.819	26.302	517	489
EBP ⁽¹⁾	49.810	(6.592)	5.535	6.266	(733)	(576)
Controladas da Getnet S.A. ^{(6) (7)}						
Auttar HUT	12.181	(249)	-	-	-	-
Integry Tecnologia ⁽¹⁹⁾	74.804	129	-	-	-	-
Toque Fale	3.441	1.239	-	-	-	-
Controladas da Olé Consignado (Atual Denominação Social do Banco Bonsucesso Consignado S.A.) ⁽⁴⁾						
BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	12.980	1.277	-	-	-	-
Bonsucesso Tecnologia Ltda.	7.792	1.060	-	-	-	-
Controladas da BW Guirapá I S.A. ^{(11) (14)}						
Angical ^{(11) (14)}	39.962	(24)	-	-	-	-
Caititu ⁽¹¹⁾	64.997	79	-	-	-	-
Coqueirinho ^{(11) (14)}	81.567	169	-	-	-	-
Corrupião ^{(11) (14)}	74.724	(454)	-	-	-	-
Inhambu ^{(11) (14)}	91.775	(816)	-	-	-	-
Tamanduá Mirim ^{(11) (14)}	86.657	(192)	-	-	-	-
Teiu ^{(11) (14)}	50.950	47	-	-	-	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Patrimônio	Lucro Líquido	Valor dos Investimentos		Resultado da	
	Líquido	(Prejuízo) Ajustado			Equivalência Patrimonial	
	Ajustado		31/03/2017	31/12/2016	01/01 a	01/01 a
	31/03/2017	31/03/2017	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/03/2016
Coligadas						
Norchem Holdings	96.462	6.792	21.332	20.981	352	299
Outras			255	225	(133)	10.975
Total Banco			16.985.413	16.480.840	465.627	131.703
Controladas em Conjunto do Banco Santander ⁽²⁰⁾						
Cibrasec ^{(1) (5)}	74.988	2.942	7.292	-	353	-
Norchem Participações	53.638	1.033	26.819	-	517	-
EBP ⁽¹⁾	49.810	(6.592)	5.535	-	(733)	-
Controladas em Conjunto Direta e Indiretamente da Santander Serviços ⁽²⁰⁾						
Webmotors S.A. ^{(2) (12) (15)}	117.590	7.322	82.315	-	5.126	-
TecBan	403.591	(1.523)	79.951	-	(328)	-
Controlada da TecBan						
Tbnet ⁽¹⁶⁾	69.853	(12.784)	-	-	-	-
Controlada da Tbnet						
Tbforte ⁽¹⁷⁾	65.613	(12.666)	-	-	-	-
Controlada em Conjunto da Santander Participações ⁽²⁰⁾						
PSA Corretora de Seguros ^{(9) (13)}	1.484	168	743	-	84	-
Coligadas						
Norchem Holdings	96.462	6.792	21.332	20.981	352	299
Outras ⁽²¹⁾			135.315	137.567	-	-
Total Consolidado			359.302	158.548	5.371	299

(1) Embora a participação seja inferior a 20%, o Banco exerce o controle em conjunto na entidade com os demais acionistas majoritários, através de acordo de acionistas onde nenhuma decisão de negócio pode ser tomada por um único acionista.

(2) Embora a participação seja superior a 50%, em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Serviços e a Carsales.com Investments PTY LTD. (Carsales).

(3) O capital social da empresa é de R\$100,00 (cem reais) composto por 100 (cem) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

(4) Na AGE de 3 de março de 2016 foi aprovada a alteração da denominação social do Banco Bonsucesso Consignado S.A. para Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A., o processo de alteração foi aprovado pelo Bacen em 1 de junho de 2016. Na AGE de 1 de novembro de 2016, foi aprovado o aumento do capital social do Olé Consignado no valor de R\$50.000, passando o capital social dos atuais R\$350.000 para R\$400.000, mediante a emissão de 28.509.708 novas ações ordinária nominativas, sem valor nominal. O processo da alteração do capital social foi aprovado pelo Bacen em 22 de novembro de 2016.

(5) Na AGE realizada em 29 de abril de 2016 foi aprovada a reforma na estrutura de distribuição do capital social da Cibrasec mediante a criação de ações preferenciais de emissão da Companhia com direito a voto e a conversão de parcela das ações ordinárias de emissão da Companhia em ações preferenciais, referida reforma foi ratificada na AGE realizada em 30 de maio de 2016. O Banco Santander converteu parte de suas ações ordinária detidas no capital social da Cibrasec, no montante correspondente a 5.000 mil ações ordinárias de emissão da Cibrasec em 50 ações preferenciais na proporção de 100 ações ordinárias para cada 1 ação preferencial, sendo mantidas ainda 4.000 mil ações ordinárias no capital social da Cibrasec. Cada ação preferencial confere ao acionista o direito a 100 vezes o direito aos dividendos das ações ordinárias, de forma que os direitos econômicos foram mantidos, no entanto, a conversão implicou em redução percentual na participação acionária na Cibrasec.

(6) Em maio de 2016, foi aprovado pelo Bacen o processo de autorização para funcionamento da Sociedade como Instituição de Pagamento.

(7) Em junho de 2016 a participação detida na iZettle do Brasil S.A foi alienada.

(8) Investimento alienado em 14 de julho de 2016 (Nota 37.d).

(9) Investimento adquirido em 1 de agosto de 2016 (Nota 37.b).

(10) Na AGE realizada em 1 de agosto de 2016, foi aprovada a alteração da denominação social da PSA Finance Arrendamento Mercantil S.A. para Santander Finance Arrendamento Mercantil S.A., cujo processo foi aprovado pelo Bacen em 12 de dezembro de 2016.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

(11) Investimentos transferidos da rubrica ativos não-correntes mantidos para venda (Nota 13) em setembro de 2016.

(12) Na AGE realizada em 26 de setembro de 2016, foi aprovada a redução do capital social da Webmotors S.A. sem cancelamento de ações no valor de R\$109.800 por ser considerado excessivo à manutenção de suas atividades, passando o capital social de R\$194.580 para R\$84.780.

(13) Em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Participações e a PSA Services LTD.

(14) Em AGEs realizadas no dia 31 de outubro de 2016, foram aprovados aumento de capital social pela BW Guirapá I S.A. para as Eólicas: Angical no valor de R\$600, mediante a emissão de 10.200 novas ações ordinárias, Coqueirinho no valor de R\$1.300, mediante a emissão de 13.900 novas ações ordinárias, Corrupião no valor de R\$2.501, mediante a emissão de 22.125 novas ações ordinárias, Inhambu no valor de R\$2.102 mediante a emissão de 19.175 novas ações ordinárias, Tamanduá Mirim no valor de R\$306, mediante a emissão de 3.300 novas ações ordinárias e para a Teiu no valor de R\$1.405, mediante a emissão de 19.600 novas ações ordinárias, as ações subscritas pela BW Guirapá I S.A., serão integralizadas em moeda corrente nacional em até 365 dias, vencendo em 1 de novembro de 2017.

(15) Em 30 de dezembro de 2016, a Virtual Motors Páginas Eletrônicas Ltda. - ME (Virtual Motors) foi incorporada pela Webmotors S.A (Nota 37.d).

(16) Em Reuniões dos sócios realizados no período de janeiro a março de 2017, foram aprovados aumentos de capital no valor de R\$19.530, passando o capital social dos atuais R\$142.095 para R\$161.625, com a emissão de 19.530 mil novas quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um Real) cada uma, cujos aumentos foram integralizados em moeda corrente do país na mesma data em que se deu à aprovação pelos sócios.

(17) Em Reuniões dos sócios realizados no período de janeiro a março de 2017, foram aprovados aumentos de capital no valor de R\$18.960, passando o capital social dos atuais R\$136.266 para R\$155.226, com a emissão de 18.960 mil novas quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um Real) cada uma, cujos aumentos foram integralizados em moeda corrente do país na mesma data em que se deu à aprovação pelos sócios.

(18) Em março de 2017, houve o grupamento de ações representativas do capital social da SB Advisory à razão de 100.000 (cem mil) ações para 1 (uma) ação ordinária. Em virtude do grupamento, o número de ações representativas do capital social da Santander Brasil Advisory foi alterado de 1.370.914 (um milhão, trezentas e setenta mil, novecentas e quatorze) para 13 (treze) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, tendo sido canceladas eventuais frações de ações (Nota 37.d).

(19) Em 9 de março de 2017, em alteração contratual, as sócias resolvem de comum acordo, aumentar o capital social da Integry Tecnologia no valor de R\$75.000 passando dos atuais R\$1.276 para R\$76.276, mediante a distribuição de 75.000.000 (setenta e cinco milhões) de novas cotas com valor nominal de R\$1,00 cada uma.

(20) A partir de 1 de janeiro de 2017, entrou em vigor a Resolução do CMN 4.517 de 24 de agosto de 2016, que estabelece que as participações societárias em sociedades controladas em conjunto devem ser avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (Nota 2).

(21) Inclui o valor líquido da amortização de R\$24.171 (31/12/2016 - R\$25.735) referente a conclusão do estudo da alocação do preço de compra (*Purchase Price Allocation - PPA*) sobre a aquisição do Bonsucesso pela Aymoré CFI, R\$87.277 (31/12/2016 - R\$90.094) referente ao ágio na aquisição das ações representativas dos 50% remanescentes do capital social votante da Super (Nota 37.c), R\$21.204 (31/12/2016 - R\$21.762) referente ao ágio registrado na BW Guirapá I S.A. relativo aquisição das Sociedades de Propósito Específico (SPE) de Parques Eólicos e R\$2.408 referente ao valor final de ajuste no preço na aquisição do Banco PSA.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

16. Imobilizado de Uso

	Custo	Depreciação	Banco	
			31/03/2017 Residual	31/12/2016 Residual
Imóveis de Uso	2.538.699	(661.843)	1.876.856	1.893.845
Terrenos	668.129	-	668.129	668.141
Edificações	1.870.570	(661.843)	1.208.727	1.225.704
Outras Imobilizações de Uso	11.016.993	(6.997.160)	4.019.833	4.149.313
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	3.055.904	(1.626.049)	1.429.855	1.449.269
Sistemas de Processamento de Dados	3.315.217	(2.620.394)	694.823	748.818
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	3.605.262	(2.022.213)	1.583.049	1.624.277
Sistemas de Segurança e Comunicações	739.494	(468.536)	270.958	277.607
Outras	301.116	(259.968)	41.148	49.342
Total	13.555.692	(7.659.003)	5.896.689	6.043.158

	Custo	Depreciação	Consolidado	
			31/03/2017 Residual	31/12/2016 Residual
Imóveis de Uso	2.852.507	(689.996)	2.162.511	2.187.136
Terrenos	701.698	-	701.698	702.032
Edificações	2.150.809	(689.996)	1.460.813	1.485.104
Outras Imobilizações de Uso	12.762.530	(7.687.327)	5.075.203	5.363.607
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	3.761.564	(1.669.066)	2.092.498	2.168.242
Sistemas de Processamento de Dados	3.487.957	(2.689.984)	797.973	958.214
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	3.668.916	(2.061.051)	1.607.865	1.651.786
Sistemas de Segurança e Comunicações	1.515.590	(1.005.001)	510.589	486.797
Outras	328.503	(262.225)	66.278	98.568
Total	15.615.037	(8.377.323)	7.237.714	7.550.743

17. Intangível

	Custo	Amortização	Banco	
			31/03/2017 Líquido	31/12/2016 Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	26.120.037	(25.157.457)	962.580	1.368.177
Outros Ativos Intangíveis	8.752.131	(5.816.473)	2.935.658	2.895.815
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	5.794.852	(4.132.301)	1.662.551	1.633.443
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	2.620.530	(1.425.212)	1.195.318	1.197.278
Outros	336.749	(258.960)	77.789	65.094
Total	34.872.168	(30.973.930)	3.898.238	4.263.992

	Custo	Amortização	Consolidado	
			31/03/2017 Líquido	31/12/2016 Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	27.459.096	(25.755.827)	1.703.269	2.173.901
Outros Ativos Intangíveis	9.237.092	(6.127.910)	3.109.182	3.128.640
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	6.266.431	(4.429.197)	1.837.234	1.840.289
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	2.620.530	(1.425.212)	1.195.318	1.197.277
Outros	350.131	(273.501)	76.630	91.074
Total	36.696.188	(31.883.737)	4.812.451	5.302.541

A base utilizada para o teste de recuperabilidade do ágio na aquisição de sociedades controladas é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade, conforme demonstrado no quadro abaixo. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada por empresa especializada independente, anualmente ou sempre que houver indícios de redução ao seu valor de recuperação, a qual é revisada e aprovada pela Diretoria Executiva.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Banco Comercial
31/12/2016

Principais Premissas:

Bases para Determinação do Valor Recuperável	Valor em Uso: Fluxos de Caixa
Período das Projeções dos Fluxos de Caixa ⁽¹⁾	5 Anos
Taxa de Crescimento	8,0%
Taxa de Desconto ⁽²⁾	15,2%

(1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da Administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

(2) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM). A taxa de desconto antes de impostos é de 20,23%.

Baseado nas premissas descritas acima, não foi identificada perda do valor recuperável do ágio.

18. Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses
a) Depósitos

					Banco	
					31/03/2017	31/12/2016
	Sem	Até	De 3 a	Acima de		
	Vencimento	3 Meses	12 Meses	12 Meses	Total	Total
Depósitos à Vista	14.862.780	-	-	-	14.862.780	16.016.316
Depósitos de Poupança	36.113.897	-	-	-	36.113.897	36.051.476
Depósitos Interfinanceiros	-	19.521.958	37.963.633	2.316.871	59.802.462	65.097.094
Depósitos a Prazo ⁽¹⁾	97.482	29.668.148	17.917.694	48.325.132	96.008.456	91.694.767
Total	51.074.159	49.190.106	55.881.327	50.642.003	206.787.595	208.859.653
Circulante					156.145.592	158.705.975
Longo Prazo					50.642.003	50.153.678

					Consolidado	
					31/03/2017	31/12/2016
	Sem	Até	De 3 a	Acima de		
	Vencimento	3 Meses	12 Meses	12 Meses	Total	Total
Depósitos à Vista	14.823.604	-	-	-	14.823.604	16.006.319
Depósitos de Poupança	36.113.897	-	-	-	36.113.897	36.051.476
Depósitos Interfinanceiros ⁽¹⁾	-	1.170.083	1.082.543	9.350	2.261.976	3.122.438
Depósitos a Prazo ⁽¹⁾	97.482	29.674.510	16.785.766	48.255.072	94.812.830	90.524.841
Outros Depósitos	87	-	-	-	87	89
Total	51.035.070	30.844.593	17.868.309	48.264.422	148.012.394	145.705.163
Circulante					99.747.972	97.394.726
Longo Prazo					48.264.422	48.310.437

(1) Incluí o valor de R\$267.975 (31/12/2016 - R\$547.556) de Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI e R\$10.039 de Certificados de Depósito a Prazo, objetos de "hedge" fluxo de caixa (Nota 6.b.V.b).

b) Captações no Mercado Aberto

					Banco	
					31/03/2017	31/12/2016
		Até	De 3 a	Acima de		
		3 Meses	12 Meses	12 Meses	Total	Total
Carteira Própria		85.726.214	40.743.580	7.697.860	134.167.654	125.213.506
Títulos Públicos		69.159.642	26.109	-	69.185.751	65.419.749
Outros		16.566.572	40.717.471	7.697.860	64.981.903	59.793.757
Carteira de Terceiros		9.971.350	-	-	9.971.350	14.799.595
Carteira de Livre Movimentação		531.639	5.842.043	21.482.168	27.855.850	31.550.621
Total		96.229.203	46.585.623	29.180.028	171.994.854	171.563.722
Circulante					142.814.826	132.400.766
Longo Prazo					29.180.028	39.162.956

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

				Consolidado	
				31/03/2017	31/12/2016
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Carteira Própria	83.569.254	40.324.254	7.697.860	131.591.368	123.578.123
Títulos Públicos	67.002.682	26.109	-	67.028.791	64.116.094
Títulos de Emissão Própria	11.143.166	40.271.721	7.655.222	59.070.109	54.125.777
Outros	5.423.406	26.424	42.638	5.492.468	5.336.252
Carteira de Terceiros	971.360	-	-	971.360	5.794.993
Carteira de Livre Movimentação	531.639	5.842.043	21.482.168	27.855.850	31.550.621
Total	85.072.253	46.166.297	29.180.028	160.418.578	160.923.737
Circulante				131.238.550	121.760.781
Longo Prazo				29.180.028	39.162.956

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

				Banco	
				31/03/2017	31/12/2016
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	23.728.901	43.134.884	19.404.753	86.268.538	92.103.855
Letras de Crédito Imobiliário - LCI ⁽¹⁾	6.800.661	14.989.686	1.943.517	23.733.864	23.983.429
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA ⁽²⁾	3.403.558	4.050.297	510.932	7.964.787	6.980.844
Letras Financeiras - LF ⁽³⁾	13.524.682	24.094.901	16.950.304	54.569.887	61.139.582
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	699.068	2.785.070	9.992	3.494.130	7.722.202
Eurobonds	699.068	2.785.070	9.992	3.494.130	7.722.202
Certificados de Operações Estruturadas	392.174	597.523	279.891	1.269.588	1.235.591
Total	24.820.143	46.517.477	19.694.636	91.032.256	101.061.648
Circulante				71.337.620	79.435.491
Longo Prazo				19.694.636	21.626.157

				Consolidado	
				31/03/2017	31/12/2016
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Aceites Cambiais ⁽⁵⁾	257.037	354.235	537.977	1.149.249	1.090.255
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	23.954.311	43.981.623	21.159.885	89.095.819	95.122.026
Letras de Crédito Imobiliário - LCI ⁽¹⁾	6.800.661	14.989.686	1.943.517	23.733.864	23.983.429
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA ⁽²⁾	3.403.558	4.050.297	510.932	7.964.787	6.980.844
Letras Financeiras - LF ⁽³⁾⁽⁴⁾	13.750.092	24.941.640	18.705.436	57.397.168	64.157.753
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	699.068	2.785.070	9.992	3.494.130	7.722.202
Eurobonds	699.068	2.785.070	9.992	3.494.130	7.722.202
Certificados de Operações Estruturadas	392.174	597.523	279.891	1.269.588	1.235.591
Total	25.302.590	47.718.451	21.987.745	95.008.786	105.170.074
Circulante				73.021.041	81.262.272
Longo Prazo				21.987.745	23.907.802

(1) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 31 de março de 2017, possuem prazo de vencimento entre 2017 a 2026 (31/12/2016 - com prazo de vencimento entre 2017 a 2026).

(2) Letras de crédito do agronegócio são títulos de renda fixa em que os recursos são destinados ao fomento do agronegócio, indexada entre 86,0% a 94,0% do CDI. Em 31 de março de 2017, possuem prazo de vencimento entre 2017 a 2018 (31/12/2016 - com prazo de vencimento entre 2017 a 2018).

(3) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$300 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 31 de março de 2017, possuem prazo de vencimento entre 2017 a 2025 (31/12/2016 - com prazo de vencimento entre 2017 a 2025).

(4) Incluí o valor de R\$2.570.469 (31/12/2016 - R\$1.769.348) de Letras Financeiras objeto de "hedge" fluxo de caixa (Nota 6.b.V.b).

(5) Incluí o valor de R\$1.006.593 (31/12/2016 - R\$573.596) de Letras Financeiras objeto de "hedge" fluxo de caixa (Nota 6.b.V.b).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Eurobonds	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	Banco/Consolidado	
					31/03/2017	31/12/2016
					Total	Total
Eurobonds	julho-16	julho-17	US\$	2,0%	743.612	761.129
Eurobonds	junho-16	junho-17	US\$	2,0%	464.495	475.424
Eurobonds	outubro-16	outubro-17	US\$	2,2%	243.584	249.214
Eurobonds	dezembro-16	dezembro-17	US\$	2,0%	191.297	195.796
Eurobonds	setembro-16	setembro-17	US\$	2,0%	190.717	195.206
Eurobonds	agosto-16	agosto-17	US\$	2,0%	181.264	185.533
Eurobonds	novembro-16	novembro-17	US\$	1,8%	135.350	138.605
Eurobonds	novembro-16	novembro-17	US\$	2,0%	127.785	130.791
Eurobonds	abril-16	abril-17	US\$	2,1%	85.883	87.887
Eurobonds	abril-16	abril-17	US\$	2,3%	22.655	23.172
Eurobonds	novembro-16	novembro-17	US\$	2,1%	79.778	81.645
Eurobonds	dezembro-16	junho-17	US\$	1,4%	60.588	62.105
Eurobonds	dezembro-16	dezembro-17	US\$	1,8%	47.306	48.448
Eurobonds	outubro-16	outubro-17	US\$	1,8%	46.704	47.832
Eurobonds	fevereiro-15	fevereiro-18	US\$	2,2%	38.436	39.727
Eurobonds	outubro-16	outubro-17	EUR	0,4%	37.008	37.507
Eurobonds	setembro-16	setembro-17	US\$	2,1%	34.748	35.562
Eurobonds	novembro-16	maio-17	US\$	1,4%	33.872	34.720
Eurobonds	outubro-16	abril-17	US\$	1,4%	30.001	30.753
Eurobonds	setembro-16	setembro-17	EUR	0,8%	20.562	20.821
Eurobonds	julho-15	julho-20	US\$	3,0%	9.992	10.206
Eurobonds	fevereiro-17	fevereiro-18	US\$	2,0%	71.920	-
Eurobonds	março-17	junho-17	US\$	1,1%	57.075	-
Eurobonds	fevereiro-17	janeiro-18	US\$	2,3%	52.832	-
Eurobonds	março-17	fevereiro-18	US\$	2,4%	31.730	-
Eurobonds	março-17	março-18	US\$	2,1%	31.717	-
Eurobonds	fevereiro-17	fevereiro-18	US\$	1,8%	19.945	-
Eurobonds	fevereiro-17	março-18	BRL	7,7%	18.111	-
Eurobonds	janeiro-17	julho-17	US\$	1,4%	16.870	-
Eurobonds	fevereiro e setembro-12	fevereiro-17	US\$	4,6%	-	4.116.309
Eurobonds	fevereiro-16	março-17	US\$	2,5%	-	39.940
Eurobonds	setembro-16	março-17	US\$	1,4%	-	50.045
Eurobonds	outubro-16	janeiro-17	US\$	0,9%	-	32.422
Eurobonds	novembro-16	fevereiro-17	US\$	0,9%	-	93.498
Eurobonds	dezembro-16	março-17	US\$	0,9%	-	62.219
Outros					368.293	435.686
Total					3.494.130	7.722.202

d) Despesas de Captação no Mercado

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
Depósitos a Prazo ⁽¹⁾	1.983.691	1.237.053	1.964.264	1.211.019
Depósitos de Poupança	642.020	675.387	642.020	675.387
Depósitos Interfinanceiros	1.910.538	1.974.182	76.247	109.117
Captação no Mercado Aberto	5.856.610	5.942.354	5.520.924	5.430.285
Atualização e Juros de Provisões de Previdência e de Capitalização	-	-	31.098	31.721
Outras ⁽²⁾	2.658.386	5.513.827	2.785.837	5.669.280
Total	13.051.245	15.342.803	11.020.390	13.126.809

(1) No Banco e no Consolidado, inclui o registro de juros no valor de R\$122.911 (2016 - R\$129.391), referente a emissão de Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II (Nota 21).

(2) Inclui, principalmente, despesas com recursos de aceites e emissão de títulos.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e) Obrigações por Empréstimos e Repasses

				Banco	
				31/03/2017	31/12/2016
	Até	De 3 a	Acima de	Total	Total
	3 Meses	12 Meses	12 Meses		
Obrigações por Empréstimos no Exterior	9.661.257	17.890.584	1.234.556	28.786.397	31.477.516
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	4.195.725	13.558.422	81.920	17.836.067	14.556.516
Outras Linhas de Crédito ⁽¹⁾	5.465.532	4.332.162	1.152.636	10.950.330	16.921.000
Obrigações por Repasses do País	1.334.846	3.679.113	11.758.227	16.772.186	16.802.645
Total	10.996.103	21.569.697	12.992.783	45.558.583	48.280.161
Circulante				32.565.800	34.820.450
Longo Prazo				12.992.783	13.459.711

				Consolidado	
				31/03/2017	31/12/2016
	Até	De 3 a	Acima de	Total	Total
	3 Meses	12 Meses	12 Meses		
Obrigações por Empréstimos no País	15.793	35.827	387.741	439.361	445.900
Obrigações por Empréstimos no Exterior	8.475.352	17.890.584	1.234.556	27.600.492	30.154.117
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	4.195.725	13.558.422	81.920	17.836.067	13.233.117
Outras Linhas de Crédito ⁽¹⁾	4.279.627	4.332.162	1.152.636	9.764.425	16.921.000
Obrigações por Repasses do País	1.334.846	3.679.113	11.758.227	16.772.186	16.802.645
Total	9.825.991	21.605.524	13.380.524	44.812.039	47.402.662
Circulante				31.431.515	33.538.718
Longo Prazo				13.380.524	13.863.944

(1) Inclui o valor de R\$770.317 (31/12/2016 - R\$816.759), de obrigações objeto de "hedge" risco de mercado (Nota 6.b.V.a) e em 31 de dezembro de 2016 o valor de R\$1.332.972 de obrigações objeto de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.V.b).

No Banco e no Consolidado, as linhas de financiamento à exportação e importação são recursos captados junto a instituições financeiras no exterior, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio, relativas a desconto de letras de exportação e pré-financiamento à exportação e importação, cujos vencimentos vão até o ano de 2019 (31/12/2016 - até o ano de 2019) e estão sujeitas a encargos financeiros, correspondentes à variação cambial acrescida de juros que variam de 0,6% a.a. a 32,44% a.a. (31/12/2016 - 0,6% a.a. a 32,44% a.a.).

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm incidência de encargos financeiros correspondentes a TJLP, variação cambial da cesta de moedas do BNDES ou a variação cambial do Dólar americano, acrescidos de juros, de acordo com as políticas operacionais do Sistema BNDES.

19. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	Banco		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 23.b)	4.532.695	4.522.224	7.131.172	7.080.310
Provisão para Riscos Fiscais - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 23.i)	505.404	719.574	596.468	810.383
Passivos Tributários Diferidos	2.667.302	1.809.299	3.194.271	2.265.591
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	435.001	-	666.121	33.113
Impostos e Contribuições a Pagar	453.930	1.064.799	581.872	1.404.210
Total	8.594.332	8.115.896	12.169.904	11.593.607
Circulante	2.014.695	1.891.028	2.736.278	2.442.614
Longo Prazo	6.579.637	6.224.868	9.433.626	9.150.993

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Banco Saldo em 31/03/2017
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	965.750	-	(8.347)	957.403
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	836.197	813.427	-	1.649.624
Superveniência de Arrendamento Mercantil	6.777	-	(61)	6.716
Outros	575	52.984	-	53.559
Total	1.809.299	866.411	(8.408)	2.667.302

	Saldo em 31/12/2016	Mudança no Escopo de Consolidação (Nota 15)	Constituição	Realização	Consolidado Saldo em 31/03/2017
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	969.321	1	30.918	(8.781)	991.459
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	892.971	-	857.446	(982)	1.749.435
Superveniência de Arrendamento Mercantil	385.127	-	-	(12.544)	372.583
Outros	18.172	(825)	63.485	(38)	80.794
Total	2.265.591	(824)	951.849	(22.345)	3.194.271

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

b) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos

Ano	IRPJ	Diferenças Temporárias			Total
		CSLL	PIS/Cofins	Banco 31/03/2017	
2017	315.377	250.959	61.193	627.529	
2018	291.352	231.290	56.398	579.040	
2019	248.302	147.638	47.999	443.939	
2020	126.213	75.372	23.577	225.162	
2021	83.920	50.332	15.436	149.688	
2022 a 2024	251.759	150.996	46.307	449.062	
2025 a 2026	108.493	65.094	19.295	192.882	
Total	1.425.416	971.681	270.205	2.667.302	

Ano	IRPJ	Diferenças Temporárias			Total
		CSLL	PIS/Cofins	Consolidado 31/03/2017	
2017	404.691	270.414	61.990	737.095	
2018	372.543	241.997	57.461	672.001	
2019	308.320	155.707	49.064	513.091	
2020	180.420	80.038	24.641	285.099	
2021	136.189	53.863	16.500	206.552	
2022 a 2024	362.342	161.578	49.496	573.416	
2025 a 2026	116.646	69.748	20.623	207.017	
Total	1.881.151	1.033.345	279.775	3.194.271	

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

20. Dívidas Subordinadas

Estão representadas por títulos emitidos de acordo com as normas do Bacen. Para a apuração dos limites operacionais, estes integram o Nível II do Patrimônio de Referência (PR) de acordo com a natureza e proporcionalidade definidas nas Resoluções CMN 4.192 de 1 de março de 2013 e alterações pela Resolução CMN 4.278 de 31 de outubro de 2013.

					Banco/Consolidado	
					31/03/2017	31/12/2016
CDB Subordinado	Emissão	Vencimento ⁽¹⁾	Valor de Emissão (em Milhões)	Taxa de Juros (a.a.)	Total	Total
CDB Subordinado	maio-08	maio-15 a maio-18	R\$283	CDI ⁽²⁾	101.689	98.378
CDB Subordinado	maio-08 a junho-08	maio-15 a junho-18	R\$268	IPCA ⁽³⁾	379.346	367.868
Total					481.035	466.246
Longo Prazo					481.035	466.246

(1) CDBs subordinados possuem remuneração paga ao final do prazo juntamente com o principal.

(2) Indexado entre 100% e 112% do CDI.

(3) Indexado ao IPCA, acrescido de juros de 8,3% a.a. a 8,4% a.a.

21. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

					Banco/Consolidado	
					31/03/2017	31/12/2016
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão (em Milhões)	Taxa de Juros (a.a.) ⁽³⁾	Total	Total
Nível I ⁽¹⁾	janeiro-14	Sem Prazo (Perpétuo)	R\$3.000	7,375%	4.012.325	4.127.184
Nível II ⁽²⁾	janeiro-14	janeiro-24	R\$3.000	6,000%	4.001.312	4.187.615
Total					8.013.637	8.314.799
Circulante					69.105	114.104
Longo Prazo					7.944.532	8.200.695

(1) Juros pagos trimestralmente a partir de 29 de abril de 2014.

(2) Juros pagos semestralmente a partir de 29 de julho de 2014.

(3) A taxa efetiva de juros, considerando o IR Fonte assumido pelo emissor, é de 8,676% e 7,059% para os instrumentos Nível I e Nível II, respectivamente.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

22. Outras Obrigações - Diversas

	Banco		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Provisão Técnica para Operações de Previdência e de Capitalização	-	-	1.689.869	1.681.252
Obrigações com Cartões de Crédito	23.877.179	24.446.860	24.090.711	24.651.578
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos -				
Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 23.b)	5.200.063	4.653.511	5.588.092	5.014.004
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	276.090	-	276.090	-
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 35)	2.760.036	2.696.848	2.774.269	2.710.626
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	22.704	22.588	22.704	22.588
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 23.i)	8.236	4.542	8.236	4.542
Provisão para Pagamentos a Efetuar				
Despesas de Pessoal	1.127.765	1.432.366	1.223.645	1.564.155
Despesas Administrativas	352.438	301.877	451.778	422.133
Outros Pagamentos	43.502	35.135	133.878	159.652
Credores por Recursos a Liberar	450.602	482.091	450.602	482.091
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	359.194	460.432	359.194	460.432
Fornecedores	323.691	290.281	903.702	922.082
Outras ⁽¹⁾	3.409.994	3.365.507	6.344.801	6.433.165
Total	38.211.494	38.192.038	44.317.571	44.528.300
Circulante	31.768.994	32.547.860	36.877.685	38.143.523
Longo Prazo	6.442.500	5.644.178	7.439.886	6.384.777

(1) No Consolidado, inclui a obrigação referente a transferência da Carteira do Fundo Garantidor de Benefícios (FGB) da sociedade Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. para a Evidence, os ativos e reservas da referida Carteira passaram a ser geridos pela Evidence a partir de 2 de fevereiro de 2015.

Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

A provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas são fundamentadas nas análises das operações de acordo com a tipologia da obrigação prestada, na experiência passada, expectativas futuras e na política de avaliação de risco da administração. São revisadas mensalmente, conforme estabelecido pela Resolução do CMN 4.512/2016.

Tipo de Garantia Financeira	Banco/Consolidado	
	Saldo Garantias Prestadas	Provisão
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	343.762	23.045
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	2.913.054	11.951
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	1.547.463	5.737
Vinculadas à Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários por Oferta Pública	2.126.166	-
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	11.152.215	112.629
Outros Avais	611	1
Outras Fianças Bancárias	15.071.935	116.563
Outras Garantias Financeiras Prestadas	1.991.737	6.164
Total	35.146.943	276.090

Movimentação da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

Saldo Inicial	325.957
Constituição (Nota 31)	68.929
Reversão ⁽¹⁾ (Nota 31)	(118.796)
Saldo Final	276.090

(1) Corresponde a fiança honrada, provisão constituída na linha de provisão para devedores duvidosos.

23. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

No Banco e no Consolidado, em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.q).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	Banco		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 19)	4.532.695	4.522.224	7.131.172	7.080.310
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos -				
Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 22)	5.200.063	4.653.511	5.588.092	5.014.004
Ações Trabalhistas	3.367.070	2.988.869	3.546.123	3.146.383
Ações Cíveis	1.832.993	1.664.642	2.041.969	1.867.621
Total	9.732.758	9.175.735	12.719.264	12.094.314

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a			Banco		
	31/03/2017			01/01 a		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	4.522.224	2.988.869	1.664.642	4.475.644	2.422.387	1.838.658
Constituição Líquida de						
Reversão ⁽¹⁾	(58.845)	387.735	169.963	(1.833)	168.152	245.980
Atualização Monetária	73.389	145.670	71.107	114.933	69.439	41.618
Baixas por Pagamento	(4.667)	(182.522)	(72.719)	(21.089)	(247.709)	(107.579)
Outros	594	27.318	-	-	1.492	-
Saldo Final	4.532.695	3.367.070	1.832.993	4.567.655	2.413.761	2.018.677
Depósitos em Garantia -						
Outros Créditos	1.653.529	533.056	446.174	1.725.932	317.546	373.673
Depósitos em Garantia - Títulos e						
Valores Mobiliários	11.977	15.166	969	26.902	6.149	7.637
Total dos Depósitos em						
Garantia ⁽²⁾	1.665.506	548.222	447.143	1.752.834	323.695	381.310

	01/01 a			Consolidado		
	31/03/2017			01/01 a		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	7.080.310	3.146.383	1.867.621	6.973.763	2.505.553	2.008.716
Constituição Líquida de						
Reversão ⁽¹⁾	(62.303)	401.105	183.879	(1.377)	180.791	269.938
Atualização Monetária	121.642	152.010	77.515	178.202	72.088	46.478
Baixas por Pagamento	(4.691)	(179.972)	(88.339)	(47.175)	(256.975)	(135.348)
Mudança no Escopo de						
Consolidação (Nota 15)	(12.638)	(1.262)	-	-	-	-
Outros	8.852	27.859	1.293	2.586	1.467	(1)
Saldo Final	7.131.172	3.546.123	2.041.969	7.105.999	2.502.924	2.189.783
Depósitos em Garantia -						
Outros Créditos	3.047.633	553.323	460.281	3.083.491	323.189	389.660
Depósitos em Garantia - Títulos e						
Valores Mobiliários	13.120	15.166	993	28.305	6.149	7.658
Total dos Depósitos em						
Garantia ⁽²⁾	3.060.753	568.489	461.274	3.111.796	329.338	397.318

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas operacionais e outras despesas operacionais e IR e CSLL.

(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

d) Provisões Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrantes em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias encontram-se descritos a seguir:

PIS e Cofins - R\$1.701.544 no Banco e R\$3.355.048 no Consolidado (31/12/2016 - R\$1.669.219 no Banco e R\$3.303.368 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram medidas judiciais visando afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Em relação ao processo do Banco Santander, em 23 de abril de 2015, foi publicada decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) admitindo o Recurso Extraordinário interposto pela União referente ao PIS e negando o seguimento ao Recurso Extraordinário do Ministério Público Federal referente à Cofins. Ambos recorreram desta decisão, sem qualquer sucesso, de modo que o pleito referente à Cofins está definido, prevalecendo a sentença do Tribunal Regional Federal da 4ª Região de agosto de 2007, favorável ao Banco Santander. Seguem pendentes de julgamento definitivo pelo STF a exigibilidade do PIS do Banco Santander, bem como a exigibilidade do PIS e da Cofins das demais empresas controladas.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$351.539 no Banco e R\$868.003 no Consolidado (31/12/2016 - R\$345.202 no Banco e R\$948.968 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram ações judiciais visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Os principais temas discutidos nesses processos são:

CSLL - Isonomia de Alíquotas - no Consolidado o valor de R\$54.704 (31/12/2016 - R\$54.245): as empresas controladas ingressaram com medidas judiciais contestando a aplicação do aumento na alíquota da CSLL para 18%, aplicável a instituições financeiras, até 1998, em comparação com a alíquota de 8% para as demais empresas não financeiras, com base no princípio constitucional da isonomia.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - R\$628.522 no Banco e R\$642.730 no Consolidado (31/12/2016 - R\$607.882 no Banco e R\$621.586 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R\$254.335 no Banco e R\$254.741 no Consolidado (31/12/2016 - R\$259.845 no Banco e R\$266.391 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - R\$697.487 no Banco e no Consolidado (31/12/2016 - R\$689.987 no Banco e Consolidado): em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander Brasil S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. Em junho de 2015, as defesas foram apreciadas com decisões desfavoráveis na esfera administrativa (CARF). Em 3 de julho de 2015, Banco e Produban Serviços de Informática S.A. (atual denominação da Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais, que no período findo em 31 de março de 2017 totalizaram R\$1.397 milhões. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

f) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos e êxitos. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência e de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

g) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - ações de cobrança com avaliação coletiva, relativas aos expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II). Referem-se a discussões judiciais promovidas pelos detentores de cadernetas de poupança, questionando o rendimento creditado pelo Banco Santander em razão da instituição de tais planos por entenderem que as modificações legislativas violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários. As ações são provisionadas com base na média histórica de perdas dos processos encerrados.

As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos. O Banco Santander, também, é parte em ações cíveis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. Nesses casos, a constituição de provisão é feita somente após o trânsito em julgado dessas ações, tendo como base os pedidos de execução individual. A jurisprudência do Superior Tribunal da Justiça (STJ) por enquanto é contrária aos Bancos. A questão está ainda sob análise no STF, tendo sido determinada a suspensão de todos os recursos, com exclusão dos processos que ainda não tenham sentença ou em fase de execução definitiva. Entretanto, o julgamento desta questão está paralisado no STF por falta de quórum, considerando que alguns dos seus Ministros se declararam impedidos para julgar a matéria e, por isso, é provável que o julgamento continue paralisado por vários anos ainda. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o STJ decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, será julgada improcedente, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

h) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$18.525 milhões, sendo os principais processos os seguintes:

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 31 de março de 2017, o valor relacionado a essa discussão é de aproximadamente R\$797 milhões.

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas estão envolvidas em processos judiciais e administrativos contra as autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 31 de março de 2017, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$3.730 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34,0% ao invés de 15,0%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo está aguardando julgamento. Somos responsáveis por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 31 de março de 2017, o valor relacionado a esse processo era de aproximadamente R\$283 milhões.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Amortização do Ágio do Banco Real - a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado. Em 14 de julho de 2015, a Delegacia da RFB de Julgamento decidiu favoravelmente ao Banco Santander, o que ensejou a interposição de Recurso (de ofício) por parte da Fazenda. Em 10 de novembro de 2016 o recurso foi provido, ensejando por parte do Banco a interposição de recurso junto ao CARF, o qual aguarda julgamento. Em 31 de março de 2017, o valor era de aproximadamente R\$1.281 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - as autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 à 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas, as quais estão pendentes de decisão. Em 31 de março de 2017, o valor era de aproximadamente R\$581 milhões.

Compensação Não Homologada - o Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 31 de março de 2017, o valor era de aproximadamente R\$2.044 milhões no Banco e R\$2.151 milhões no Consolidado.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$14 milhões, excluindo os processos abaixo:

Gratificação Semestral ou PLR - ação na esfera trabalhista referente ao pagamento de gratificação semestral ou, alternativamente, PLR aos empregados aposentados do extinto Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa, admitidos até 22 de maio de 1975, movida por Associação de Aposentados do Banespa. A ação foi julgada pelo Tribunal Superior do Trabalho contra o Banco. O Banco ingressou com os recursos cabíveis no STF que por decisão monocrática indeferiu o apelo do Banco, mantendo a condenação do Tribunal Superior do Trabalho. O Banco ingressou com o Agravo Regimental no STF. O Agravo Regimental é um apelo interno apresentado no STF requerendo que a decisão monocrática seja substituída por uma decisão de cinco ministros. A 1ª Turma do STF deu provimento ao Agravo Regimental do Banco e negou seguimento ao da Afabesp. As matérias do Recurso Extraordinário do Banco seguirão agora para o Pleno do STF para decisão sobre repercussão geral e julgamento. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

Reajuste das Complementações de Aposentadoria do Banesprev pelo IGPDI - ação ajuizada em 2002 na Justiça Federal pela Associação de Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo requerendo o reajuste da complementação de aposentadoria pelo IGPDI para aposentados do Banespa que tenham sido admitidos até 22 de maio de 1975. A sentença deferiu a correção mas apenas nos períodos em que não houve a aplicação de nenhuma outra forma de reajuste. O Banco e o Banesprev recorreram dessa decisão e embora os recursos ainda não tenham sido julgados, o índice de êxito do Banco com relação a esse tema nos Tribunais Superiores é de cerca de 90%. Em Execução Provisória foram apresentados cálculos pelo Banco e Banesprev com resultado “zero” em razão da exclusão de participantes que, entre outros motivos, constam como autores em outras ações ou já tiveram algum tipo de reajuste. O valor referente a esta ação não é divulgado devido ao estágio atual do processo e o impacto possível que tal divulgação pode gerar sobre o andamento da ação.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$1.218 milhões, sendo os principais processos os seguintes:

Ação Indenizatória Oriunda do Banco Bandepe - relacionada a contrato de mútuo em fase de recurso para o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Ação Indenizatória Referente à de Serviços de Custódia - prestados pelo Banco Santander em fase inicial e ainda sem sentença proferida.

Ação Oriunda de Disputa Contratual - na aquisição do Banco Geral do Comércio S.A. em fase de recurso para o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP).

i) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores

Referem-se a ações de naturezas fiscais, trabalhistas e cíveis, nos montantes de R\$505.404, R\$1.800 e R\$6.436 (31/12/2016 - R\$719.574, R\$712 e R\$3.830) no Banco e R\$596.468, R\$1.800 e R\$6.436 (31/12/2016 - R\$810.383, R\$712 e R\$3.830) no Consolidado, respectivamente, registrados em outras obrigações - fiscais e previdenciárias (Nota 19) e outras obrigações - diversas (Nota 22) de responsabilidade dos ex-controladores de Bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros créditos - diversos (Nota 12).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

24. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas, escriturais, sem valor nominal.

	31/03/2017			Em Milhares de Ações		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	66.784	92.344	159.128	67.497	92.949	160.446
De Domiciliados no Exterior	3.784.187	3.619.768	7.403.955	3.783.474	3.619.163	7.402.637
Total	3.850.971	3.712.112	7.563.083	3.850.971	3.712.112	7.563.083
(-) Ações em Tesouraria	(21.486)	(21.486)	(42.972)	(25.786)	(25.786)	(51.572)
Total em Circulação	3.829.485	3.690.626	7.520.111	3.825.185	3.686.326	7.511.511

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram e continuarão a ser calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

No primeiro trimestre de 2017 e 2016 não houve destaques de dividendos e juros sobre o capital próprio.

c) Reservas

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reserva de Capital

A reserva de capital do Banco é composta de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 3 de novembro de 2016, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 3 de novembro de 2016, programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrangerá a aquisição de até 38.402.972 Units, representativas de 38.402.972 ações ordinárias e 38.402.972 ações preferenciais, que correspondem, em 30 de setembro de 2016, a aproximadamente 1,02% do capital social do Banco. Em 30 de setembro de 2016, o Banco Santander possuía 384.029.725 ações ordinárias e 411.834.140 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

O prazo do Programa de Recompra é de até 365 dias contados a partir de 4 de novembro de 2016, encerrando-se em 3 de novembro de 2017.

	Banco/Consolidado		
	Em Milhares de Ações		
	31/03/2017	31/12/2016	
	Quantidade	Quantidade	
	Units	Units	ADRs
Ações em Tesouraria no Início do Período	25.785.920	7.080.068	13.137.665
Cancelamento de ADRs ⁽¹⁾	-	13.137.665	(13.137.665)
Aquisições de Ações	70.716	14.284.400	-
Alienações - Remuneração Baseado em Ações	(4.370.527)	(8.716.213)	-
Ações em Tesouraria no Final do Período	21.486.109	25.785.920	-
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	436.446	513.889	-
Custos de Emissão em Milhares de Reais	157	145	-
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	436.603	514.034	-
Custo/Valor de Mercado	Units	Units	ADRs
Custo Mínimo	R\$ 7,55	R\$ 7,55	US\$ 4,37
Custo Médio Ponderado	R\$ 16,44	R\$ 16,43	US\$ 6,17
Custo Máximo	R\$ 32,29	R\$ 26,81	US\$ 10,21
Valor de Mercado	R\$ 27,65	R\$ 28,32	US\$ 8,58

(1) Em janeiro de 2016 ocorreu a transformação do total de ADR's que estavam em tesouraria para UNIT's.

Adicionalmente, no período findo em 31 de março de 2017, foram negociadas ações em tesouraria que resultaram numa perda de R\$944 (2016 - R\$6.298), registrado diretamente no patrimônio líquido em reservas de capital.

e) Patrimônio Líquido Consolidado - Resultados não Realizados

O patrimônio líquido consolidado está reduzido, principalmente, por resultados não realizados de R\$7.988 (31/12/2016 - R\$16.947). No primeiro trimestre de 2017, foram realizados resultados no valor de R\$3.107 (2016 - R\$14.982), em 2016 inclui valores referente a negociação com terceiros das NTN-C e parte das NTN-F, relacionados à operação de venda realizada pelo Banco Santander à Santander Leasing (Nota 6.a III) registrada, anteriormente, como resultados não realizados no ano de 2012 no valor de R\$514.532.

25. Limites Operacionais

Em julho de 2008 entraram em vigor as regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II. No ano de 2013 foi emitido um conjunto de Resoluções e Circulares, alinhados com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia. Estas regras, representadas pelas Resoluções CMN 4.192 e 4.193 entraram em vigor em outubro de 2013 e estabelecem o modelo para apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal. Estas Resoluções determinam que a composição do PR seja feita através do patrimônio líquido, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital.

Conforme estabelecido na Resolução CMN 4.193/2013, a exigência para o PR em 2016 foi de 10,5%, composto de 9,875% de Mínimo de Patrimônio de Referência mais 0,625% de Adicional de Conservação de Capital. Considerando este adicional, o PR Nível I aumentou para 6,625% e o Capital Principal Mínimo para 5,125%.

Para o ano base 2017, a exigência de PR permanece em 10,5%, incluindo 9,25% de Mínimo de Patrimônio de Referência e mais 1,25% de Adicional de Conservação de Capital. O PR Nível I atinge 7,25% e o Capital Principal Mínimo 5,75%.

Em continuidade a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN 4.192/2013, a partir de janeiro de 2015, entrou em vigor o Consolidado Prudencial, definido pela Resolução CMN 4.280/2013.

O índice é calculado de forma consolidada, conforme demonstrado a seguir:

	31/03/2017 ⁽¹⁾	31/12/2016 ⁽¹⁾
Patrimônio de Referência Nível I	57.773.316	56.264.021
Capital Principal	53.760.991	52.136.837
Capital Complementar	4.012.325	4.127.184
Patrimônio de Referência Nível II	4.097.519	4.280.864
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	61.870.835	60.544.885
Risco de Crédito ⁽²⁾	315.269.103	317.062.725
Risco de Mercado ⁽³⁾	45.318.897	24.188.620
Risco Operacional	31.914.513	30.086.072
Total de RWA ⁽⁴⁾	392.502.513	371.337.417
Índice de Basileia Nível I	14,72	15,15
Índice de Basileia Capital Principal	13,70	14,04
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	15,76	16,30

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas do Consolidado Prudencial.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

(2) Para cálculo da alocação de capital para Risco de Crédito foram consideradas as modificações e inclusões da Circular Bacen 3.714 de 20 de agosto de 2014, que altera a Circular Bacen 3.644 de 4 de março de 2013.

(3) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas as variações de taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWAjur2), índices de preços (RWAjur3) e taxa de juros (RWAjur1/RWAjur4), do preço de mercadorias "commodities" (RWAcom), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAacs) e parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas a variação cambial (RWAcam).

(4) Risk Weighted Assets ou ativo ponderado pelo risco.

O Banco Santander, divulga trimestralmente o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, gestão de capital, PR e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

26. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 28 de março de 2017 aprovou, conforme recomendação favorável do Comitê de Remuneração, a proposta de remuneração máxima global para os Administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2017, no montante de até R\$300.000, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. A proposta será objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) a ser realizada em 28 de abril de 2017.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas do Grupo Santander no mundo, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas (Nota 35.f).

a.2) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
Remuneração Fixa	20.255	20.558
Remuneração Variável	39.802	28.041
Outras	3.024	4.844
Total Benefícios de Curto Prazo	63.082	53.443
Remuneração Baseada em Ações	13.045	-
Total Benefícios de Longo Prazo	13.045	-
Total ⁽¹⁾	76.127	53.443

(1) Refere-se ao montante pago pelo Banco Santander aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander.

Adicionalmente, no primeiro trimestre de 2017, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$10.450 (2016 - R\$7.294).

b) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

c) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital do Banco Santander, com mais de 10%;

III - pessoas jurídicas, cujo capital o Banco Santander participe com mais de 10%;

IV - pessoas jurídicas, cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

Em Milhares de Ações						
31/03/2017						
Acionistas	Ações	Ações	Ações	Ações	Total Ações	Total Ações
	Ordinárias	Ordinárias (%)	Preferenciais	Preferenciais (%)		
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	1.809.583	47,0%	1.733.644	46,7%	3.543.227	46,9%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) ⁽¹⁾	1.107.673	28,8%	1.019.645	27,5%	2.127.318	28,1%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	521.965	13,6%	519.268	14,0%	1.041.233	13,8%
Qatar Holding, LLC (Qatar Holding)	207.812	5,4%	207.812	5,6%	415.624	5,5%
Funcionários	4.517	0,1%	4.531	0,1%	9.048	0,1%
Administradores (*)	5.007	0,1%	5.007	0,1%	10.014	0,1%
Outros	172.928	4,5%	200.719	5,5%	373.647	5,0%
Total em Circulação	3.829.485	99,5%	3.690.626	99,5%	7.520.111	99,5%
Ações em Tesouraria	21.486	0,5%	21.486	0,5%	42.972	0,5%
Total	3.850.971	100,0%	3.712.112	100,0%	7.563.083	100,0%
"Free Float" ⁽²⁾	385.257	10,0%	413.062	11,2%	798.319	10,6%

Em Milhares de Ações						
31/12/2016						
Acionistas	Ações	Ações	Ações	Ações	Total Ações	Total Ações
	Ordinárias	Ordinárias (%)	Preferenciais	Preferenciais (%)		
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	1.809.583	47,0%	1.733.644	46,7%	3.543.227	46,9%
(GES) ⁽¹⁾	1.107.673	28,8%	1.019.645	27,5%	2.127.318	28,1%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	521.965	13,6%	519.268	14,0%	1.041.233	13,8%
Qatar Holding	207.812	5,4%	207.812	5,6%	415.624	5,5%
Funcionários	3.914	0,1%	3.929	0,1%	7.843	0,1%
Membros do Conselho de Administração	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	174.238	4,5%	202.028	5,5%	376.266	5,0%
Total em Circulação	3.825.185	99,4%	3.686.326	99,4%	7.511.511	99,4%
Ações em Tesouraria	25.786	0,6%	25.786	0,6%	51.572	0,6%
Total	3.850.971	100,0%	3.712.112	100,0%	7.563.083	100,0%
"Free Float" ⁽²⁾	385.964	10,0%	413.769	11,1%	799.733	10,6%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por Funcionários, Qatar Holding e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

e) Transações com Partes Relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos		Banco	
	(Passivos)	Receitas	(Passivos)	Receitas
		(Despesas)		(Despesas)
		01/01 a		01/01 a
	31/03/2017	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2016
Disponibilidades	169.147	-	402.617	-
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	167.085	-	400.205	-
Banco Santander (México), S.A. ⁽⁴⁾	379	-	1.034	-
Banco Santander Totta, S.A. ⁽⁴⁾	1.525	-	1.261	-
Diversos	158	-	117	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	48.507.572	1.101.455	45.801.141	1.008.145
Aymoré CFI ⁽³⁾	28.437.602	802.026	27.473.607	813.626
Banco Santander Espanha ^{(1) (2)}	11.355.546	20.063	10.269.812	10.213
Banco PSA ⁽³⁾	771.758	27.947	832.849	-
Banco RCI Brasil S.A. ⁽³⁾	659.589	20.311	589.376	33.047
Olé Consignado (Atual Denominação Social do Banco Bonsucesso Consignado S.A.) ^{(3) (10)}	7.283.077	231.108	6.635.497	151.259
Títulos e Valores Mobiliários	64.298.946	2.013.939	67.744.952	2.210.994
Santander Leasing ⁽³⁾	64.298.946	2.013.939	67.744.952	2.210.994
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	(631.804)	(346.286)	(170.020)	222.062
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Crédito Privado (Fundo de Investimento Santillana) ⁽⁴⁾	(100.621)	(368.204)	(155.095)	(18.406)
Abbey National Treasury Services Plc (Abbey National Treasury) ⁽⁴⁾	(90.033)	2.387	(91.828)	14.927
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(394.554)	(72.486)	70.020	(24.914)
Santander FI Amazonas ⁽³⁾	(21.936)	2.244	2.738	239.730
Santander Paraty ^{(3) (Nota 2)}	-	-	-	(7.269)
Santander FI Hedge Strategies ^{(3) (Nota 2)}	(14.970)	(114.403)	(109.760)	-
Santander FI Diamantina ⁽³⁾	(9.690)	204.176	113.905	17.994
Operações de Crédito	-	151	-	1.216
Cibrasec ⁽⁵⁾	-	151	-	1.216
Dividendos e Bonificações a Receber	83.667	213	717.619	7
Aymoré CFI ⁽³⁾	-	-	93.133	-
Santander Leasing ⁽³⁾	-	-	272.703	-
Banco RCI Brasil S.A. ⁽³⁾	-	-	33.171	-
Santander Participações ⁽³⁾	-	-	2.194	-
Sancap ⁽³⁾	76.000	-	122.467	-
Santander CCVM ⁽³⁾	-	-	30.969	-
Banco Bandepe ⁽³⁾	-	-	95.142	-
Santander Serviços ⁽³⁾	7.429	-	31.197	-
Getnet S.A. ⁽³⁾	-	-	35.130	-
Diversos	238	213	1.513	7
Negociação e Intermediação de Valores	652.108	579	154.823	487
Abbey National Treasury ⁽⁴⁾	85.689	133	92.118	106
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	566.419	446	62.705	381
Carteira de Câmbio - Líquida	(137.331)	42.095	(104.243)	36.602
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(137.331)	42.095	(104.243)	36.602
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	15.346.937	617.778	16.099.938	617.004
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁶⁾	726.682	354.655	834.736	354.004
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. ⁽⁶⁾	110.326	60.169	-	63.660
Santander Capitalização S.A. ⁽³⁾	24.459	65.592	18.831	53.196
Aymoré CFI ⁽³⁾	-	100.746	-	111.757
Santander CCVM ⁽³⁾	-	25.182	-	21.462
Santander Leasing ⁽³⁾	-	599	-	1.526
Santander Serviços ⁽³⁾	-	4.762	-	4.762
Santander Microcrédito ⁽³⁾	-	2.067	-	1.588
Santander Brasil Consórcio ⁽³⁾	-	1.049	-	689
Santander Participações ⁽³⁾	-	250	-	1.450
Getnet S.A. ^{(3) (11)}	14.485.470	455	15.246.008	-
Diversos	-	2.252	363	2.910

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Ativos		Banco	
	(Passivos)	Receitas	(Passivos)	Receitas
	31/03/2017	01/01 a 31/03/2017	31/12/2016	01/01 a 31/03/2016
Outros Créditos - Diversos	9.585	6.180	15.887	14.289
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	5.816	-	12.089	1.540
Santander Capitalização S.A. ⁽³⁾	3.356	1.611	3.462	1.801
Banco Santander International ⁽⁴⁾	-	3.658	-	8.938
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ^{(4) (9)}	-	316	-	-
Diversos	413	595	336	2.010
Depósitos	(61.421.969)	(1.965.335)	(66.972.258)	(1.952.799)
Santander Leasing ⁽³⁾	(55.256.209)	(1.750.797)	(59.211.733)	(1.730.749)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(2.433)	-	(1.556)	-
Aymoré CFI ⁽³⁾	(2.780.267)	(92.157)	(2.938.745)	(112.517)
Banco Bandepe ⁽³⁾	(456.000)	(18.116)	(763.992)	(42.777)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁶⁾	(113.540)	-	(44.840)	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. ⁽⁶⁾	(7.572)	-	(8.725)	-
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. ⁽⁶⁾	(67.441)	(2.211)	(39.361)	(2.980)
Sancap ⁽³⁾	(14.348)	(476)	(19.998)	(320)
Santander Brasil Asset ⁽⁶⁾	(10.085)	(380)	(12.079)	(440)
Webmotors S.A. ⁽⁷⁾	(65.651)	(2.032)	(66.325)	(6.954)
Fundo de Investimento Santillana ⁽⁴⁾	(781.466)	(61.068)	(757.874)	(20.093)
Isban Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(7.237)	(501)	(22.232)	(987)
Prohub Serviços de Informática S.A. ⁽⁴⁾	(4.051)	(417)	(19.653)	(528)
Banco RCI Brasil S.A. ⁽³⁾	(6.220)	(520)	(40.202)	(3.125)
Santander Microcrédito ⁽³⁾	(632)	(130)	(6.420)	(417)
Santander Participações ⁽³⁾	(704.584)	(21.910)	(736.921)	(18.907)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ^{(4) (9)}	(207.623)	(6.697)	(208.059)	(4.714)
Santander Brasil Consórcio ⁽³⁾	(116.935)	(3.450)	(99.402)	(2.206)
Santander FI Hedge Strategies ⁽³⁾ (Nota 2)	(600.747)	-	(462.928)	-
Santander Capitalização S.A. ⁽³⁾	(3.930)	-	(3.836)	-
Santander CCVM ⁽³⁾	(11.595)	(588)	(41.595)	(2.436)
Santander FI SBAC ⁽³⁾	(2)	-	-	-
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. ⁽⁴⁾	(66.218)	(1.864)	(52.484)	-
Super Pagamentos ⁽³⁾	(33.490)	(780)	(28.891)	-
Webcasas S.A. ⁽³⁾	(22.257)	(664)	(22.366)	(655)
Santander Brasil EFC ⁽³⁾	-	-	(1.323.399)	-
Diversos	(81.436)	(577)	(38.642)	(1.994)
Operações Compromissadas	(11.684.313)	(465.992)	(10.793.632)	(522.160)
Fundo de Investimento Santillana ⁽⁴⁾	(158.309)	(130.454)	(153.647)	(9.783)
Getnet S.A. ⁽³⁾	(367.987)	(9.097)	(331.729)	(3.838)
Santander FI Amazonas ⁽³⁾	(181.332)	(1.562)	(54.197)	(5.465)
Santander FI Financial ⁽³⁾	(10.138.036)	(298.879)	(9.840.206)	(281.015)
Santander Leasing ⁽³⁾	(73.000)	(2.000)	-	(216.725)
Banco Bandepe ⁽³⁾	(63.387)	(1.518)	(740)	(1.699)
Olé Consignado (Atual Denominação Social do Banco Bonsucesso Consignado S.A.) ^{(3) (10)}	-	(595)	(6.000)	-
Santander CCVM ⁽³⁾	(8.500)	(314)	(6.904)	(307)
Santander FI SBAC ⁽³⁾	(43.955)	(593)	(3.296)	(944)
Santander FI Guarujá ⁽³⁾	(10.495)	(5.392)	(68.334)	-
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. ⁽⁶⁾	-	-	-	(128)
Santander FI Diamantina ⁽³⁾	(28.849)	(2.802)	(6.503)	(1.922)
Super Pagamentos ⁽³⁾	-	-	-	(255)
Banco PSA ⁽³⁾	(319.139)	(9.718)	(321.700)	-
Santander FI Unix ⁽³⁾	(290.258)	(3.021)	(376)	-
Diversos	(1.066)	(47)	-	(79)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(11.272)	(231)	(10.886)	-
Super Pagamentos ⁽³⁾	(11.272)	(231)	(10.886)	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Ativos		Banco	
	(Passivos)	Receitas	(Passivos)	Receitas
		(Despesas)		(Despesas)
		01/01 a		01/01 a
	31/03/2017	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2016
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(1.342.072)	-	(183.741)	-
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(155.430)	-	(181.051)	-
Santander Brasil EFC ⁽³⁾	(1.185.905)	-	-	-
Banco Santander S.A. (Uruguay) ⁽⁴⁾	(158)	-	(2.158)	-
Banco Santander Río S.A. ⁽⁴⁾	(444)	-	(532)	-
Banco Santander Totta, S.A. ⁽⁴⁾	(135)	-	-	-
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	-	(3.795.205)	-
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	-	-	(589.227)	-
Sterrebeeck B.V. ⁽²⁾	-	-	(2.003.291)	-
GES ^{(2) (4)}	-	-	(1.201.612)	-
Banco Madesant - Sociedade Unipessoal, S.A. (Banco Madesant) ⁽⁴⁾	-	-	(1.075)	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(29.268)	(118.857)	(7.374)	(94.438)
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L. (Produban Servicios) ⁽⁴⁾	(7.066)	(7.879)	-	-
Isban Brasil S.A. ⁽⁴⁾	-	(29.386)	(339)	(26.812)
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁴⁾	-	(46.869)	-	(45.511)
Ingenieria de Software Bancário, S.L. (Ingeniería) ⁽⁴⁾	(7.500)	(7.500)	-	(1)
Santander Microcrédito ⁽³⁾	(3.514)	(10.131)	(3.595)	(8.974)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(2.544)	-	(372)	-
Getnet S.A. ⁽³⁾	(1.738)	(6.205)	(1.820)	(4.054)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ^{(4) (9)}	(6.837)	(9.999)	(1.179)	(8.149)
Diversos	(69)	(888)	(69)	(937)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(7.581.618)	(54.978)	(7.859.649)	(107.966)
Banco Santander Espanha ^{(2) (8)}	(7.581.618)	(54.978)	(7.859.649)	(107.966)
Despesas com Doações	-	(3.500)	-	(3.100)
Fundação Sudameris	-	(3.500)	-	(3.100)
Outras Obrigações - Diversas	(20.348)	(221.469)	(34.969)	(335.962)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	-	(1.442)	-	(976)
Isban Brasil S.A. ⁽⁴⁾	-	(79.945)	-	(76.884)
TecBan ⁽⁷⁾	-	(63.686)	-	(51.072)
Ingeniería ⁽⁴⁾	-	(9.827)	-	(16.992)
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁴⁾	-	(9.075)	-	(14.629)
Produban Servicios ⁽⁴⁾	-	(409)	-	(7.375)
Aquanima Brasil Ltda. ⁽⁴⁾	-	(6.411)	-	(6.019)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁶⁾	-	-	(18.680)	-
Getnet S.A. ⁽³⁾	(16.943)	(33.533)	(13.038)	(160.716)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ^{(4) (9)}	(3.405)	(14.807)	(3.251)	(280)
Diversos	-	(2.334)	-	(1.019)

	Ativos		Consolidado	
	(Passivos)	Receitas	(Passivos)	Receitas
		(Despesas)		(Despesas)
		01/01 a		01/01 a
	31/03/2017	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2016
Disponibilidades	316.183	-	584.983	-
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	314.121	-	582.571	-
Banco Santander (México), S.A. ⁽⁴⁾	379	-	1.034	-
Banco Santander Totta, S.A. ⁽⁴⁾	1.525	-	1.261	-
Diversos	158	-	117	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	11.355.546	20.064	10.269.812	10.213
Banco Santander Espanha ^{(1) (2)}	11.355.546	20.064	10.269.812	10.213
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	(700.634)	(477.117)	(326.986)	(92.742)
Fundo de Investimento Santillana ⁽⁴⁾	(100.621)	(368.204)	(155.095)	(18.406)
Abbey National Treasury ⁽⁴⁾	(90.033)	2.387	(91.828)	14.927
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(509.980)	(111.300)	(80.063)	(89.263)
Negociação e Intermediação de Valores	652.108	64.800	154.823	116.795
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	566.419	64.800	62.705	116.689
Abbey National Treasury ⁽⁴⁾	85.689	-	92.118	106

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Ativos		Consolidado	
	(Passivos)	Receitas (Despesas)	(Passivos)	Receitas (Despesas)
	31/03/2017	01/01 a 31/03/2017	31/12/2016	01/01 a 31/03/2016
Carteira de Câmbio - Líquida	(137.331)	42.095	(104.243)	36.602
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(137.331)	42.095	(104.243)	36.602
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	868.849	493.402	862.893	464.499
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁶⁾	758.523	60.169	862.553	386.725
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. ⁽⁶⁾	110.326	432.083	-	76.957
Diversos	-	1.150	340	817
Outros Créditos - Diversos	108.643	4.164	188.337	12.187
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	108.643	(110)	188.337	1.540
Banco Santander International ⁽⁴⁾	-	3.658	-	8.938
Diversos	-	616	-	1.709
Depósitos	(1.336.734)	(75.248)	(1.169.362)	(30.454)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(2.433)	-	(1.556)	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. ⁽⁶⁾	(7.572)	-	(8.725)	-
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁶⁾	(113.540)	-	(44.840)	-
Isban Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(7.237)	(501)	(22.232)	(987)
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁴⁾	(4.051)	(417)	(19.653)	(528)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. ⁽⁶⁾	(67.441)	(2.211)	(39.361)	(2.980)
Fundo de Investimento Santillana ⁽⁴⁾	(781.466)	(61.068)	(757.874)	(20.093)
Santander Brasil Asset ⁽⁶⁾	(10.085)	(380)	(12.079)	(440)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ^{(4) (9)}	(207.623)	(6.697)	(208.059)	(4.714)
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. ⁽⁴⁾	(66.218)	(1.864)	(52.484)	(628)
Webmotors S.A. ⁽³⁾	(65.651)	(2.032)	-	-
Diversos	(3.417)	(78)	(2.499)	(84)
Operações Compromissadas	(158.309)	(130.454)	(153.647)	(9.914)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. ⁽⁶⁾	-	-	-	(128)
SAM Brasil Participações S.A. ⁽⁶⁾	-	-	-	(3)
Fundo de Investimento Santillana ⁽⁴⁾	(158.309)	(130.454)	(153.647)	(9.783)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(156.167)	-	(183.741)	-
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(155.430)	-	(181.051)	-
Banco Santander, S.A. (Uruguay) ⁽⁴⁾	(158)	-	(2.158)	-
Banco Santander Río S.A. ⁽⁴⁾	(444)	-	(532)	-
Banco Santander Totta, S.A. ⁽⁴⁾	(135)	-	-	-
Dividendos e Bonificações a Pagar	(4.819)	-	(3.810.624)	-
Sterrebeeck B.V. ⁽²⁾	-	-	(2.003.291)	-
GES ^{(2) (4)}	-	-	(1.201.612)	-
SIH ⁽⁴⁾	(4.819)	-	(15.419)	-
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	-	-	(589.227)	-
Banco Madesant ⁽⁴⁾	-	-	(1.075)	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(26.537)	(104.401)	(4.542)	(83.307)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(4.596)	(2)	(2.954)	-
Produban Servicios ⁽⁴⁾	(7.066)	(8.210)	-	(575)
Isban Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(465)	(31.160)	(339)	(27.713)
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁴⁾	-	(46.917)	-	(45.514)
Ingeniería ⁽⁴⁾	(7.500)	(7.500)	-	(1)
Santander Brasil Asset ⁽⁶⁾	(73)	(444)	(70)	-
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ^{(4) (9)}	(6.837)	(9.999)	(1.179)	(8.149)
Diversos	-	(169)	-	(1.355)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(7.581.618)	(54.978)	(7.859.649)	(107.966)
Banco Santander Espanha ^{(2) (8)}	(7.581.618)	(54.978)	(7.859.649)	(107.966)
Despesas com Doações	-	(4.854)	-	(4.770)
Santander Cultural	-	(1.004)	-	(670)
Fundação Sudameris	-	(3.500)	-	(3.100)
Fundação Santander	-	(350)	-	(1.000)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Ativos	Receitas	Ativos	Consolidado
	(Passivos)	(Despesas)	(Passivos)	Receitas
		01/01 a		01/01 a
	31/03/2017	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2016
Outras Obrigações - Diversas	(16.612)	(197.602)	(30.684)	(127.341)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	-	(1.442)	-	(979)
Isban Brasil S.A. ⁽⁴⁾	-	(83.476)	-	(80.308)
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁴⁾	-	(9.513)	-	(14.960)
Ingeniería ⁽⁴⁾	-	(9.896)	-	(17.080)
Produban Servicios ⁽⁴⁾	-	(8.288)	-	(7.375)
Aquanima Brasil Ltda. ⁽⁴⁾	-	(6.411)	-	(6.019)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁶⁾	(13.207)	-	(30.684)	-
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ⁽⁴⁾⁽⁹⁾	(3.405)	(14.807)	-	-
TecBan ⁽⁷⁾	-	(63.686)	-	-
Diversos	-	(83)	-	(620)

(1) Refere-se a aplicações em moeda estrangeira (aplicações overnight) com vencimento em 3 de abril de 2017 e juros de até 0,90% a.a. (31/12/2016 - com vencimento em 3 de janeiro de 2017 e juros de até 0,68% a.a.) mantidas pelo Banco Santander Brasil e sua Agência Grand Cayman.

(2) Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1 e 26.d), através das subsidiárias GES e Sterrebeeck B.V.

(3) Controlada - Banco Santander.

(4) Controlada - Banco Santander Espanha.

(5) Controlada em Conjunto - Banco Santander.

(6) Controlada - Banco Santander Espanha.

(7) Controlada em Conjunto - Santander Serviços.

(8) Refere-se a parcela adquirida pelo Controlador junto ao Plano de Otimização do PR realizada no primeiro semestre de 2014.

(9) Em 31 de agosto de 2015 foi alienado a totalidade das ações de emissão da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. à Santander Securities Services Brasil Participações S.A., controlada indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 15 e 37.d).

(10) Na AGE de 3 de março de 2016 foi aprovado a alteração da denominação social do Banco Bonsucesso Consignado S.A. para Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A., o processo de alteração foi aprovado pelo Bacen em 1 de junho de 2016 (Nota 15).

(11) Corresponde a valores a receber relacionados a Adquirência.

27. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	Banco		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Administração de Recursos	232.841	241.430	262.960	248.244
Serviços de Conta Corrente	643.640	494.485	653.643	578.803
Operações de Crédito e Rendas de Garantias Prestadas	273.933	266.994	370.145	337.867
Operações de Crédito	125.278	131.696	221.491	202.569
Rendas de Garantias Prestadas	148.655	135.298	148.654	135.298
Comissões de Seguros	480.483	471.526	587.924	484.965
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	736.999	776.242	1.143.016	891.129
Cobrança e Arrecadações	345.143	279.136	348.361	279.136
Corretagem, Custódia e Colocação de Títulos	146.129	110.742	178.785	143.278
Outras	34.404	42.120	164.156	127.052
Total	2.893.572	2.682.675	3.708.990	3.090.474

28. Despesas de Pessoal

	Banco		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Remuneração	1.010.010	935.344	1.107.068	1.039.656
Encargos	367.285	343.440	400.549	379.627
Benefícios	330.467	339.567	355.371	368.055
Treinamento	7.939	13.262	8.925	15.302
Outras	4.831	10.708	9.223	10.822
Total	1.720.532	1.642.321	1.881.136	1.813.462

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

29. Outras Despesas Administrativas

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
Depreciações e Amortizações ⁽¹⁾	823.931	773.268	945.906	868.411
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	535.095	443.187	631.124	542.737
Comunicações	100.199	107.763	110.447	122.413
Processamento de Dados	392.283	356.934	427.584	384.631
Propaganda, Promoções e Publicidade	55.538	49.289	66.364	62.402
Aluguéis	180.570	165.903	185.064	178.927
Transportes e Viagens	34.612	47.234	42.344	59.337
Serviços do Sistema Financeiro	53.379	45.560	68.307	60.524
Serviços de Vigilância e Transporte de Valores	149.368	162.236	149.685	177.011
Manutenção e Conservação de Bens	55.724	54.663	57.012	62.691
Água, Energia e Gás	49.221	60.938	50.370	62.651
Material	11.838	16.604	12.648	17.642
Outras	87.551	85.451	137.452	126.480
Total	2.529.309	2.369.030	2.884.307	2.725.857

(1) Inclui a amortização de ágio no valor de R\$405.597 (2016 - R\$444.391) no Banco e R\$455.660 (2016 - R\$447.415) no Consolidado, realizada no prazo, extensão e proporção dos resultados projetados, os quais são objeto de verificação anual (Nota 17).

30. Despesas Tributárias

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
Despesa com Cofins ⁽¹⁾	527.157	672.039	637.630	756.381
Despesa com ISS	112.015	99.902	134.142	118.103
Despesa com PIS/Pasep ⁽¹⁾	85.663	109.206	111.080	129.759
Outras ⁽²⁾	78.702	109.351	117.392	148.387
Total	803.537	990.498	1.000.244	1.152.630

(1) Inclui a movimentação do PIS e Cofins diferidos sobre ajuste a valor de mercado sobre títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

(2) Inclui atualizações das provisões para o PIS e Cofins da Lei 9.718/1998.

31. Outras Receitas Operacionais

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
Receita Líquida de Rendas de Previdência e de Capitalização	-	-	88.361	70.397
Reversão de Provisões Operacionais - Fiscais (Nota 23.c)	116.105	-	61.358	-
Reversão de Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 22)	49.867	-	49.867	-
Atualização de Depósitos Judiciais	106.082	134.361	149.654	192.166
Atualização de Impostos a Compensar	69.645	53.041	91.722	70.761
Recuperação de Encargos e Despesas	276.757	348.687	208.606	276.054
Variação Monetária Ativa	307.575	246.810	308.256	246.864
Outras	18.581	82.469	254.772	257.787
Total	944.612	865.368	1.212.596	1.114.029

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

32. Outras Despesas Operacionais

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
Provisões Operacionais				
Fiscais (Nota 23.c)	-	6.310	-	9.425
Trabalhistas (Nota 23.c)	387.735	168.152	401.105	180.791
Cíveis (Nota 23.c)	169.963	245.980	183.879	269.938
Despesas com Cartão de Crédito	373.759	487.616	398.190	334.859
Perdas Atuariais - Planos de Aposentadoria (Nota 35.a)	48.542	67.890	47.922	67.900
Varição Monetária Passiva	612	1.426	2.077	1.580
Despesas Judiciais e Custas	33.320	22.357	37.084	26.410
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	14.192	26.665	15.097	28.816
Corretagens e Emolumentos	13.625	18.647	16.731	18.803
Comissões	6.669	11.976	216.099	107.841
Avaliação do Valor Recuperável	21.774	-	21.774	-
Outras ⁽¹⁾	938.479	854.002	1.195.141	1.175.118
Total	2.008.670	1.911.021	2.535.099	2.221.481

(1) Inclui, principalmente, atualização monetária sobre provisões para processos judiciais e administrativos e obrigações legais, provisões para o fundo garantidor de benefícios e outras provisões.

33. Resultado não Operacional

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
Resultado de Investimentos	3.157	-	1.238	(778)
Resultado na Alienação de Valores e Bens	(1.567)	9.850	(1.498)	9.954
Reversão (Constituição) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	(49.214)	(984)	(114.374)	(1.011)
Despesas com Bens não de Uso	(3.667)	(3.606)	(3.941)	(4.755)
Ganhos (Perdas) de Capital	(1.557)	(336)	(2.982)	396
Outras Receitas (Despesas)	56.612	20.947	53.157	21.586
Total	3.764	25.871	(68.400)	25.392

34. Imposto de Renda e Contribuição Social

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	3.595.852	4.497.202	4.078.499	4.835.241
Participações no Lucro ⁽¹⁾	(296.627)	(298.329)	(319.190)	(318.360)
Resultado não Realizado	-	-	(107)	19.836
Resultado antes dos Impostos	3.299.225	4.198.873	3.759.202	4.536.717
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente ⁽⁴⁾	(1.484.651)	(1.889.493)	(1.691.641)	(2.041.523)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas ⁽²⁾	209.419	59.214	2.304	135
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	86.083	46.622	98.849	69.745
Varição Cambial de Investimentos no Exterior	(474.865)	(1.740.862)	(474.865)	(1.740.862)
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	460.243	405.552	460.243	261.554
Efeito da Majoração da Alíquota de CSLL ⁽³⁾	-	-	32.517	22.836
Demais Ajustes CSLL 5% ⁽⁴⁾	(278.033)	(34.069)	(294.431)	(47.337)
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	10.141	181.885	21.753	173.385
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.471.663)	(2.971.151)	(1.845.271)	(3.302.067)

(1) A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.

(2) No resultado de participações em coligadas e controladas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.

(3) Efeito do diferencial de alíquota para as demais empresas não financeiras, as quais a alíquota de contribuição social é de 9%.

(4) Majoração provisória da alíquota da CSLL a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018 (Nota 3.s).

Hedge Fiscal da Agência Grand Cayman e da Subsidiária Santander Brasil EFC

O Banco Santander opera uma agência nas Ilhas Cayman e uma subsidiária chamada Santander Brasil Establecimiento Financiero de Credito, EFC, ou “Santander Brasil EFC” (subsidiária independente na Espanha), que são usadas principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro (Nota 14).

Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis para fins de PIS/Cofins/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no lucro (prejuízo) operacional e nas contas de despesas tributárias (PIS/Cofins) e impostos sobre renda (IR/CSLL). As variações cambiais registradas decorrentes dos investimentos estrangeiros no acumulado do período findo em 31 de março de 2017 resultaram em uma perda de R\$1.066 milhões (2016 - R\$3.786 milhões). Por outro lado, os contratos de derivativos contratados para cobrir estas posições geraram um ganho na conta resultado com instrumentos financeiros derivativos de R\$2.033 milhões (2016 - R\$7.220 milhões). O efeito fiscal destes derivativos impactou a linha de despesas tributárias e a linha de imposto de renda e contribuição social, gerando uma despesa de R\$967 milhões (2016 - R\$3.434 milhões) composto de R\$95 milhões de PIS/Cofins (2016 - R\$336 milhões) e R\$872 milhões (2016 - R\$3.098 milhões) de IR/CSLL.

35. Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego**a) Plano de Aposentadoria Complementar**

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência complementar, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

I) Banesprev

Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, implantado em abril de 2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC), em razão de déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

Plano V: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos até 22 de maio de 1975, fechado com benefícios calculados até o final do plano.

Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão - Pré 75: plano de benefício definido, constituído em função do processo de privatização do Banespa, gerido pelo Banesprev e oferecido somente para os empregados admitidos até 22 de maio de 1975, tendo como data efetiva 1 de janeiro de 2000. Plano fechado para novas adesões desde 28 de abril de 2000.

Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de setembro de 2005.

Plano IV: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

Três planos (DCA, DAB e CACIBAN): complementação de aposentadoria e pensões de ex-funcionários associados, advindos do processo de aquisição do ex-Banco Meridional, constituídos sob a modalidade de benefício definido. Planos fechados para novas adesões.

Plano Sanprev I: plano de benefício definido, instituído em 27 de setembro de 1979, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano e se encontra em processo de extinção desde 30 de junho de 1996 (Nota 35.a.II).

Plano Sanprev II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010 (Nota 35.a.II).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Plano Sanprev III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010 (Nota 35.a.II).

II) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Entidade fechada de previdência complementar que administrava três planos de benefícios, 2 na modalidade de Benefício Definido e 1 na modalidade de Contribuição Variável, cujo processo de transferência de gerenciamento destes planos para a Banesprev ocorreu em janeiro de 2017. Em fase de solicitação do processo de encerramento da autorização de funcionamento junto a PREVIC.

III) Bandeprev - Bandepe Previdência Social (Bandeprev)

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandepe e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Os planos estão fechados a novas adesões desde 1999 para os funcionários do Banco Bandepe e para os demais desde 2011.

IV) Outros Planos

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente.

O Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é o único estruturado na modalidade de Contribuição Definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano. Os valores apropriados pelas patrocinadoras no trimestre findo em 31 de março de 2017 foram de R\$20.971 (2016 - R\$20.722) no Banco e R\$21.371 (2016 - R\$21.648) no Consolidado.

Possui 10 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de plano anterior.

Apuração do Passivo (Ativo) Atuarial Líquido

	Banco		
	31/03/2017		
	Banesprev ⁽¹⁾	Santander- previ	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos			
Valor Presente das Obrigações Atuariais ⁽¹⁾	(19.271.793)	(3.300)	(1.255.406)
Valor Justo dos Ativos do Plano ⁽¹⁾	17.999.621	4.473	1.662.153
	(1.272.172)	1.173	406.747
Sendo :			
Superávit ⁽¹⁾	502.860	1.173	406.747
Déficit	(1.775.032)	-	-
Valor não Reconhecido como Ativo ⁽¹⁾	372.398	1.173	406.747
Ativo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro de 2016 (Nota 12)	130.462	-	-
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro de 2016 (Nota 22)	(1.775.032)	-	-
Receitas (Despesas) Reconhecidas sobre o Ativo Atuarial (Nota 32)	2.993	-	-
Ativo Atuarial Líquido em 31 de Março de 2017 (Nota 12)	133.455	-	-
Contribuições Efetuadas sobre o Passivo Atuarial	5.630	-	110
Receitas (Despesas) Reconhecidas sobre o Passivo Atuarial (Nota 32)	(51.425)	-	(110)
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Março de 2017 (Nota 22)	(1.820.827)	-	-
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.063.761)	488	(672)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	3.066.623	995	361.089

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Banco 31/03/2016			
	Banesprev ⁽²⁾	Sanprev	Santander- previ ⁽²⁾	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(15.853.880)	(371.542)	(3.377)	(1.097.263)
Valor Justo dos Ativos do Plano	13.776.984	695.021	3.938	1.416.380
	(2.076.896)	323.479	561	319.117
Sendo :				
Superávit	136.666	323.479	561	319.117
Déficit	(2.213.561)	-	-	-
Valor não Reconhecido como Ativo	136.666	323.479	561	319.117
Ativo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro de 2015	-	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro de 2015	(2.213.561)	-	-	-
Ativo Atuarial Líquido em 31 de Março de 2016	-	-	-	-
Contribuições Efetuadas sobre o Passivo Atuarial ⁽¹⁾	236.632	-	-	118
Receitas (Despesas) Reconhecidas sobre o Passivo Atuarial (Nota 32)	(67.255)	(517)	-	(118)
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Março de 2016	(2.044.184)	(517)	-	-
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.903.040)	(10.989)	487	(672)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	1.150.251	118.029	490	104.068

	Consolidado 31/03/2017		
	Banesprev ⁽¹⁾	Santander- previ	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos			
Valor Presente das Obrigações Atuariais ⁽¹⁾	(19.510.420)	(3.300)	(1.255.406)
Valor Justo dos Ativos do Plano ⁽¹⁾	18.450.290	4.473	1.662.153
	(1.060.130)	1.173	406.747
Sendo :			
Superávit ⁽¹⁾	714.902	1.173	406.747
Déficit	(1.775.032)	-	-
Valor não Reconhecido como Ativo ⁽¹⁾	561.241	1.173	406.747
Ativo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro de 2016 (Nota 12)	153.661	-	-
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro de 2016 (Nota 22)	(1.775.032)	-	-
Receitas (Despesas) Reconhecidas sobre o Ativo Atuarial (Nota 32)	3.620	-	-
Ativo Atuarial Líquido em 31 de Março de 2017 (Nota 12)	157.281	-	-
Contribuições Efetuadas sobre o Passivo Atuarial	5.633	-	110
Receitas (Despesas) Reconhecidas sobre o Passivo Atuarial (Nota 32)	(51.432)	-	(110)
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Março de 2017 (Nota 22)	(1.820.831)	-	-
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.073.095)	488	(672)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	3.153.857	995	361.089

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Consolidado			
	31/03/2016			
	Banesprev ⁽²⁾	Sanprev	Santander- Previ ⁽²⁾	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(16.053.213)	(371.885)	(3.377)	(1.097.263)
Valor Justo dos Ativos do Plano	14.159.443	695.523	3.938	1.416.380
	(1.893.770)	323.638	561	319.117
Sendo :				
Superávit	319.791	323.638	561	319.117
Déficit	(2.213.561)	-	-	-
Valor não Reconhecido como Ativo	319.791	323.638	561	319.117
Ativo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro de 2015	-	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro de 2015	(2.213.561)	-	-	-
Ativo Atuarial Líquido em 31 de Março de 2016	-	-	-	-
Contribuições Efetuadas sobre o Passivo Atuarial ⁽¹⁾	236.638	-	-	118
Receitas (Despesas) Reconhecidas sobre o Passivo Atuarial (Nota 32)	(67.260)	(522)	-	(118)
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Março de 2016	(2.044.183)	(522)	-	-
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.903.040)	(10.989)	487	(672)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	1.170.637	117.923	490	104.068

(1) Incluí valores referente a transferência dos Planos da Sanprev (Nota 35.a.II), Valor Presente das Obrigações Atuariais R\$470.844 no Banco e R\$471.168 no Consolidado, Valor Justo dos Ativos do Plano R\$797.480 no Banco e R\$797.974 no Consolidado, Superávit R\$326.636 no Banco e R\$326.806 no Consolidado e Valor não Reconhecido como Ativo R\$306.372 no Banco e Consolidado.

(2) No primeiro trimestre de 2016, conforme previsto, foi concluído o processo de transferência para a Banesprev, das caixas assistenciais, plano de complementação de aposentadoria e pensões de ex-funcionários associados advindos do processo de aquisição do ex-Banco Meridional, constituídas sob a modalidade de benefício definido. Na linha de contribuições efetuadas o aumento no valor de contribuição/pagamento teve como evento extraordinário o aporte no valor de R\$170 milhões.

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas em 31 de dezembro de 2016 e 2015, válidos para 31 de março de 2017 e 2016:

	Banco			
	31/12/2016			
	Banesprev	Sanprev	Santander- previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(602.042)	(68.022)	240	(15.871)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(1.944.759)	(43.885)	(241)	(122.567)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	(13.211)	8.553	-	(7.761)
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(2.560.012)	(103.354)	(1)	(146.199)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	1.284.302	68.933	545	194.225
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	1.284.302	68.933	545	194.225
Mudança no Superávit Irrecuperável	87.831	56.733	(543)	(48.539)

	Banco			
	31/12/2015			
	Banesprev	Sanprev	Santander- previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(1.124.303)	(53.232)	(33.757)	(75.419)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	1.842.482	40.029	26.277	117.864
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	718.179	(13.203)	(7.480)	42.445
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(284.131)	52.458	89	(45.454)
Mudança no Superávit Irrecuperável	30.937	(36.737)	(2)	2.931

	Consolidado			
	31/12/2016			
	Banesprev	Sanprev	Santander- previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(613.273)	(68.005)	240	(15.871)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(1.968.465)	(43.916)	(241)	(122.567)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	(13.671)	8.660	-	(7.761)
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(2.595.409)	(103.261)	(1)	(146.199)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	1.325.813	68.863	545	194.225
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	1.325.813	68.863	545	194.225
Mudança no Superávit Irrecuperável	104.096	56.912	(543)	(48.539)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Consolidado			
	31/12/2015			
	Banesprev	Sanprev	Santander- previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(1.137.425)	(53.078)	(33.757)	(75.419)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	1.864.840	40.064	26.277	117.864
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	727.415	(13.014)	(7.480)	42.445
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(304.174)	52.286	89	(45.454)
Mudança no Superávit Irrecuperável	40.737	(36.737)	(2)	2.931

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2016 e 2015, válidos para 31 de março de 2017 e 2016:

	Duração (em Anos)	
	31/12/2016	31/12/2015
Banesprev		
Plano I	11,47	11,44
Plano II	11,42	10,71
Plano III	8,44	8,33
Plano IV	16,34	16,38
Plano V	8,57	8,66
Pré-75	9,29	9,27
Meridional DCA, DAB e CACIBAN	6,22/5,56/6,58	6,62
Sanprev		
Plano I	6,29	6,62
Plano II	12,87	15,85
Plano III	9,12	9,03
Bandeprev		
Plano Básico	9,11	9,03
Plano Especial I	6,54	6,86
Plano Especial II	6,48	6,75
SantanderPrevi		
SantanderPrevi	6,59	6,95

b) Plano de Assistência Médica e Odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo: entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000, conforme definido em estatuto da entidade.

Aposentados pela HolandaPrevi (denominação anterior da SantanderPrevi): o plano de assistência médica Aposentadoria, tem natureza vitalícia e trata-se de uma massa fechada. No desligamento, o funcionário deveria ter completos 10 anos de vínculo empregatício junto ao Banco Real e 55 anos de idade. Neste caso, era oferecida a continuidade do plano de assistência médica, onde o funcionário arca com 70% da mensalidade e o Banco subsidia 30%. Essa regra vigorou até dezembro de 2002 e após este período o funcionário que era desligado, com status de Aposentado Holandaprevi, arca com 100% da mensalidade do plano de saúde.

Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares): trata-se de concessão do benefício assistência médica para ex-funcionário do Banco Real, com natureza vitalícia era concedido na mesma condição do funcionário ativo, ou seja, com as mesmas coberturas e desenho de plano.

São elegíveis somente aos planos básico e primeiro padrão de apartamento, optando pelo plano apartamento o beneficiário assume a diferença entre os planos mais a co-participação no plano básico. Não é permitida novas inclusões de dependentes. Possui subsídio de 90% do plano.

Aposentados pela Bandeprev: plano de assistência médica concedido aos aposentados assistidos pela Bandeprev, trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27 de novembro de 1998. Para os que se aposentaram posterior a esta data, o subsídio é de 30%.

Diretores com Benefício Vitalício (Diretores Vitalícios): fazem parte desse benefício somente um pequeno grupo fechado de ex-Diretores oriundos do Banco Sudameris, sendo 100% subsidiado pelo Banco.

Clínica Grátis: plano de assistência médica clínica grátis é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com diferença de padrão, caso o usuário, opte por apartamento. O plano é oferecido somente em padrão enfermagem, onde o custo é 100% da Fundação Sudameris.

Seguro de Vida para Aposentados do Banco Real (Seguros de Vida): concedido para os Aposentados pelas Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. O subsídio é 45,28% do valor. Esse benefício é concedido também aos Aposentados da Fundação Sudameris onde o custo é 100% do aposentado. Trata-se de massa fechada.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

	31/03/2017		Banco 31/03/2016	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(3.557.640)	(555.160)	(5.347.007)	(483.092)
Valor Justo dos Ativos do Plano	3.190.984	-	5.463.960	-
	(366.656)	(555.160)	116.953	(483.092)
Sendo :				
Superávit	-	-	116.953	-
Déficit	(366.656)	(555.160)	-	(483.092)
Valor não Reconhecido como Ativo	-	-	116.953	-
Ativo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Nota 12)	-	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Nota 22)	(366.656)	(555.160)	-	(483.092)
Ativo Atuarial Líquido em 31 de Março de 2017 e 2016 (Nota 12)	-	-	-	-
Contribuições Efetuadas sobre o Passivo Atuarial	13.895	8.420	11.879	7.275
Receitas (Despesas) Reconhecidas sobre o Passivo Atuarial	(25.060)	(14.648)	(13.936)	(14.083)
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Março de 2017 e 2016 (Nota 22)	(377.821)	(561.388)	(2.057)	(489.900)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(345.515)	(89.634)	21.658	(44.588)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	1.337.948	-	1.071.664	-

	31/03/2017		Consolidado 31/03/2016	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(3.691.329)	(555.160)	(5.551.642)	(483.092)
Valor Justo dos Ativos do Plano	3.310.895	-	5.673.071	-
	(380.434)	(555.160)	121.429	(483.092)
Sendo :				
Superávit	-	-	121.429	-
Déficit	(380.434)	(555.160)	-	(483.092)
Valor não Reconhecido como Ativo	-	-	121.429	-
Ativo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Nota 12)	-	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Nota 22)	(380.434)	(555.160)	-	(483.092)
Ativo Atuarial Líquido em 31 de Março de 2017 e 2016 (Nota 12)	-	-	-	-
Contribuições Efetuadas sobre o Passivo Atuarial	14.224	8.420	12.127	7.275
Receitas (Despesas) Reconhecidas sobre o Passivo Atuarial	(25.840)	(14.648)	(14.314)	(14.083)
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Março de 2017 e 2016 (Nota 22)	(392.050)	(561.388)	(2.187)	(489.900)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(342.555)	(89.635)	27.008	(44.588)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	1.384.439	-	1.110.492	-

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas em 31 de dezembro de 2016 e 2015, válidos para 31 de março de 2017 e 2016:

	31/12/2016		Banco 31/12/2015	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Experiência do Plano	(1.115.634)	36.566	(439.599)	18.461
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(440.340)	(81.233)	633.225	61.650
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	(379)	-	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(1.555.974)	(45.046)	193.626	80.111
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	696.589	-	562.670	-
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	696.589	-	562.670	-
Mudança no Superávit Irrecuperável	366.656	-	(116.953)	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2016		Consolidado 31/12/2015	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Experiência do Plano	(1.153.410)	36.566	(452.011)	18.461
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(456.719)	(81.233)	657.204	61.650
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	(379)	-	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(1.610.129)	(45.046)	205.193	80.111
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	718.628	-	581.755	-
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	718.628	-	581.755	-
Mudança no Superávit Irrecuperável	380.434	-	(121.429)	-

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2016 e 2015, válidos para 31 de março de 2017 e 2016:

Planos	Duração (em Anos)	
	31/12/2016	31/12/2015
Cabesp	12,93	12,84
Lei 9.656/1998	-	27,69
Bandepe	14,57	12,68
Clínica Grátis	11,03	10,90
Diretores Vitalícios	9,12	8,90
Circulares ⁽¹⁾	12,91 e 10,05	13,16 e 9,94
Seguro de Vida	7,68	8,14

(1) A duração 12,91 (31/12/2015 - 13,16) se refere ao plano dos Ex-Empregados do Banco ABN Amro e 10,05 (31/12/2015 - 9,94) ao plano dos Ex-Empregados do Banco Real.

c) Gestão dos Ativos dos Planos

As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano em 31 de dezembro de 2016 e 2015, válidos para 31 de março de 2017 e 2016, são as seguintes:

	Banco/Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Instrumentos de Patrimônio	1,0%	0,5%
Instrumentos de Dívida	98,2%	98,5%
Bens Imóveis	0,3%	0,3%
Outros	0,5%	0,7%

d) Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

As premissas atuariais adotadas nos cálculos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, válidos para 31 de março de 2017 e 2016, são as seguintes:

	31/12/2016		Banco/Consolidado 31/12/2015	
	Aposentadoria	Saúde	Aposentadoria	Saúde
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial	10,9%	10,8%	12,3%	12,0%
Taxa para Cálculo dos Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	10,9%	10,8%	12,3%	12,0%
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000

(1) Banesprev II, V e Pré 75 e (2) Cabesp.

e) Análise de Sensibilidade

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica em 31 de dezembro de 2016 e 2015, válidos para 31 de março de 2017 e 2016 teria os seguintes efeitos:

	31/12/2016		Sensibilidade 31/12/2015	
	(+) 1,0%	(-) 1,0%	(+) 1,0%	(-) 1,0%
Efeito no Custo do Serviço Corrente e nos Juros sobre as Obrigações Atuariais	58.416	(24.839)	88.469	(150.372)
Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações	532.768	446.061	719.789	(615.320)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

f) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva.

f.1) Programa Local

Em 2017, o plano vigente de compra de ações do Banco Santander é o Plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações Units (SOP 2013) aprovado na AGE do Banco Santander realizada em 29 de abril de 2013. Os planos de Incentivo de Longo Prazo SOP 2014 e PSP 2013 foram encerrados no exercício de 2016.

(i) Planos de Compra de Ações

Plano de Incentivo a Longo Prazo - SOP 2013: é um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício compreende entre 30 de junho de 2016 até 30 de junho de 2018. A quantidade de Units a serem exercidas pelos participantes foi determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e ajustada pelo indicador Retorno sobre Ativo ponderado pelo Risco (RoRWA), comparação entre realizado e orçado em cada exercício. A consecução final do plano foi de 89,61%.

a.1) Valor Justo e Parâmetros de Performance para Planos

Para a contabilização do plano do Programa Local foram realizadas simulações por uma consultoria independente, baseadas na metodologia Monte Carlo, de forma que são apresentados os parâmetros de desempenho para o cálculo de ações a serem concedidas a seguir. Tais parâmetros são associados as suas respectivas probabilidades de ocorrência, que são atualizadas no fechamento de cada período.

	SOP2013 ⁽¹⁾
Posição RTA	% de Ações Passíveis de Exercício
1°	100%
2°	75%
3°	50%

(1) O percentual de ações determinado na posição do RTA está sujeito a um redutor de acordo com a execução do Retorno sobre o Ativo Ponderado pelo Risco (RoRWA).

Para a mensuração do valor justo das opções dos planos foram utilizadas as seguintes premissas:

	SOP 2013
Método de Avaliação	<i>Black&Scholes</i>
Volatilidade	40,00%
Taxa de Dividendos	3,00%
Período de <i>Vesting</i>	3 Anos
Momento "Médio" de Exercício	5 Anos
Taxa Livre de Risco	11,80%
Probabilidade de Ocorrência	60,27%
Valor Justo para Ações	R\$5,96

O preço médio das ações do Banco SANB11 (ações do Banco na BM&FBovespa) em 31 de março de 2017 foi de R\$31,90 (31/12/2016 - R\$19,94).

No período findo em 31 de março de 2017, não foram registradas despesas "pro rata" dia (31/03/2016 - despesa de R\$14.934), referentes ao plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP). No mesmo período, não foram registradas despesas referente ao plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Quantidade de Units	Preço de Exercício	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Fim do Período
Saldo dos Planos em 31/Dez/2015	12.663.604					
Opções Canceladas (SOP 2013)	(1.346.779)	12,84	2013	Executivos	30/06/2016	30/06/2018
Opções Exercidas (SOP 2013)	(6.377.786)	12,84	2013	Executivos	30/06/2016	30/06/2018
Opções Concedidas (SOP 2013)	220.606	12,84	2013	Executivos	30/06/2016	30/06/2018
Opções Canceladas (PSP 2013)	(298.446)		2013	Executivos	13/08/2013	30/06/2016
Opções Exercidas (PSP 2013)	(2.147.515)		2013	Executivos	13/08/2013	30/06/2016
Opções Canceladas (SOP 2014)	(34.196)	14,31	2011	Executivos	30/06/2014	30/06/2016
Opções Exercidas (SOP 2014)	(693.230)	12,72	2011	Executivos	30/06/2014	30/06/2016
Saldo dos Planos em 31/Dez/2016	1.986.258					
Opções Canceladas (SOP 2013)	-	12,84	2013	Executivos	30/06/2016	30/06/2018
Opções Exercidas (SOP 2013)	(582.485)	12,84	2013	Executivos	30/06/2016	30/06/2018
Opções Concedidas (SOP 2013)	-	12,84	2013	Executivos	30/06/2016	30/06/2018
Opções Canceladas (PSP 2013)	-		2013	Executivos	13/08/2013	30/06/2016
Opções Exercidas (PSP 2013)	-		2013	Executivos	13/08/2013	30/06/2016
Opções Canceladas (SOP 2014)	-	14,31	2011	Executivos	30/06/2014	30/06/2016
Opções Exercidas (SOP 2014)	-	12,72	2011	Executivos	30/06/2014	30/06/2016
Saldo dos Planos em 31/Mar/2017	1.403.773					
SOP 2014	-	12,72	2011	Executivos	30/06/2014	30/06/2016
SOP 2013	1.403.773	12,84	2013	Executivos	30/06/2016	30/06/2018
PSP 2013	-		2013	Executivos	13/08/2013	30/06/2016
Total	1.403.773					

f.2) Programa Global

Política de Incentivos a Longo Prazo

Em 2014 foi lançado um plano de entrega de ações chamado de Incentivos de Longo Prazo Global – ILP CRDIV - Outorga 2014. Este plano está sujeito à consecução do indicador de performance Retorno Total do Acionista (RTA) do Grupo Santander, comparando a evolução do Grupo neste indicador com relação aos principais concorrentes globais e a liquidação será em ações do Grupo Santander Mundial.

Em 2016 foi lançado um plano de entrega de ações chamado de 2º Plano de Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2015.

Valor Justo do Plano Global

Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2014

É considerado que os beneficiários não deixarão o Banco Santander durante o prazo de cada plano. O valor justo dos 50% vinculados à posição de RTA relativo do Banco Santander foi calculado, na data de outorga, com base no laudo fornecido por avaliadores externos, elaborado a partir do modelo de avaliação Monte Carlo, realizando 10 mil simulações para determinar o RTA de cada empresa do Grupo de referência, considerando as variáveis a seguir. Os resultados (cada um representando a entrega de determinado número de ações) são classificados em ordem decrescente através do cálculo da média ponderada e descontando o valor à taxa de juros sem risco.

Devido à elevada correlação entre o RTA e o LPA, pode-se considerar (em uma grande parcela dos casos) extrapolar que o valor RTA é válido para o LPA. Por conseguinte, inicialmente foi determinado que o valor justo da parcela dos planos vinculados à posição de LPA relativo do banco, ou seja, os restantes 50% das opções outorgadas, é igual aos 50% correspondentes ao RTA. Essa avaliação é revisada e ajustada anualmente uma vez que se refere a condições de mercado não usuais.

Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2014

	2 Anos	3 Anos	4 Anos
Rendimento Futuro de Dividendo	11,10%	10,80%	9,50%
Volatilidade Esperada	32,70%	34,70%	36,90%
Comparador de Volatilidade	12% - 52%	16% - 56%	16% - 52%
Taxa de Juros sem Risco	1,70%	2,10%	2,50%
Correlação	0,55	0,55	0,55

O indicador que será utilizado para mensurar o atingimento dos *targets* será a comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Grupo Santander com o RTA dos quinze (15) principais concorrentes globais do Grupo.

O indicador será apurado em dois momentos: primeiro momento para apuração do programa em 2014 e um segundo momento nos pagamentos anuais de cada parcela (2015, 2016 e 2017).

Cada executivo tem um *target* em Reais, que foi convertido para ações do Grupo Santander (SAN) pela cotação de R\$19,2893, que serão entregues em parcelas nos anos de 2016, 2017 e 2018, com restrição de venda de 1 ano depois de cada entrega.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

2º Plano de Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2015

Os valores acordados do ILP para cada participante serão obtidos a partir da apuração da consecução de indicadores em dois momentos: primeiro momento para apuração da elegibilidade (2015-2016) e um segundo momento para apuração do número devido de ações (2016, 2017 e 2018).

Indicadores - Fase 1

- RTA vs Concorrentes
- ROTE Banco vs Orçamento

Indicadores - Fase 2

- RTA vs Concorrentes
- ROTE Banco vs Orçamento
- Satisfação dos Funcionários
- Satisfação dos Clientes
- Vinculação de Empresas vs Orçamento

Cada executivo tem um *target* em Reais, que foi convertido para ações do Grupo Santander (SAN) pela cotação de R\$17,473, que serão entregues em 2019, com restrição de 1 (um) ano após a entrega.

	Quantidade de Ações	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Final do Período
1º Plano de Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2014	1.613.057	2014	Executivos	Jan/2014	Dez/2017
2º Plano de Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2015	1.775.049	2016	Executivos	Jan/2015	Dez/2018
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2016	3.388.106				

No período findo em 31 de março de 2017, foram registradas despesas pro rata dia no valor de R\$1.101 (31/03/2016 - não foram registradas despesas), referente aos custos nas respectivas datas dos ciclos acima mencionados, para o total dos planos do Programa Global.

Os Planos não causam diluição do capital social do Banco, uma vez que são pagos em ações do Banco Santander Espanha.

f.3) Remuneração Variável Referenciado em Ações

A AGO de Acionistas do Banco Santander Espanha, de 11 de junho de 2010, aprovou a nova política de remuneração de executivos através do plano de pagamento de remuneração variável referenciada em ações para as empresas do Grupo, incluindo o Banco Santander. Esta nova política, com os ajustes aplicáveis ao Banco Santander, foi aprovada pelo Comitê de Nomeação e Remuneração e pelo Conselho de Administração em 2 de fevereiro de 2011.

Os objetivos do plano são: (i) alinhar o programa de remuneração aos princípios do *Financial Stability Board* (FSB) acordados no G20; (ii) alinhar os interesses do Banco Santander e dos participantes (crescimento e lucratividade dos negócios do Banco Santander de forma sustentável e recorrente e reconhecimento da contribuição dos participantes); (iii) possibilitar a retenção dos participantes; e (iv) promover o bom desempenho do Banco Santander e dos interesses dos acionistas mediante um comprometimento de longo prazo.

O plano tem como objeto o pagamento de remuneração variável, em dinheiro ou ações, conforme detalhado abaixo, devida pelo Banco Santander aos participantes nos termos de sua política de remuneração, atrelado ao desempenho futuro das ações.

O pagamento de remuneração variável referenciada em ações está dentro do limite da remuneração global dos administradores aprovada em AGO do Banco Santander.

A quantidade total de ações referenciadas será liquidada em três parcelas e alocadas igualmente para os três exercícios sociais subsequentes ao ano base.

Em 18 de março de 2015, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, a qual foi aprovada em AGE do dia 30 de abril de 2015.

Em 29 de setembro de 2015, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, a qual foi aprovada em AGE do dia 14 de dezembro de 2015.

Em 25 de outubro de 2016, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, a qual foi aprovada em AGE do dia 21 de dezembro de 2016.

Nesta proposta foram determinados requisitos para pagamento diferido no futuro de parcela da remuneração variável devida a seus administradores e outros colaboradores, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável do Banco Santander é dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Coletivo não Identificado.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

i) Coletivo Identificado - Participantes do Comitê Executivo, Diretores estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos no Banco e responsáveis das áreas de controle. O pagamento do diferimento será realizado de duas formas: 50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11). No período findo em 31 de março de 2017, foram registrados despesas no valor de R\$6.881 (31/03/2016 - receitas de R\$5.765) no Banco e R\$6.826 (31/03/2016 - receitas de R\$5.897) no Consolidado, referente a provisão do plano de diferimento em ações.

ii) Coletivo não Identificado - empregados de nível gerencial e outros funcionários da organização que venham a ser beneficiados pelo Plano de diferimento. O valor diferido será pago 100% em dinheiro, indexado a 100% do CDI. No primeiro trimestre de 2017, foram registradas receitas no valor de R\$14.958 (2016 - despesas no valor de R\$3.821) no Banco e R\$14.932 (2016 - despesas no valor de R\$4.159) no Consolidado.

36. Estrutura de Gerenciamento de Risco

O Banco Santander no Brasil se apoia em uma gestão de risco prudente e com a definição do apetite de riscos por parte da Administração atendendo ao regulador local e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. Nessas operações o Banco está exposto, principalmente, aos seguintes riscos:

- Risco de crédito: exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Banco Santander. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de riscos e uma adequada rentabilidade mínima que compense o risco de inadimplência estimado, do cliente e da carteira, conforme definido pela Comissão Executiva.

- Risco de mercado: exposição em fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos "gaps" de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander nos diversos mercados onde atua.

- Risco Operacional é o risco de perda resultante de inadequação ou falha em processos, pessoas, sistemas e/ou de exposição a eventos externos. A gestão e o controle do risco operacional estão suportados pelo modelo de linhas de defesa, onde papéis e responsabilidades são atribuídos a todas as camadas da organização para o tema de riscos operacionais.

A área de Riscos não Financeiros é a responsável pela 2ª linha de defesa, definindo políticas, metodologia e ferramentas para a gestão do risco, além de promover o desafio à 1ª linha de defesa (demais áreas).

O modelo permite um contínuo aprimoramento da gestão e controle dos riscos operacionais, prevenção e redução das perdas e eventos de riscos, identificação de planos de ação e manutenção da continuidade dos negócios, convergindo ao fortalecimento do ambiente de controles internos.

- Risco de Compliance é definido como risco legal, de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentos, códigos de ética e conduta e das boas práticas bancárias. O gerenciamento de risco de compliance tem caráter preventivo e inclui monitoria, treinamento e comunicação adequada das regras e legislação aplicáveis a cada área de negócios do Banco Santander.

- Risco de Lavagem de Dinheiro e de Financiamento ao Terrorismo é a possibilidade de o Banco ser utilizado para a lavagem de dinheiro, através da contratação de produtos, serviços e realização de movimentações financeiras comuns ou complexas envolvendo recursos provenientes de negócios ilícitos no Brasil e no exterior, tais como o tráfico de entorpecentes, corrupção pública, evasão de divisas entre outros.

No caso de financiamento ao terrorismo, o risco está relacionado à realização de transações de ou a favor de pessoas físicas e jurídicas que constam em listas internacionais divulgadas pelo GAFI – Grupo de Ação Financeira Internacional, Organização das Nações Unidas (ONU), União Europeia, entre outras, ou recursos daquelas que se identificam como simpatizantes de grupos extremistas e que por esse motivo, realizam contribuições, doações, atuam na logística de distribuição de recursos afim de auxiliar financeiramente ao terrorismo.

Para prevenir e combater a lavagem de dinheiro e o financiamento ao terrorismo, o Banco dispõe de uma Governança Institucional baseada nas melhores práticas de controle e de atendimento aos padrões mundiais de organismos e autoridades nos países onde atua.

- Risco reputacional é o risco de dano ao modo como o Banco é visto pela opinião pública, por seus clientes, investidores ou qualquer parte interessada e que podem ocasionar importantes perdas financeiras para a instituição.

A gestão e controle dos riscos no Conglomerado Santander se estruturam em três linhas de defesa que desenvolvem funções distintas e independentes:

- i. Gestão de riscos desde sua geração;
- ii. Controle e consolidação dos riscos, supervisionando sua gestão; e
- iii. Revisão independente das atividades de riscos.

As três linhas de defesa devem contar com um nível de separação e independência suficientes para não comprometer a efetividade da gestão.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Sem prejuízo da independência antes mencionada, as três linhas de defesa devem atuar coordenadamente a fim de maximizar sua eficiência e potencializar sua efetividade.

Primeira Linha de Defesa: Geração e Gestão do Risco

As linhas de negócio ou atividades que geram exposição a um risco constituem a primeira linha de defesa frente a este. A geração de riscos na primeira linha de defesa deve ajustar-se ao apetite e aos limites definidos. Para atender sua função, a primeira linha de defesa deve dispor dos meios para identificar, medir, gerenciar e reportar os riscos assumidos.

Segunda Linha de Defesa: Controle e Supervisão de Riscos

A segunda linha de defesa, representada pela Vice-Presidência Executiva de Riscos (doravante, VPE de Riscos), está constituída por equipes especializadas no controle de riscos e na supervisão da gestão dos mesmos. Esta segunda linha deverá zelar pelo controle efetivo dos riscos e assegurar que os mesmos são gerenciados de acordo com o nível de apetite de risco definido pela direção do Conglomerado Santander.

Terceira Linha de Defesa: Auditoria Interna

Auditoria Interna, em seu trabalho de última etapa de controle existente no Conglomerado Santander, deve avaliar periodicamente que as políticas, métodos e procedimentos são adequados e comprovar que estão implantados efetivamente na gestão.

Governança Corporativa da Função de Riscos

O modelo de governança está estruturado tanto numa visão de decisão, com foco na análise e aprovação de propostas e limites de crédito, como numa visão controle, com foco no controle integral de riscos.

Os princípios fundamentais que regem o modelo de governança de riscos são:

- Independência da função de riscos em relação a área de negócios;
- Envolvimento da direção nas tomadas de decisão; e
- Decisões colegiadas e consenso sobre operações de crédito.

O CER - Comitê Executivo de Riscos é o fórum de decisão local com a participação de membros da Comissão Executiva, entre eles o Diretor Presidente do Banco, o Vice-Presidente de Riscos. As principais atribuições deste comitê são:

- Acompanhar a evolução das carteiras de crédito e mercado;
- Decidir sobre propostas de crédito;
- Definir e acompanhar o cumprimento do apetite de risco;
- Definir as ações quanto às recomendações formuladas pelo regulador local e pela Auditoria Interna;
- Aprovar e autorizar as ferramentas de gestão, iniciativas de melhora, o seguimento de projetos e quaisquer outras atividades relevantes relacionadas com a gestão de riscos; e
- Aprovar as políticas de riscos assim como mudanças em políticas de riscos com impacto em receitas, margem ou despesas de provisão.

O CCR - Comitê de Controle de Riscos é o fórum de controle e acompanhamento local com representantes da gestão do Banco, entre eles o VPE de Riscos e o Vice-Presidente de Finanças. As principais atribuições deste comitê são:

- Realizar um seguimento integral e periódico de todos os riscos, comprovando se seu perfil encontra-se dentro do estabelecido no apetite de risco, Planejamento Estratégico Comercial e orçamento aprovado pelo Conselho de Administração;
- Realizar um controle periódico independente das atividades de gestão de riscos;
- Supervisionar as medidas adotadas, em matéria de riscos, para cumprir com as recomendações e indicações formuladas pelo regulador e auditoria local; e
- Proporcionar ao Conselho de Administração e à comissão executiva a informação e assistência que precisem em matéria de riscos.

Os temas relevantes de gestão de riscos, ou aqueles que por ventura excedam a alçada destes Comitês, serão encaminhados e decididos pelo Conselho de Administração.



Gerenciamento de Risco de Crédito

O gerenciamento de Riscos de Crédito fornece subsídios à definição de estratégias conforme o apetite de riscos, além de estabelecer limites, abrangendo a análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de risco e uma rentabilidade mínima adequados que compensem a inadimplência estimada, tanto do cliente como da carteira, conforme definido pelo Comitê Executivo e Conselho de Administração.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

A gestão de Riscos de Crédito é especializada em função das características dos clientes, sendo segregada entre clientes individualizados ("carteirizados" com acompanhamento de analistas dedicados) e clientes com características similares

- **Gestão Individualizada** - é executada por um analista de riscos definido, que prepara as análises, encaminha ao Comitê de Riscos e faz o acompanhamento da evolução do cliente. Abrange os clientes do segmento de Atacado: Corporate e Global Corporate Banking (doravante, GCB), instituições financeiras e determinadas empresas; e
- **Gestão Estandarizada** - voltada a pessoas físicas e empresas não enquadradas como clientes individualizados. Baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisão e de avaliação do risco interno, complementados por alçadas comerciais e equipes de analistas especializados para tratar exceções.

O perfil do risco de crédito assumido pelo Banco é caracterizado por uma diversificada distribuição geográfica e pela prevalência de operações bancárias varejistas. Aspectos macroeconômicos e condições de mercado, assim como a concentração setorial e geográfica, o perfil dos clientes e as perspectivas econômicas também são avaliadas e consideradas na mensuração adequada de risco de crédito.

O risco envolvido nas operações de crédito, a identificação do tomador, da contraparte, a classificação do risco em diferentes categorias, a concessão do crédito e as avaliações periódicas dos níveis de risco são procedimentos que corroboram na determinação dos volumes de garantias e provisões necessários para que as operações de crédito sejam realizadas de acordo com as normas vigentes e com a segurança devida.

As políticas, os sistemas e os procedimentos utilizados são reavaliados anualmente para estarem sempre de acordo com as necessidades do gerenciamento de riscos e com os cenários atuais do mercado.

a) Modelos de Rating

O Banco usa modelos próprios de *score/rating* internos, para medir a qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação. Cada *rating* está relacionado com uma probabilidade de inadimplência ou não-pagamento, determinada a partir da experiência histórica da instituição, com a exceção de algumas carteiras conceituadas como *Low Default Portfólios* (baixa probabilidade de inadimplência) recorrendo-se a dados de mercado para prever a inadimplência. Os *scores/ratings* são utilizados no processo de aprovação e acompanhamento do risco.

As classificações atribuídas aos clientes são revisadas periodicamente, incorporando a nova informação financeira disponível e a experiência desenvolvida na relação bancária. A frequência dessas novas avaliações é maior para os clientes que alcançam certos níveis nos sistemas automáticos de alerta e também àqueles classificados como de acompanhamento especial.

As ferramentas de qualificação Global são aquelas aplicadas aos segmentos de risco soberano, instituições financeiras e Clientes Globais do Atacado (GCB), com gestão centralizada no Banco. Essas ferramentas geram o *rating* de cada cliente, que é obtido a partir de um módulo automático ou quantitativo, com base em coeficientes de balanços patrimoniais ou variáveis macroeconômicas, complementados pelo julgamento do analista e são revisadas para que as qualificações por elas atribuídas sejam progressivamente aperfeiçoadas.

No caso de empresas e instituições privadas de carteira, foi definida uma metodologia única para elaborar um *rating* em cada país, baseada nos mesmos módulos que os *ratings* anteriores: quantitativo ou automático (nesse caso analisando o comportamento de crédito de uma amostra de clientes em relação aos seus estados financeiros), qualitativo ou revisão feita pelo analista com ajustes finais.

Para clientes com gestão padronizada (estandarizada), tanto de pessoas jurídicas como de pessoas físicas, existem ferramentas de *scoring* que atribuem automaticamente uma nota ao cliente.

Essas ferramentas são complementadas com modelos de performance, os quais permitem uma maior previsibilidade do risco assumido e que são usados para atividades preventivas e de comercialização.

b) Ciclo do Risco de Crédito

O processo de gestão de risco de crédito consiste em identificar, medir, analisar, controlar, negociar e decidir sobre as exposições à qual as empresas do Conglomerado Santander estão submetidas. O ciclo de gestão de risco de crédito possui funções distintas para cada uma das três fases:

- **Pré-venda:** inclui os processos de planejamento, fixação de metas, análise de risco, definição do apetite de riscos, aprovação de novos produtos e processos de *rating* de crédito;
- **Venda:** trata-se da tomada de decisão para operações pré-classificadas e específicas; e
- **Pós-venda:** contempla os processos de monitoramento, mensuração e controle, além da gestão do processo de recuperação.

Este processo é acompanhado pelo Conselho de Administração e pela Comissão Executiva do Banco que aprova as políticas e os procedimentos de riscos, os limites, as delegações de alçadas além de supervisionar a atuação da Vice-Presidência.



Planejamento e Limites de Risco

O limite de risco estabelece o interesse do Banco mediante a avaliação de propostas de negócio e a posição do risco. É definido através do apetite ao risco aprovado pela direção do Conglomerado Santander e das unidades.

Como pré-requisitos para o planejamento estratégico do Banco são definidos limites de Apetite ao Risco. As métricas e os limites são aprovados pelo Comitê Executivo de Riscos, pelo Conselho de Administração, segundo a governança estabelecida no Marco Corporativo de Riscos do Banco Santander.

Os limites são baseados em duas estruturas básicas: clientes/segmentos e produtos.

No caso dos riscos individualizados, o nível mais básico é o cliente, para o qual são estabelecidos limites individuais.

Para os clientes GCB é utilizado um modelo de pré-classificação baseado em um sistema de mensuração e monitoramento do capital econômico. Em relação ao segmento *Corporate*, utiliza-se o modelo de limite operacional simplificado para clientes que cumprem determinados requisitos (conhecimento elevado, *rating*, entre outros).

No caso dos riscos estandarizados, os limites de risco são definidos através de ferramentas automáticas (aprovação massiva), que aplicam regras distintas de acordo com o produto, perfil de crédito e nota de risco do cliente e estão descritos no Planejamento Estratégico Comercial (PEC), que é um documento previamente acordado pela área Comercial e que contém os resultados esperados do negócio em termos de risco/retorno.

Análise de Risco

Consiste em examinar a capacidade da contraparte em fazer frente aos seus compromissos contratuais com o Banco e/ou Sociedades do Conglomerado Santander.

Através da análise de especialistas ou modelos estatísticos, é atribuído um *rating* interno que reflete a probabilidade de ocorrência da inadimplência.

Essa análise é realizada no mínimo anualmente, podendo ser revisado com maior periodicidade se o perfil de risco do cliente o requerer (em função de sistemas de alerta centralizadas ou visitas do gerente ou analista de crédito) ou se existirem operações pontuais fora dos limites de crédito estabelecidos.

Tomada de Decisão sobre Propostas

Tem o objetivo de analisar e adotar resoluções, de acordo com as políticas pré-estabelecidas, levando em consideração o apetite de risco e quaisquer elementos da operação importantes para avaliar o risco e retorno.

O Banco Santander utiliza, entre outras, a metodologia Rentabilidade Ajustada ao Risco no Capital (RORAC) para a análise e a precificação no processo de tomada de decisão sobre operações e negócios, principalmente nos maiores Conglomerados (segmento atacado).

As operações do Varejo são liberadas a partir de limites aprovados via forma massificada ou através de procedimentos de exceção, que utilizam elementos julgamentais conforme alçadas pré-definidas.

Monitoramento de Risco

A detecção preventiva de deterioração da qualidade de crédito da operação é responsabilidade do gerente comercial em conjunto com o analista de riscos. Adicionalmente, é realizado o monitoramento dos riscos através de um processo de observação permanente para identificação antecipada de incidentes que possam decorrer na evolução das operações, dos clientes e de seu ambiente.

Este monitoramento pode resultar na classificação do cliente em FEVE (Firmas em Vigilância Especial), que é um sistema que permite a diferenciação do nível de gestão e a ação a ser tomada caso a caso.

Estes clientes são revisados semestralmente ou a cada trimestre para casos de categorias mais graves. A classificação FEVE também pode decorrer da revisão realizada pela auditoria interna.

São utilizadas, no nível individual, rotinas diárias extraídas de sistemas específicos, com o objetivo de controlar a devida utilização dos limites concedidos. Neste mesmo nível, é feito controle da suficiência de garantias, por área centralizada de gestão.

No caso dos riscos no nível estandarizado, os indicadores-chave (concentração, perda de crédito e cumprimento de orçamento) são monitorados com o objetivo de detectar variações no desempenho da carteira em relação às projeções realizadas nos PEC.

A reavaliação do risco no nível cliente ocorre a partir do cálculo mensal da nota de risco através de modelos comportamentais, que podem considerar, por exemplo, variáveis referentes a atraso no pagamento e restrições externas.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

São analisados indicadores para medir o desempenho e aderência das decisões tomadas, visando determinar possíveis ajustes nos níveis de alçadas delegadas.

Provisões

O Banco Santander constitui provisão de acordo com a legislação vigente do Bacen, de acordo com as Resoluções CMN 2.682/1999; 2.697/2000 e a Carta Circular do Bacen 2.899/2000, que classifica as operações de crédito por *rating* e determina o percentual mínimo de provisão requerido (Nota 8.e).

Recuperação

As estratégias e os canais de atuação são definidos de acordo com os dias de atraso no pagamento e com os montantes em atraso e buscam sempre como a primeira alternativa, a recuperação do cliente. São utilizadas ferramentas como pontuação comportamental para estudar o desempenho de cobrança de certos grupos, no intuito de diminuir custos e aumentar as recuperações.

Os clientes com maior probabilidade de pagamento são classificados como baixo risco e os clientes com baixa probabilidade de pagamento são classificados como alto risco, determinando assim a intensidade da cobrança.

O foco está na manutenção de um saudável relacionamento com os clientes, por isso, as atuações dos canais de cobrança são definidas pelo “Mapa de Responsabilidade”, documento que utiliza o tempo de inadimplência versus o valor de risco, além de outras características utilizadas para compor a definição de estratégias.

O Banco utiliza cobranças específicas de acordo com o público conforme detalhamento a seguir:

- Equipes internas especializadas em reestruturação e recuperação de créditos com atuação direta junto aos clientes inadimplentes com atraso superior a 60 dias e valores mais expressivos; e
- Escritórios externos especializados para cobrar, notificar e ajuizar clientes de alto risco. Esses escritórios são comissionados de acordo com percentuais preestabelecidos aplicados sobre os valores recuperados.

Venda de carteira de créditos inadimplentes é parte recorrente da estratégia de recuperação, nesse caso somente os direitos creditórios são vendidos, todos relacionamento e meios transacionais permanecem no Banco.

Vendas de Carteira de Créditos Inadimplidos

Com foco em operações em situação de prejuízo, são realizadas periodicamente através de processos de leilão competitivo ou bilateral, nos quais se avaliam as condições, características e preço de venda das carteiras que serão ofertadas para os investidores potenciais.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

O modelo de gerenciamento de capital implantado conta com uma estrutura adequada e bem definida, as ações adotadas são planejadas e contundentes, o que permite o controle seguro e eficiência do uso de capital.

Na estrutura estabelecida há segregação de funções por área especializada, sendo:

- i) Área de Riscos – que identifica, modela e controla os riscos;
- ii) Área de Finanças – que controla, apura e reporta o consumo de capital; e
- iii) Área de Gestão de Capital - incumbida de realizar o planejamento e a gestão do capital.

Todos os fluxos, cálculos e modelos envolvidos no gerenciamento de capital são auditados e validados internamente e seus resultados, reportados à Direção.

Já a estrutura do gerenciamento de riscos é pautada em três princípios básicos:

- 1. Segregação de Funções** - a adequada gestão e o controle do Capital requer uma clara alocação de responsabilidades entre as distintas funções e unidades envolvidas tanto em nível local como corporativo, assim como da coordenação e colaboração entre as mesmas para a realização dos objetivos da Entidade e do Grupo.
- 2. Estrutura Organizacional** - a estrutura organizacional local implicada na gestão do Capital deve ser consistente com a estrutura corporativa, sem prejuízo da aplicação do princípio de proporcionalidade.
- 3. Decisões em Órgãos Colegiados** - o estabelecimento de órgãos colegiados em matéria de Capital assegura o contraste de opiniões, evitando a atribuição de capacidades de decisão exclusivamente individuais, tanto em nível local, como corporativo.

No Santander Brasil há um diretor responsável pelo gerenciamento de capital nomeado pelo Conselho de Administração; além disto contamos com uma política institucional de gestão de capital que serve como diretriz para o cálculo, gestão, controle e reporte de Capital; cumprindo com todos os requerimentos definidos para estrutura de gerenciamento de capital estabelecidos na Resolução do CMN 3.988/2011.

Outras Informações

(i) O processo de gerenciamento, acompanhamento e controle de capital é realizado tanto para o capital regulatório quanto econômico. A gestão de capital regulatório é baseada na análise da adequação dos níveis de capital através do índice de Basileia, utilizando os critérios definidos pelo Bacen. O objetivo é atingir uma estrutura de capital eficiente considerando os custos de capital, requerimentos regulatórios, objetivos de *rating* e retorno aos investidores.

(ii) Nas operações de venda ou transferência de ativos financeiros são analisadas as condições e características das operações para a adequada avaliação e classificação quanto à gestão dos riscos e retenção dos benefícios.

(iii) Um maior detalhamento da estrutura de gerenciamento de riscos de crédito, está descrito no relatório de acesso público, disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

Patrimônio de Referência

O gerenciamento de capital do Banco Santander é realizado tanto para o capital regulatório quanto para o capital econômico. A gestão de capital regulatório baseia-se na análise dos “ratios” de capital, usando critérios definidos pelo Bacen. O Banco Santander apresenta uma gestão de capital ativa incluindo securitizações, venda de ativos e carteiras, emissões de ações preferenciais e instrumentos híbridos. O modelo de avaliação de capital econômico visa garantir a disponibilidade de capital para suportar todos os riscos de sua atividade econômica nas diversas unidades de negócio em diferentes cenários, com os níveis de solvência acordados pelo Banco Santander.

Risco Socioambiental

A Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) do Santander, que segue as diretrizes da Resolução do CMN 4.327/2014 e do Regulamento SARB Nº. 14 da Febraban, estabelece princípios e diretrizes e consolida políticas e procedimentos específicos para as práticas socioambientais nos negócios e no relacionamento com as partes interessadas, incluindo o gerenciamento de riscos, impactos e oportunidades. O Santander possui um executivo estatutário responsável pelo cumprimento dessa política. Em 2016, a PRSA foi revisada e se mantém como um importante impulsionador da gestão socioambiental. Nesse ano, consolidamos também a governança da PRSA por meio da implantação de um painel de indicadores, acompanhado por um grupo composto de diversas áreas que analisam os avanços e desafios do cumprimento das suas diretrizes. Além disso a área de Auditoria Interna conduz o processo de supervisão do cumprimento dos compromissos assumidos na PRSA e em políticas associadas. A PRSA também é monitorada e avaliada pelo Comitê de Sustentabilidade, vinculado ao Conselho de Administração.

Complementam os compromissos assumidos na PRSA, os presentes em outras políticas da organização, como por exemplo na Política Anticorrupção, Políticas de Relacionamento e Homologação de Fornecedores, Política de Política de Direitos Humanos, Políticas de Risco Socioambiental e a Política de Investimento Social Privado, que tem como objetivo orientar quanto à estratégia de Investimento Social Privado e apresentar diretrizes para a criação e manutenção de programas sociais que fortaleçam essa estratégia, de forma a concretizar sua contribuição para que as pessoas e os negócios prosperem.

O risco socioambiental é analisado de forma a mitigar as questões de risco operacional, risco de capital, risco de crédito e risco reputacional.

O gerenciamento de risco socioambiental para o Banco de Atacado é realizado através da análise das práticas socioambientais dos clientes que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$1 milhão. Essa análise considera itens como terrenos contaminados, desmatamento, condições de trabalho e outros possíveis pontos de atenção socioambiental nos quais há possibilidade de penalidades e perdas. O procedimento é realizado por uma equipe especializada, com formação em Biologia, Engenharia de Saúde e Segurança, Geologia e Engenharia Química. A equipe de análise financeira considera o potencial de danos e impactos que situações socioambientais desfavoráveis podem causar à condição financeira e às garantias dos clientes. A análise foca em preservar o capital e reputação no mercado e a disseminação da prática é obtida através do treinamento constante das áreas comerciais e de crédito sobre a aplicação de padrões de risco socioambiental no processo de aprovação de crédito para pessoa jurídica no Banco de Atacado.

Desde 2009, o Santander é signatário dos Princípios do Equador. Esse conjunto de diretrizes é empregado para mitigar os riscos socioambientais no financiamento de grandes projetos.

No cálculo do *rating* de crédito, passamos a incluir uma nota para as práticas sociais e ambientais dos clientes do segmento Corporate - empresas com faturamento acima de R\$200 milhões. A iniciativa chamada de *Rating* Socioambiental traz benefícios diretos para o cliente, que passou a ter suas boas práticas socioambientais recompensadas com melhores condições no crédito; o Banco, que tornou sua análise de crédito ainda mais completa; a sociedade, pois ao estimular as boas práticas no negócio de nossos clientes, promovemos e incentivamos a responsabilidade corporativa em diferentes cadeias e setores.

O relacionamento entre o Santander e seus fornecedores está respaldado pelas diretrizes do Pacto Global - iniciativa da ONU para adoção de práticas mundialmente aceitas em temas como direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, do qual é signatário desde 2007. Estas diretrizes estão presentes no processo de concorrência, homologação e contratação. Durante o processo de homologação, os fornecedores são avaliados em aspectos técnicos, administrativos, legais e socioambientais, e para 100% dos fornecedores considerados críticos, o Banco possui um Índice de Qualificação de Fornecedores (IQF). Na formalização da prestação de um serviço ou aquisição de um bem, o Banco utiliza contratos que possuem cláusulas de responsabilidade socioambiental alinhadas às diretrizes do Pacto Global. Implantamos o Marco Corporativo de Acordos com Terceiros e Controle de Fornecedores, que estabelece diretrizes que regulam a relação das entidades do Grupo com os fornecedores, com objetivo de mitigar os riscos inerentes ao negócio, desde o processo de contratação e/ou terceirização de serviços, bem como durante a vigência do contrato. Durante a prestação de serviço, temos um processo de monitoramento de nossos fornecedores, verificando a regularidade das obrigações fiscais, tributárias e trabalhistas e a transparência na relação com a Administração Pública, permitindo a adoção de ações para mitigação de riscos. Considera riscos como: Tecnológicos e Operacionais, Reputacionais, Legais, Compliance, Sustentabilidade, entre outros.

Baseados em normas internas e externas, entre elas a Lei Anticorrupção 12.846/2013, adotamos uma série de políticas e práticas que regulam o tema como, por exemplo, por meio de palestras, reuniões, treinamentos presenciais, além dos netcursos de Código de Ética, Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Segurança da Informação e Prevenção a Fraudes. O netcurso Prevenção e Combate à Corrupção tem como objetivo capacitar, alertar e educar os funcionários para os riscos decorrentes deste tema, bem como do não cumprimento da Política Anticorrupção – e é obrigatório para todos os funcionários e estagiários.

Função Controle de Risco

Tanto na corporação, como em toda unidade, existe uma área responsável pelo controle de riscos, que proporcionará uma visão consolidada dos riscos da entidade e apresentará a necessária análise crítica dos mesmos.

A função de controle prevê assegurar que a entidade não se exponha a perdas que possam prejudicar sua solvência. Para isso, além de zelar pelo controle efetivo dos riscos e assegurar que os mesmos são gerenciados de acordo com o nível de apetite de risco definido pela direção do Conglomerado Santander, deverá realizar uma revisão sistemática das exposições aos diferentes riscos, comprovando que os níveis de riscos assumidos cumprem com os objetivos e limites fixados.

Dentro da Instituição existe uma área responsável por acompanhar as métricas que delimitam o apetite ao risco, proporcionando uma visão consolidada dos riscos da entidade.

A área possui a função de assegurar que a entidade não se exponha a perdas que possam prejudicar sua solvência. São realizados controles do apetite ao risco e, esses controles estão alinhados e aprovados conforme a governança estabelecida, assim cumprindo com os objetivos e limites fixados.

37. Reestruturações Societárias

Foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Conglomerado Santander.

a) Formação de Parceria com o Grupo Hyundai no Brasil

No dia 28 de abril de 2016, a Aymoré CFI e o Banco Santander celebraram documentos para a formação de uma parceria com a Hyundai Motor Brasil Montadora de Automóveis Ltda. (Hyundai Motor Brasil) e Hyundai Capital Services, Inc. (Hyundai Capital) para constituição do Banco Hyundai Capital Brasil S.A. e de uma corretora de seguros para o fornecimento, respectivamente, de produtos e serviços financeiros para o financiamento de automóveis e de corretagem de seguros, para os consumidores e concessionárias da Hyundai no Brasil. A estrutura de capital da parceria terá uma participação acionária de 50% da Aymoré CFI, 25% da Hyundai Capital e 25% da Hyundai Motor Brasil. A implementação da operação está sujeita ao cumprimento das condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes.

b) Acordo para a Aquisição, de parte das Operações Financeiras do Grupo PSA no Brasil e a consequente criação de uma Joint Venture

No dia 1 de agosto de 2016, após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, incluindo a obtenção das devidas autorizações regulatórias, a Aymoré CFI e o Banco Santander, no contexto da parceria firmada entre o Banque PSA Finance ("Banque PSA") e o Santander Consumer Finance na Europa para operação conjunta dos negócios de financiamento de veículos das marcas PSA (Peugeot, Citroën e DS), assinaram documentos definitivos para a formação de uma cooperação financeira com o Banque PSA para a oferta de uma gama de produtos e serviços financeiros e securitários aos consumidores e concessionários das marcas PSA no Brasil.

O principal veículo da cooperação financeira é o Banco PSA que está detido na proporção de 50% pela Aymoré CFI, subsidiária do Banco Santander, e 50% pelo Banque PSA. O preço de aquisição foi igual ao valor patrimonial (proporcional) na data de fechamento (1 de agosto de 2016). A operação englobou ainda a aquisição, por meio de subsidiárias do Banco Santander, de 100% da Santander Finance Arrendamento Mercantil, cujo preço foi equivalente a 74% do valor patrimonial na data de fechamento, e, ainda, de 50% da PSA Corretora de Seguros., cujo preço foi igual ao valor patrimonial (proporcional) na data de fechamento.

O Banco Santander passou a consolidar estas sociedades a partir de 1 de agosto de 2016.

c) Investimento na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos Ltda. ("Super Pagamentos")

Em 3 de outubro de 2014, a Aymoré CFI assinou um acordo de investimento ("Acordo") no qual se comprometeu a realizar um investimento na Super Pagamentos, que resultaria na subscrição e integralização de novas ações de emissão da Super Pagamentos correspondentes a 50% do seu capital total e votante.

O fechamento da operação ocorreu em 12 de dezembro de 2014 e estava condicionado à conclusão de algumas condições precedentes previstas no Acordo, inclusive a aprovação prévia do Bacen (obtida em 2 de dezembro de 2014). A Aymoré CFI subscreveu e integralizou o capital social da Super Pagamentos em R\$31.128, mediante a emissão de 20 milhões de novas ações

Em 4 de janeiro de 2016, a Aymoré CFI comunicou aos acionistas detentores das ações representativas dos 50% remanescentes do capital social votante da Super Pagamentos sua decisão de exercer a opção de compra de tais ações, pelo valor de aproximadamente R\$113 milhões. A transação foi concluída em 10 de março de 2016.

d) Outros Movimentos Societários

Também foram realizados os seguintes atos societários:

- Em 10 de março de 2017, foi aprovado em AGE da Santander Brasil Advisory o grupamento de ações representativas do seu capital social à razão de 100.000 (cem mil) ações para 1 (uma) ação ordinária. Em virtude do grupamento, o número de ações representativas do capital social da Santander Brasil Advisory foi alterado de 1.370.914 (um milhão, trezentas e setenta mil, novecentas e quatorze) para 13 (treze) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, tendo sido canceladas eventuais frações de ações. Os acionistas que detinham individualmente quantidade de ações inferior àquela adotada como razão para o grupamento receberão pelas suas ações o valor patrimonial a elas correspondente antes do grupamento, calculado com base no patrimônio líquido refletido no balancete da Santander Brasil Advisory levantado em fevereiro de 2017, qual seja, R\$ 11,22 (onze reais e vinte e dois centavos) por ação ordinária.
- Em 30 de dezembro de 2016, foi aprovado, em sede de AGE da Webmotors S.A., a incorporação e o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Virtual Motors pela Webmotors S.A, de forma que a Webmotors S.A. recebeu, pelo seu valor contábil, com base no balanço levantado em 30 de novembro de 2016, a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Virtual Motors, com extinção da Virtual Motors, e que será sucedida pela Webmotors S.A. em todos os seus direitos e obrigações.
- Em 14 de julho de 2016, foi concluída a transação de venda de 100% das quotas representativas do capital social da Mantiq pelo Banco Santander e pela Santander Participações para a Angra Ventures Participações Ltda.

38. Eventos Subsequentes**a) Oferta Pública da Qatar Holding LLC**

Em 11 de abril de 2017, o Banco Santander no Brasil comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, em complemento aos fatos relevantes divulgados em 28 de março de 2017 e 6 de abril de 2017, a liquidação da oferta pública de distribuição secundária de 80.000.000 Units de emissão do Banco Santander no Brasil de titularidade da Qatar Holding LLC (Acionista Vendedor), inclusive sob a forma de *American Depositary Shares* (ADSs), tendo sido alocadas 22.000.000 Units para a oferta brasileira e 58.000.000 ADSs para a oferta internacional. Foi estabelecido o preço por Unit de R\$25,00 (vinte e cinco reais), resultando em um montante total de R\$2 bilhões. Adicionalmente, a quantidade de Units da oferta internacional inicialmente ofertada foi acrescida de um lote adicional de 12.000.000 de Units, exclusivamente sob a forma de ADSs também de titularidade do Acionista Vendedor.

b) Distribuição de Juros sobre Capital Próprio

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 25 de abril de 2017, aprovou a proposta da Diretoria Executiva de distribuição de Juros sobre o Capital Próprio da Companhia, no montante bruto de R\$500.000, que, após deduzido o valor relativo ao Imposto de Renda Retido na Fonte, na forma da legislação em vigor, importam o valor líquido de R\$425.000.

39. Outras Informações

- a) As coobrigações e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$36.470.189 (31/12/2016 - R\$34.251.930) no Banco e R\$37.329.898 (31/12/2016 - R\$35.063.909) no Consolidado.
- b) O valor total de fundos de investimento e ativos sob gestão do Conglomerado Santander é de R\$1.604.395 (31/12/2016 - R\$1.533.620) e o total de fundos de investimento e ativos administrados é de R\$168.571.030 (31/12/2016 - R\$158.734.033) registrados em contas de compensação.
- c) Os seguros com vigência em 31 de março de 2017, na modalidade global de bancos, incêndios, veículos e outros, têm valor de cobertura de R\$876.447 (31/12/2016 - R\$876.519) no Banco e R\$883.806 (31/12/2016 - R\$885.043) no Consolidado e na modalidade global de bancos, foi contratado um seguro com valor de cobertura no valor de R\$148.499 (31/12/2016 - R\$148.499) no Banco e Consolidado, podendo ser utilizado isoladamente ou em conjunto, desde que não ultrapasse o valor contratado.
- d) Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, não houveram operações ativas vinculadas e obrigações por operações ativas vinculadas. No primeiro trimestre de 2016, foram registradas receitas com as operações ativas vinculadas no valor de R\$170 e despesas referente as obrigações por operações ativas vinculadas no valor de R\$170.
- e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - Resolução CMN 3.263/2005 - o Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto a contraparte.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

f) Outros Compromissos - o Banco Santander aluga propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional.

Total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis:

	31/03/2017	31/12/2016
Até 1 Ano	650.166	646.804
Entre 1 a 5 Anos	1.777.534	1.789.670
Mais de 5 Anos	455.824	496.802
Total	2.883.524	2.933.276

Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$972 (31/12/2016 - R\$1.013) correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesas no primeiro trimestre de 2017, foram no valor de R\$167.041 (2016 - R\$161.218).

Os contratos de alugueis serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente o presente contrato, a qualquer tempo, conforme cláusulas contratuais e legislação em vigor.

g) No contexto da operação de incorporação da Getnet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações H.U.A.H. S.A. (Getnet H.U.A.H. S.A.) pela Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Getnet S.A.), o Banco Santander outorgou aos sócios da Getnet H.U.A.H. S.A. uma opção de venda tendo por objeto todas as ações de emissão da Getnet H.U.A.H. S.A. por eles detidas, equivalentes a 11,5% do capital total desta empresa. Considerando as condições para o exercício da opção de venda, não foi registrada nenhuma obrigação correspondente.

h) No contexto da operação de Acordo de Investimento entre o Banco Santander e Banco Bonsucesso S.A. (Banco Bonsucesso), foram outorgados entres as instituições uma opção de venda (direito do Banco Bonsucesso de venda) e de compra (direito do Banco Santander de aquisição), tendo por objeto todas as ações de emissão do Banco Bonsucesso por eles detidas, equivalentes a 40,0% do capital total desta empresa. Considerando as condições para o exercício da opção de venda, não foi registrada nenhuma obrigação correspondente.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Companhia) declaram que discutiram, **revisaram e concordam com as Demonstrações Financeiras pelo critério BRGAAP do Banco Santander**, relativas ao período encerrado em 31 de março de 2017, e os documentos que as compõem, sendo: Comentário de Desempenho, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei de Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF") e demais regulamentação e legislação aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria da Companhia.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de Março de 2017:**Diretor Presidente**

Sergio Agapito Lires Rial

Diretores Vice-Presidente Executivos Sênior

Conrado Engel

José de Paiva Ferreira

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alexandre Silva D'Ambrósio

Antonio Pardo de Santayana Montes

Carlos Rey de Vicente

Jean Pierre Dupui

João Guilherme de Andrade So Consiglio

Juan Sebastian Moreno Blanco

Manoel Marcos Madureira

Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores Executivos

Jose Alberto Zamorano Hernandez

José Roberto Machado Filho

Maria Eugênia Andrade Lopez Santos

Diretores sem Designação Específica

Alexandre Grossmann Zancani

Amancio Acúrcio Gouveia

Ana Paula Nader Alfaya

André de Carvalho Novaes

Cassio Schmitt

Cassius Schymura

Ede Ison Viani

Felipe Pires Guerra de Carvalho

Flávio Tavares Valadão

Gilberto Duarte de Abreu Filho

Igor Mario Puga

Luis Guilherme Mattos de Oliem Bittencourt

Luiz Masagão Ribeiro Filho

Marcelo Malanga

Marcelo Zerbinatti

Marino Alexandre Calheiros Aguiar

Mário Adolfo Libert Westphalen

Nilton Sergio Silveira Carvalho

Rafael Bello Noya

Ramón Sanchez Díez

Reginaldo Antonio Ribeiro

Roberto de Oliveira Campos Neto

Robson de Souza Rezende

Ronaldo Wagner Rondinelli

Sérgio Gonçalves

Thomas Gregor Ilg

Ulisses Gomes Guimarães

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso V, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Companhia) declaram que discutiram, **revisaram e concordam com as Demonstrações Financeiras pelo critério BRGAAP do Banco Santander a qual inclui o Relatório dos Auditores Independentes**, relativo às Demonstrações Financeiras pelo critério BRGAAP do Banco Santander, para o período encerrado em 31 de março de 2017, e os documentos que as compõem, sendo: Comentário de Desempenho, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei de Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”) e demais regulamentação e legislação aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria da Companhia.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de Março de 2017:**Diretor Presidente**

Sergio Agapito Lires Rial

Diretores Vice-Presidente Executivos Sênior

Conrado Engel

José de Paiva Ferreira

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alexandre Silva D'Ambrósio

Antonio Pardo de Santayana Montes

Carlos Rey de Vicente

Jean Pierre Dupui

João Guilherme de Andrade So Consiglio

Juan Sebastian Moreno Blanco

Manoel Marcos Madureira

Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores Executivos

Jose Alberto Zamorano Hernandez

José Roberto Machado Filho

Maria Eugênia Andrade Lopez Santos

Diretores sem Designação Específica

Alexandre Grossmann Zancani

Amancio Acúrcio Gouveia

Ana Paula Nader Alfaya

André de Carvalho Novaes

Cassio Schmitt

Cassius Schymura

Ede Ilson Viani

Felipe Pires Guerra de Carvalho

Flávio Tavares Valadão

Gilberto Duarte de Abreu Filho

Igor Mario Puga

Luis Guilherme Mattos de Oliem Bittencourt

Luiz Masagão Ribeiro Filho

Marcelo Malanga

Marcelo Zerbinatti

Marino Alexandre Calheiros Aguiar

Mário Adolfo Libert Westphalen

Nilton Sergio Silveira Carvalho

Rafael Bello Noya

Ramón Sanchez Díez

Reginaldo Antonio Ribeiro

Roberto de Oliveira Campos Neto

Robson de Souza Rezende

Ronaldo Wagner Rondinelli

Sérgio Gonçalves

Thomas Gregor Ilg

Ulisses Gomes Guimarães

Nosso propósito é contribuir para que as pessoas e os
negócios prosperem.

E acreditamos que tudo deve ser feito de um jeito:

Simples | Pessoal | Justo